

Esclarecer e lutar contra o Pacote Laboral

Uma ameaça a ser vencida pela luta

O PCP, na vanguarda da defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e das conquistas sociais, participará na batalha do esclarecimento, da mobilização e da luta para barrar e derrotar o «pacote laboral» do Governo da direita. O nosso jornal, integrando-se nessa batalha, sai hoje com uma tiragem elevada e será vendido na rua, à porta e no interior das empresas e locais de trabalho por brigadas de comunistas.

Págs. 13 a 20



Reuniu o Comité Central do Partido

Mobilizar energias contra a ofensiva do Governo

Reunido na sexta-feira e no sábado, o Comité Central do PCP aprovou um comunicado que analisa a situação política e apela à luta contra a política de direita e ao reforço da organização partidária. O CC ratificou ainda a sanção aplicada a um militante e negou provimento a dois recursos interpostos por dois ex-membros do Partido.

Págs. 5 e 6

CGTP promove

Cordão Humano

No próximo dia 1 de Outubro, a CGTP promove a realização de um Cordão Humano em diversas cidades, de Norte a Sul do País. A iniciativa marca o arranque da luta contra a ofensiva em curso.

Pág. 8

Assembleia da República

Críticas ao silêncio

Na abertura dos trabalhos parlamentares, o PCP apresentou um requerimento solicitando esclarecimentos sobre a situação fiscal das empresas geridas por Paulo Portas.

Pág. 11

A situação na Palestina

Carvalhas escreve a Sampaio

Carlos Carvalhas escreveu ao Presidente da República para que «exerça a sua legítima influência» no sentido da exigência do levantamento imediato do cerco a Yasser Arafat.

Pág. 23

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
VASP - Sociedade
de Transportes
e Distribuição, Lda.
R. da Tascoa, 16 - 4.º
2745-003 Queluz
Tel. 21 439 85 00

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros
25 números: 4 600\$00
23,00 euros
EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros
EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Greve na Carris

Resumo

18 Quarta-feira

O PCP faz um requerimento à ministra das Finanças para ser informado sobre a situação fiscal das empresas Amostra e Boas Festas ● A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública reivindica junto do Governo aumentos salariais de 5,5 por cento e um aumento mínimo de 50 euros por trabalhador ● Greve no metro do Porto; em causa estão os direitos e regalias adquiridos pelos cerca de 200 trabalhadores nas empresas de origem (CP e Refer) ● A presidência do Parlamento Autónomo basco apresenta uma acção criminal contra o juiz Baltazar Garzón por «usurpação de funções» ● Uma criança palestina é assassinada por tropas israelitas na localidade de Ramalah.

19 Quinta-feira

Carlos Carvalhas denuncia a ofensiva unilateral por parte dos EUA ao Iraque e critica a posição subserviente do Governo português ● A Assembleia da República adia dois projectos, do PCP e Bloco de Esquerda, que visam a criação das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto ● Os EUA recusam debater a criação de mecanismo de controlo da aplicação da Convenção sobre armas biológicas e destruição maciça ● As operações de retirada das minas para permitir a construção de ligações ferroviárias e rodoviárias entre as duas Coreias começam na zona desmilitarizada que separa o Norte do Sul desde 1953 ● A Autoridade Nacional Palestiniana condena o atentado suicida perpetrado em Telavive, apelando a todas as organizações palestinianas a terem posição semelhante.

20 Sexta-feira

Reunião do Comité Central do PCP ● No último dia de campanha para as eleições alemãs, as várias formações políticas realizam os seus últimos comícios eleitorais, com o SPD e a coligação conservadora a disputarem um «braço-de-ferro» pela vitória nas Legislativas ● O quartel-general de Yasser Arafat volta a ser ocupado pelo exército israelita ● As tropas israelitas assassinam dois palestinianos durante uma incursão na localidade autónoma palestina de Gaza ● Os 4,1 milhões de eleitores eslovacos vão às urnas para escolher um novo parlamento.

21 Sábado

O PCP exige a demissão do ministro de Estado e da Defesa, sustentando que «o significado político dos factos que envolvem» Paulo Portas ao caso Moderna é,

só por si, «razão bastante» para que tome essa atitude ● O Comité Central do PCP reunido para analisar a situação política, não dá provimento aos recursos de Edgar Correia e Carlos Luís Figueira, e ratifica a sanção de dez meses de suspensão da actividade partidária decidida em Julho pelo Secretariado do Comité Central ● A UE e a Jordânia pedem a Israel que levante o cerco a Yasser Arafat, que se encontra enclausurado no seu quartel-general em Ramalah ● Blasco Hugo Fernandes, presidente da Intervenção Democrática, falece em Lisboa, aos 71 anos.

22 Domingo

Os trabalhadores da Carris entram em greve por aumentos salariais superiores a 3,3 por cento ● A União de Sindicatos de Portalegre anuncia o seu congresso para 1 de Outubro ● O primeiro-ministro indiano, Atal Behari Vajpayee, exclui a possibilidade de um diálogo com o Paquistão sobre o conflito de Caxemira, afirmando que a atitude de Islamabad «não evoluiu» ● A coligação governamental cessante social-democrata/Verdes do chanceler Gerhard Schroeder vence as eleições legislativas na Alemanha ● O exército israelita para a demolição do edifício onde se encontra preso o presidente palestiniano, Yasser Arafat.

23 Segunda-feira

Carlos Carvalhas escreve a Jorge Sampaio e a Durão Barroso para que pressionem a ONU a exigir o levantamento do cerco israelita a Yasser Arafat ● Centenas de activistas e dirigentes sindicais de todo o país manifestam-se junto à Assembleia da República e entregam os pareceres das estruturas sindicais da CGTP contra a proposta de Lei de Bases da Segurança Social ● A lei que despenaliza a eutanásia na Bélgica entra em vigor ● Marrocos denuncia a aterragem de um helicóptero militar espanhol no ilhéu de Perejil e decide anular o encontro marroquino-espanhol previsto em Madrid.

24 Terça-feira

Seis sindicatos apresentam ao Ministério da Educação uma declaração conjunta para pressionar o Governo a recuar nos cortes orçamentais às universidades e aos politécnicos ● Mais de 150 mil alunos conhecem os resultados da segunda fase dos exames do ensino secundário ● Milhares de palestinianos manifestam-se em Ramallah para apoiar Yasser Arafat ● A ONU aprova uma resolução exigindo a Israel o fim do cerco a Yasser Arafat ● O presidente egípcio, Hosni Mubarak, pede a Israel garantias quanto à segurança do líder palestiniano.

Aconteceu

Jornalista detido

O jornalista colaborador do «Expresso» José Luís Manso Preto foi detido, sexta-feira, por ordem judicial por recusar revelar uma fonte, denunciou o Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas (SJ).

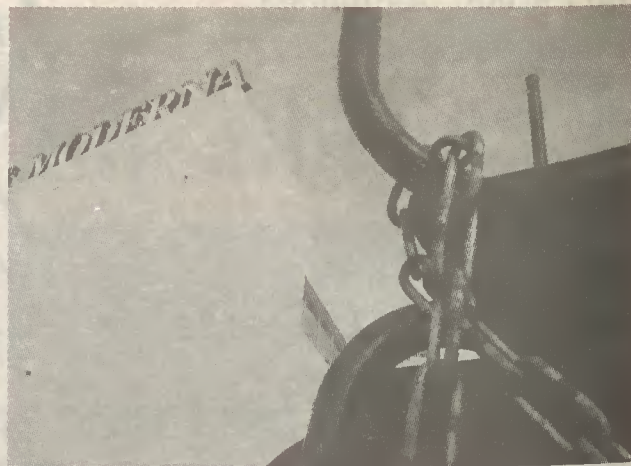
De acordo com a mesma fonte, o jornalista «free lancer» foi arrolado como testemunha de defesa no caso dos irmãos Pinto, acusados de tráfico de droga, e na fase de instrução do processo recusou revelar uma fonte de informação.

O camionista Jaime Pinto e o seu irmão foram a cara do protesto contra as portagens da Ponte 25 de Abril, em 1995, tendo mais tarde sido acusados de tráfico de droga.

Perante a recusa de Manso Preto em revelar uma fonte, o caso seguiu para o Tribunal da Relação de Lisboa, que acabou por considerar que o jornalista - que, entre outros órgãos, é colaborador do semanário «Expresso» - devia quebrar o sigilo profissional, revelando a fonte.

O Tribunal consultou o SJ sobre esta matéria, que deu um parecer negativo, alegando que «a fonte prestou declarações ao jornalista na convicção de que não seria identificada».

O SJ argumentou ainda que «o jornalista não tem forma de provar que aquela fonte falou com ele porque, se a revelasse, corria o risco de sofrer um processo por denúncia».



Moderna - dinheiro por justificar

Dinheiros transferidos para a Amostra, que teve Paulo Portas como gerente, a factura da «Charon», por serviços de segurança num Congresso do PP, e uma gravação sobre financiamento a partidos dominaram o julgamento do caso Moderna, na passada semana, segundo a Lusa.

Na qualidade de assistente do processo, Rui Albuquerque, actual presidente da Dinensino (cooperativa de ensino proprietária da Universidade Moderna), falou destas e de outras questões,

mas não trouxe grandes novidades nem dissipou as dúvidas existentes.

Quanto às verbas transferidas pela Dinensino para a Amostra, Rui Albuquerque referiu que, em 1997 e 1998, totalizaram 150 mil contos, tendo sido informada pela contabilidade da universidade que estão justificados entre 90 a 100 mil contos.

Entretanto, Paulo Portas fez sucessivas correcções às suas declarações de impostos de 1997 e 1998 - os anos em que esteve ligado à Moderna - tendo

sido obrigado a pagar às Finanças cerca de oito mil contos a mais para regularizar a sua situação fiscal.

Curiosamente, a situação fiscal da Amostra, de que Paulo Portas foi gerente durante aqueles dois anos, foi regularizada precisamente no dia em que o ministro foi à TVI explicar o seu envolvimento no Caso Moderna. No dia 18 de Setembro, foram pagos às Finanças cerca de 7 mil e 800 contos de IRC pelos rendimentos obtidos por aquela empresa no ano de 1998.

Uma em cada cinco balizas testadas caíram

Um estudo realizado pela Associação para a Promoção da Segurança Infantil (APSI) em escolas e campos de jogos revelou que, uma em cada cinco balizas testadas pela associação cedeu a pesos.

Segundo a Lusa, o estudo, divulgado na passada semana em Lisboa, refere que entre as

300 balizas analisadas foram detectadas várias balizas soltas e com fixações degradadas e desadequadas que acabam por cair se alguma criança se pendurar.

Recorde-se que no nosso país, nos últimos dois anos, cinco crianças morreram vítimas da queda de balizas.



Endividamento das famílias portuguesas

O endividamento das famílias portuguesas aumentou no ano passado 96 por cento, apesar do abrandamento



na concessão de crédito, indica o relatório anual do Banco de Portugal divulgado na passada semana.

Segundo o relatório, o aumento registado neste período, decorre do facto de o crédito bancário ter registado uma taxa de crescimento de 10,4 por cento superior ao aumento de 6,4 por cento do rendimento disponível das famílias. O Banco de Portugal estima que a taxa de esforço dos particulares para pagamento das dívidas voltou a crescer no ano anterior, tendo em conta a relativa estabilização das taxas de juro.

Especificamente, os juros pagos pelas famílias portuguesas representam 6,2 por cento do seu rendimento disponível em 2001 contra os 5,2 por cento em 2000.

A taxa de esforço, que já deverá situar-se actualmente acima dos 20 por cento do rendimento disponível, é inferior à taxa de endividamento uma vez que parte dos empréstimos são amortizados em prazos longos.

«A América ajudou a criar um monstro»

A revista Newsweek, publicou um artigo intitulado «A América ajudou a criar um monstro», onde está descrito o envolvimento do governo norte-americano na subida ao poder de Saddam Hussein, no Iraque.

De acordo com a Newsweek, uma estação de televisão iraquiana captou imagens de um «cordial aperto de mão» entre Saddam e o actual secretário de Estado da Defesa, Donald Rumsfeld, há 20 anos.

Segundo a publicação, em 1983, Rumsfeld foi enviado a Bagdad, pelo então presidente norte-americano, Ronald Regan, e «transmitiu os cumprimentos do presidente, expressou a sua satisfação por estar em Bagdad

e, depois, os dois homens debateram a necessidade de melhorar as relações entre os dois países».

A Newsweek garante que «é difícil acreditar que, durante a maior parte da década de 80, os Estados Uni-

dos tiveram conhecimento, e permitiram, que a Comissão de Energia Atómica do Iraque importasse culturas de bactérias que poderiam ser utilizadas para fabricar armas biológicas. Mas aconteceu».

Crónica Internacional

• Albano Nunes

Paralelismo inquietante

Os preparativos para desencadear uma guerra no Iraque prosseguem e os seus arautos tornam-se cada vez mais arrogantes e ameaçadores. Bush afirma com a maior insolência que os EUA avançarão para a agressão militar com ou sem a cobertura da ONU, acompanhados ou não pelos seus tradicionais aliados, cada vez mais desconfiados quanto às verdadeiras intenções dos EUA e cada vez mais inquietos com a deriva totalitária e aventureira da política externa norte-americana. O brutal recrudescimento da violência terrorista contra o povo palestino, que a abstenção táctica dos EUA na resolução do Conselho de Segurança que exigiu o fim do intolérável cerco ao presidente Arafat aliás sublinha, mostra que a tragédia da Palestina é parte integrante da ofensiva agressiva norte-americana e confirma que a aliança imperialista-sionista está disposta a recorrer aos piores crimes para alcançar o domínio económico e estratégico da região.

Entretanto o clima internacional em relação aos EUA é hoje bem diferente do da guerra do Golfo e mesmo do pós-11 de Setembro. Os povos têm aprendido à sua própria custa o real conteúdo da “nova ordem” proclamada por Bush-pai após o desaparecimento da URSS, o sentido das hipócritas proclamações ianquis sobre “liberdade” e “direitos humanos”, o rosto verdadeiro da “ingerência humanitária” ou da “guerra ao terrorismo” com que o imperialismo pretende disfarçar a intromissão sistemática nos assuntos dos povos e a criminalização da sua luta libertadora. A oposição à guerra e à arrogância imperial dos EUA não tem deixado de crescer, nomeadamente na Europa, criando dificuldades ao alinhamento atlantista da generalidade dos governos da U.E. Um exemplo de grande significado foi-nos nestes dias dado pela Alemanha onde, o SPD de Gerard Schroder e os Verdes de Fisher, lograram manter a maioria graças à oposição manifestada ao desencadeamento

É dos EUA que hoje partem os maiores perigos para a paz e a soberania dos povos

pelos EUA da guerra contra o Iraque. Em breve saberemos em que medida esta posição expressa algo mais que simples cálculo eleitoral. Ela evidencia mesmo assim a decisiva importância de uma opinião pública esclarecida e mobilizada e a real possibilidade de abrir brechas na solidariedade de classe “euro-atlântica”.

Entretanto a administração norte-americana parece disposta a reagir ao seu crescente isolamento e condenação internacional, com uma autêntica “fuga para diante”, afirmando com sempre maior desfaçatez o seu afrontamento e violação do direito internacional, proclamando sem vergonha os interesses imperialistas dos EUA como critério e medida de todas as coisas. Neste sentido o documento sobre “doutrina estratégica” divulgado no passado dia 20 de Setembro pela Casa Branca, em que os EUA se arrogam o direito de desencadear agressões militares “preventivas”, representa um novo e grave passo na sua insolente afirmação como superpotência que não reconhece senão a sua própria lei nem outros limites que não os interesses do complexo militar-industrial, do capital financeiro e das multinacionais norte-americanas. Trata-se com toda a evidência de uma nova peça visando a completa subversão da ordem democrática saída da derrota do nazifascismo e a sua substituição por uma nova ordem totalitária hegemónica pelos EUA contra os trabalhadores e contra os povos.

É verdade que as campanhas eleitorais em regime burguês se prestam a grandes golpes de propaganda e engenhosas manobras de diversão para influenciar o eleitorado. E não falta quem perca a compostura perante a perspectiva de ganhar ou o risco de perder cobiçada posição. Mas não deixa de ser significativo que um dos grandes factos mediáticos das eleições alemãs tenham sido declarações atribuídas à ministra social-democrata da justiça estabelecendo um paralelismo entre Bush e Hitler quanto à manipulação da ameaça de guerra como factor de distração de problemas internos. Inteiramente verídico ou não, a verdade é que o paralelismo faz sentido. O grande capital alemão que conduziu Hitler ao poder e à guerra, tem no grande capital e na reacção norte-americanos que sustentam Bush e os seus falções, um irmão gémeo. Salvaguardadas as diferenças, é dos EUA, como nos anos trinta foi da Alemanha nazi, que hoje partem os maiores perigos para a paz, a liberdade, o progresso social e a soberania dos povos. Esta uma razão mais para lutar com coragem e determinação para parar os crimes na Palestina e afastar os alarmantes ventos de guerra que sopram sobre o Iraque.

Editorial

QUE OUTRO PARTIDO HÁ AÍ...

Um cidadão que tenha como fonte de informação exclusiva um ou vários dos canais de televisão existentes, um ou vários dos jornais de maior tiragem, uma ou várias das rádios de maior audição, terá, inevitavelmente, do PCP uma imagem altamente negativa. Ao cidadão em causa é dito com frequência quase diária que o PCP é um partido com um funcionamento antidemocrático, dominado pela intolerância, pela ausência de debate interno, pela perseguição implacável a todas as vozes discordantes, etc., etc.

E o facto de esta imagem do PCP ter difusão unânime na generalidade da comunicação social, há-de levar o respectivo cidadão a acreditar no que lhe é dito pelo afinado e síncrono coro mediático. E tenderá a acreditar, igualmente, na «informação» que lhe chega pelas mesmas fontes de que o PCP é um partido em vias de extinção, composto por gente toda de avançada idade, um partido praticamente inactivo, sem militância, desfasado da realidade, preso a ideias velhas e caducas.

Acontece que a realidade é outra e totalmente diferente, diametralmente oposta, mesmo, àquela que o poder mediático difunde profusamente. E se

“Cumprir a tarefa de defender os interesses dos trabalhadores”

o cidadão em causa experimentar, por exemplo, acompanhar mais de perto a vida e a actividade do PCP, se experimentar ler semanalmente as trinta e duas páginas do «Avante!», verificará isso mesmo: constatará que nenhum outro partido nacional tem uma vida interna com um conteúdo democrático sequer próximo do que percorre o funcionamento interno do PCP; constatará que em nenhum outro partido nacional o debate entre os militantes atinge a amplitude, a dimensão e a profundidade que atinge no PCP; constatará que nenhum outro partido nacional dá aos seus militantes os direitos de que disfrutam os militantes do PCP; constatará, ainda, que, diferentemente do que lhe impingem todos os dias, nunca qualquer militante do PCP foi sancionado por delito de opinião e que, bem pelo contrário, no espaço aberto de debate que é o Partido, o direito à livre expressão de opinião é não só uma realidade concreta como é estimulado e incentivado.

Se o referido cidadão quiser informar-se, com verdade, sobre a actividade, a composição social e etária, o grau de intervenção e participação dos militantes comunistas, constatará, mais uma vez, que a realidade se situa nos antípodas da falsa realidade que lhe é vendida: verificará que nenhum outro partido nacional leva por diante uma actividade semelhante, em diversidade e intensidade, à que é desenvolvida pelos militantes comunistas; verificará que o PCP, sendo um

partido com 81 anos de existência, tem, e orgulha-se disso, entre os seus militantes, muitos militantes de idade avançada e tem, e orgulha-se disso, uma JCP, juventude do PC que, pela actividade intensa que desenvolve, pelo seu entusiasmo interventivo, pela sua lucidez revolucionária, é, hoje, não apenas o futuro do Partido mas o seu próprio presente; verificará que a abnegação, a entrega, a determinação militante dos comunistas, jovens e não jovens, não tem paralelo em qualquer outro partido nacional: os muitos milhares que constroem e fazem funcionar a cidade da fraternidade, do convívio, da alegria e da cultura que é a Festa do «Avante!» são também, com muitos outros, os construtores da luta diária, permanente, travada nas mais diversas frentes, pela defesa dos interesses e dos direitos de todos os trabalhadores e do povo português; são também os construtores da luta diária e permanente pelos direitos das mulheres, dos jovens, dos reformados, dos pequenos agricultores, comerciantes e industriais, dos deficientes, enfim de todos os que todos os dias vêm serem-lhes retirados direitos que ninguém tem o direito de lhes retirar.

Aqui chegado, dirá o tal cidadão mal informado sobre o PCP: mas então o PCP é só virtudes, é só aspectos positivos, é uma «máquina» a funcionar em pleno, sem falhas nem erros? De forma alguma: temos – e temos a noção clara disso – muitas debilidades, insuficiências, deficiências; cometemos muitos erros; fazemos muitas vezes o que não queríamos fazer e não fazemos o que deveria ser feito. Sem dúvida. Mas, sem ambições de perfeição (que não cabem na nossa visão da vida e da intervenção militante), procuramos todos os dias superar essas falhas, aumentar a nossa capacidade de acção, ser mais fortes e mais interventivos, para melhor e mais eficazmente podermos cumprir a tarefa de defender os interesses dos trabalhadores, para melhor nos afirmarmos como portadores de um projecto de futuro, justo, humano, generoso.

A título de exemplo, sublinhemos algumas das iniciativas agendadas pelo PCP e destacadas pelo Comité Central, na sua recente reunião: Jornada nacional de esclarecimento que, sob o lema «Pacote Laboral, Segurança Social – andar para trás Não!», terá início hoje mesmo com uma venda desta edição especial do «Avante!» e se prolongará até 19 de Outubro com acções de contacto directo com os trabalhadores e as populações, uma interpelação ao Governo, na AR, sobre a política laboral, nomeadamente sobre o chamado «Código do Trabalho»; Encontro Nacional sobre a acção e organização do Partido nas empresas e locais de trabalho (19 e 20 de Outubro); arranque da iniciativa «Em movimento por um Portugal de futuro»; movimento geral de reforço do Partido «Sim, é possível! Um PCP mais forte»; lançamento da preparação da Conferência Nacional sobre o PCP e o poder local; preparação do VII Congresso da JCP, a realizar em 2 e 3 de Novembro; iniciativas de solidariedade para com o povo palestino.

Que outro partido há aí que possa apresentar semelhante agenda de actividades, com semelhante conteúdo e com igual determinação de a cumprir plenamente?

Actual Modernidade de facto

• José Casanova

Ao que parece, a ideia é filha de Vítor Constâncio, Governador do Banco de Portugal, e terá nascido em Janeiro de 2001, tendo sido, então, baptizada com o nome de «Reforma Estrutural da Negociação Salarial». Em poucas palavras, a coisa resume-se ao seguinte: os salários passam a ser negociados a dois anos e os aumentos serão indexados não à inflação portuguesa, das mais elevadas da União Europeia, mas à inflação média da zona euro – o que, como muito bem exemplifica o *Público*, significa que «se as negociações começassem hoje, as actualizações seriam calculadas com base numa inflação de 2,2 por cento – a taxa de crescimento médio dos preços na eurolândia em Agosto – e não de 3,7 por cento, percentagem de aumento do custo de vida em Portugal». Todo virado para a Europa, que o mesmo é dizer para a *modernidade*, Vítor Constâncio descobre, assim e mais uma vez, a pólvora. De caminho, o Governador do BP encaminha a água para o moinho do patronato e condena à morte pela seca

os direitos dos trabalhadores portugueses. Tudo e sempre em nome da *modernidade*, que o mesmo é dizer da Europa, insista-se.

As confederações patronais – a CIP, a CCP, a CTP, a AIP, a PME e a CAP – concordam, naturalmente, e justificam a concordância aduzindo *argumentos aos argumentos* do Governador do BP:

«é necessário proceder a aumentos mais moderados», «a questão essencial» centra-se «na contenção salarial» acompanhada do «aumento da produtividade e da competitividade», o que, traduzido, significa que, para os patrões, é necessário que os salários reais dos trabalhadores sejam cada vez menores para que os lucros reais dos patrões sejam cada vez maiores. A *modernidade*, que o mesmo é dizer, a Europa, assim o exige.



Entretanto os jornais anunciam: «Patrões querem dar aumentos com base na inflação europeia» – e, postas as coisas assim, até parece que este *querer* dos patrões é positivo, já que tal formulação traz à memória do leitor os salários muito mais elevados dos trabalhadores dos restantes países da UE; «Patrões querem revolucionar negociações salariais» – e, postas as coisas assim, confirma-se o *conteúdo positivo* do *querer* dos patrões, subitamente transformados em agentes revolucionários...

Com lumina *modernidade* de facto, a CGTP, pela voz de Amável Alves, desnuda a velharia que pretende ocultar-se por detrás de tanta *modernidade*: «É mais uma ofensiva contra os trabalhadores, a par de tantas outras que já estão em curso, como o Código do Trabalho e a Lei de Bases da Segurança Social.» Ou seja: a luta continua.

O alargamento da hipocrisia

• Leandro Martins

O alargamento do prazo, por mais dois anos, concedido aos países membros da União Europeia para cumprimento do chamado Pacto de Estabilidade, isto é, para atingirem o zero em termos de défice orçamental, parece ter feito embaixar em arco os comunicantes portugueses. Cheguei a ouvir no rádio que a decisão da Comissão Europeia tinha em conta as situações difíceis, «resultantes da crise», que atingiam Portugal, a França, a Itália e a... Alemanha. Assim, por esta ordem!

Não vamos falar aqui das reacções dos governantes portugueses a quem a anterior imposição tanto jeito fez para, à sombra dela, desferirem vários e profundos golpes na estrutura da economia portuguesa e nos direitos dos trabalhadores. Certamente arranjarão – já começaram – maneira de torner a questão e «explicarem» que é necessário prosseguir no «patriótico» esforço de empobrecer os pobres e enriquecer os ricos, a bem da Nação. Nem falaremos da «oportunidade» que o PS não vai deixar passar para apontar ao Governo medidas que não tomou quando estava de poleiro. Pois não foi um seu distinto membro que, do alto da sua cadeira no Banco de Portugal, defendeu que os salários dos trabalhadores portugueses deviam ser indexados à inflação média europeia, o que teria como consequência fazer descer ainda mais o seu poder de compra?

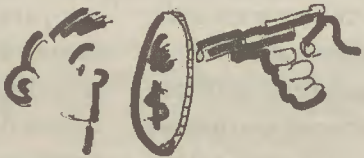
O que gostaríamos de relevar é o facto – e não a impressão – de que, se não fos-

sem as dificuldades orçamentais dos grandes – Alemanha, França, Itália –, a imposição do défice zero para 2004 manter-se-ia. Portugal apenas beneficiou de uma real imposição desses, que já haviam anunciado que não iriam cumprir um pacto que eles próprios haviam congeminado e impingido aos mais fracos. A voz submissa dos governantes portugueses nunca chega aos olímpicos centros de decisão da UE nem de outro fórum internacional, a não ser para fazer ouvir o seu aplauso, seja na paz ou seja na guerra.

A hipocrisia alarga-se, tal como o prazo, fazendo crer que foi por motivos de solidariedade que a decisão foi tomada. A hipocrisia é, aliás, uma arma fundamental para fazer engolir ao cidadão desinformado muitos amargores, fazendo-lhe crer que há males que vêm por bem.

Como a doente hipocrisia daquele prémio Nobel da Economia que veio aí a um fórum de economistas e defendeu que a guerra com o Iraque iria ser para o bem de todos. Que havia de fazer crescer a economia dos EUA, relançando empresas e diminuindo o desemprego; até os europeus haviam de ganhar algum, aproveitando a maré de exportações que o

poder de compra americano, revigorado, não deixaria de suscitar. E assim também entre nós o desemprego diminuiria. Isto é, nada melhor que uma boa guerra para sermos todos felizes. Quanto ao povo iraquiano? Bom, alguém tem de pagar o preço de tanta felicidade...



Capacidades

• Anabela Fino

É espantosa a nossa capacidade «de dispersão colectiva (...).» Assim começa a crónica de Luís Delgado no DN de ontem, que em meia dúzia de linhas clama contra a insanidade nacional, Governo incluído, expressa na importância dada aos escândalos da Moderna e da PJ, e na desatenção aos problemas da bolsa portuguesa.

Segundo LD, o facto de grandes instituições empresariais terem perdido em poucos dias quase 20 por cento do seu valor bolsista é motivo para alarme nacional, pois «com as acções em saldo há uma forte probabilidade de uma OPA com fundos internacionais, perdendo o nosso país o controlo de instituições fundamentais». Lê-se e não se acredita. Será uma piada de mau gosto ou estará LD a falar a sério?

Para quem não se lembre, LD sempre se mani-

festou um declarado apoiante das políticas de sucessivos governos que ao longo dos anos foram entregando, paulatinamente e sem qualquer espécie de pudor, os sectores fundamentais da economia nacional ao capital estrangeiro. Não consta que alguma vez se tenha manifestado contra as negociatas de «bancos e grupos de referência», os tais cujas acções caíram agora quase 20 por cento, enquanto foram acumulando lucros que nunca acrescentaram mais-valias ao erário público, nem contribuíram para o desenvolvimento do país, nem criaram mais emprego, nem

deram uma achega à melhoria das condições de vida dos portugueses. Se nos não falta a memória, LD é também um acérrimo defensor da globalização do «mercado» e da liberdade do dito, na linha dos que consideram que «melhor Estado» é «menos Estado».



Frases

«Não há estabilidade política que resista a um ministro [Paulo Portas] a dar conferências de Imprensa, no local de trabalho, sobre problemas pessoais. E a exaltar-se quando se exige serenidade. Nem há frieza e sobriedade do chefe de Governo que agente o assalto permanente dos microfones e das câmaras, a propósito de trapalhadas passadas do número dois da coligação.»

(Mário Bettencourt Resendes, Diário de Notícias, 23.09.02)

«Duas a três semanas é o tempo máximo de que o primeiro-ministro dispõe para resolver este caso. Tem de mostrar rapidamente serviço em áreas fulcras da governação e convencer Portas a remeter-se ao «exílio» silencioso do trabalho ministerial.»

(Idem, ibidem)

«Mas – sem querer formular juízos definitivos e apenas com base nas informações fragmentárias divulgadas na imprensa – receio que, no caso da Moderna, [Paulo Portas] se tenha deixado envolver, com alguma levianidade, numa lamentável teia de interesses.»

(Mário Mesquita, Público, 22.09.02)

«Parece que o Largo do Caldas se tornou num manicómio e Paulo Portas se descobriu uma vocação de suicida.»

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 22.09.02)

«A propagação da tese do atentado produzida pelos dirigentes do PP é uma das manobras demagógicas mais sinistras dos últimos tempos. É a vitimização, levada a um limite inusitado, do ministro da Defesa actual.»

(Ana Sá Lopes, Público, 21.09.02)

«Desculpem, mas isto não é normal. O CDS parece um partido de cabeça perdida, que ora põe insólitos anúncios de página inteira nos jornais com ameaças balofas ora convoca manifestações de desagravo para defender o que não está esclarecido. O que se seguirá? Uma greve de fome dos mortificados componentes da Comissão Directiva do CDS?»

(José António Lima, Expresso, 21.09.02)

«É o populismo da direita à solta. E notoriamente desnorteado.»

(Idem, ibidem)

«Há aqui, apenas, um pequeno detalhe – e simultaneamente um grande problema – que Durão Barroso não poderá torner muito mais tempo: a limitação dos estragos – o damage control da saída daquele que é, de facto, o número dois do Governo. Porque danos, haverá sempre.»

(Duarte Lima, idem)

«Ao passar à margem da Assembleia da República – e mais ainda se se recusar de todo a comparecer em uma qualquer instância do Parlamento – Portas presta um mau serviço à necessária credibilização das instituições.»

(Mário Bettencourt Resendes, Diário de Notícias, 20.09.02)

«Por muito que tenha sido um magistrado a decidir a ilegalização do Batasuna, é por de mais evidente que não apenas se trata de uma decisão política como, sobretudo, teria inevitáveis consequências e desenvolvimentos políticos.»

(Ruben de Carvalho, idem)

«Que Baltasar Garzón se preocupe pouco com as consequências das medidas jurídicas que entenda tomar pode corresponder a uma algo bizarra visão da acção dos poderes de Estado; que um governo ignore realidades políticas e não prepare as consequências das medidas que tome ou promove é que é incompreensível. E perigoso.»

(Idem, ibidem)



Reuniu o Comité Central

Mobilizar energias contra a ofensiva do Governo Reforçar o PCP

Na sua reunião de 20 e 21 de Setembro de 2002, o Comité Central do PCP examinou a situação política nacional e aspectos da situação internacional e bem assim as tarefas imediatas do Partido, sendo a esse respeito de destacar como principais conclusões:

1. A extrema acentuação da política de direita pelo Governo do PSD e do CDS-PP, visando especialmente promover intoleráveis retrocessos em matéria de direitos laborais e conquistas sociais, coloca imperativamente a necessidade e urgência de um vasto desenvolvimento da luta social, de um forte e combativo empenhamento do PCP e da busca de uma resposta convergente de todas as forças e sectores democráticos para travar e derrotar uma política que se confirma como serventária dos interesses egoístas e retrógrados do grande capital e tende a agravar os sérios problemas com que o País está confrontado.

2. Neste sentido, a par de outras formas e temas de intervenção política do PCP, assume, de imediato, uma especial importância a jornada nacional de esclarecimento que, sob o lema «Pacote laboral, segurança social – Andar para trás Não!», o PCP promoverá de 26 de Setembro a 19 de Outubro, e que, além da acção de venda da edição especial do de 26 de Setembro e de múltiplas acções de contacto directo com os trabalhadores e as populações, integrará também uma interpelação ao Governo, a realizar em 9 de Outubro na Assembleia da República sobre a política laboral e designadamente sobre o projecto governamental de novo Código de Trabalho que consubstancia a maior ofensiva contra os direitos dos trabalhadores desde o 25 de Abril de 1974.

3. O Comité Central do PCP chama a atenção para que, em simultâneo com uma ofensiva desencadeada contra aspectos estruturantes do regime democrático-constitucional no plano social, económico e político, se agravam factores de descontentamento popular relacionados com a escalada de aumentos de preços (em que é patente o abismo entre os sentimentos e experiência dos trabalhadores e das classes mais desfavorecidas e os números oficiais sobre a inflação), com o aumento do IVA, com o fim do crédito bonificado à compra de habitação, com as situações de salários em atraso, o encerra-

mento de empresas e o aumento do desemprego, com os preços dos manuais escolares na abertura do novo ano lectivo, com inadmissíveis e revoltantes atrasos no pagamento de prestações da segurança social.

4. O Comité Central do PCP sublinha a enorme gravidade da aceleração por parte do Governo de uma política de desfiguração do Serviço Nacional de Saúde e destruição das suas características essenciais, designadamente com a anunciada privatização de novos hospitais e a transformação de muitos outros em sociedades anónimas (como etapa para a sua futura privatização), com o ataque aos direitos dos trabalhadores do sector e com o aumento das dificuldades de acesso da população aos cuidados de saúde. E afirma o propósito do PCP de estimular, favorecer e apoiar um vasto movimento de opinião e de luta que desmascare e trave esta perigosa ofensiva na área da saúde.

Comunicado do Comité Central

No exercício das suas competências estatutárias, na sua reunião de 20 e 21 de Setembro de 2002, o Comité Central do PCP, em pontos separados da sua Ordem de Trabalhos, apreciou os recursos interpostos por Edgar Correia e Carlos Luís Figueira das sanções de expulsão que lhes foram aplicadas por decisão do Secretariado do Comité Central e apreciou a ratificação da sanção de suspensão de actividade partidária por 10 meses de Carlos Brito que lhe foi aplicada por decisão do Secretariado do CC.

O Comité Central aprovou por maioria, com 12 votos contra e 3 abstenções, uma deliberação que nega provimento ao recurso interposto por Edgar Correia.

O Comité Central aprovou por maioria, com 12 votos contra e 3 abstenções, uma deliberação que nega provimento ao recurso interposto por Carlos Luís Figueira.

O Comité Central aprovou por maioria, com 12 votos contra e 3 abstenções, a ratificação da sanção de suspensão da actividade partidária por 10 meses a Carlos Brito.

No domínio da educação, o Comité Central do PCP manifesta uma profunda preocupação com a situação de 30 mil professores sem trabalho e com os crescentes custos do ensino para os cidadãos, e critica vivamente orientações governamentais que colidem com a necessidade de uma escola a tempo inteiro no quadro de um ensino público, gratuito e de qualidade, com a dignificação dos primeiros anos de escolaridade, com o adequado financiamento do ensino superior público, com a prioridade a conceder à qualidade pedagógica em relação ao refinamento da selectividade e das soluções disciplinares.

5. O Comité Central denuncia a extrema gravidade dos anunciados projectos governamentais de privatização e leilão de importante património do Estado. Com efeito, nada escapa à fúria privatizadora do Governo: serviços públicos essenciais (saúde, notários, abastecimento de água), infra-estruturas e empresas estratégicas (rede eléctrica nacional, rede fixa de telecomunicações, rede de distribuição de gás natural, TAP, Portucel), restos da participação do Estado («goldenshares») em importantes empresas já hoje maioritariamente privatizadas (EDP, Brisa, Galp, PT) e a hasta pública de centenas de imóveis propriedade do Estado.

Trata-se de privatizar empresas e estruturas que controlam económica e fisicamente serviços e recursos essenciais (água, energia, ambiente, transportes, vias de comunicação, telecomunicações).

Os argumentos aduzidos são os mesmos de sempre, tão primários como falsos – os supostos prejuízos que estas empresas causam aos contribuintes, a alegada eficiência da gestão privada comparada com a pública. De facto, o que move o Governo é, fundamentalmente, a arrecadação de receitas para reduzir o défice orçamental imposto pelo desacreditado Pacto de Estabilidade, a continuação da transferência da riqueza e bens de todos os portugueses para os grandes grupos do capital financeiro acentuando a monopolização (também através da asfixia e liquidação das micro, pequenas e médias empresas) e o seu domínio sobre a economia portuguesa e a dinamização da especulação bolsista.

Registando recentes expressões de preocupação com os riscos de transferência para mãos estrangeiras de importantes centros de decisão económica, o PCP considera entretanto apropriado recordar que é a política de privatizações em si mesma que é um instrumento dessa transferência de centros de decisão e que toda a experiência passada, designadamente na área financeira, mostra que privatizar empresas públicas a favor de grupos nacionais é meio caminho andado para, mais à frente, acabarem em mãos estrangeiras.

Reuniu o Comité Central

Mobilizar energias contra ofensiva do Governo

Reforçar o PCP

6. Reafirmando posições anteriores, o PCP alerta para o perigo dos projectos de governamentalização em curso, na linha do programa eleitoral do PSD, que visam limitar a independência do poder judicial e instrumentalizar estruturas de investigação, comprometer a eficácia do combate à criminalidade organizada e prejudicar a completa investigação e julgamento dos crimes de «colarinho branco».

O Comité Central vê com preocupação a situação de instabilidade criada no seio da Polícia Judiciária pela recente crise na sua direcção, entende que tal situação só poderá ser ultrapassada no quadro do estrito respeito pela legalidade democrática e de uma total clarificação e transparência de processos, tanto mais necessárias quanto é certo que os testemunhos prestados na AR, por iniciativa do PCP, pelos directores demitidos da Polícia Judiciária legitimam a suspeita de gravíssimas pressões e interferências do governo.

Assumem ainda especial gravidade os desenvolvimentos do «caso Universidade Moderna» e os indícios flagrantes de uma emaranhada teia de compromissos e envolvimento a vários níveis do poder político e económico. É assim uma exigência nacional e um imperativo do Estado de direito democrático a cabal e célere investigação deste como de outros processos, com vista ao apuramento da verdade e das responsabilidades criminais dos que nele estão envolvidos. O Comité Central sublinha que o significado político dos factos que envolvem o líder do CDS-PP e ministro de Estado e da Defesa Nacional deveriam ser, só por si, razão bastante para que abandonasse o exercício das funções de Estado que exerce.

7. O Comité Central do PCP salienta os graves perigos para a paz, a liberdade e a independência dos povos decorrentes da política militarista agressiva dos EUA e da sua arrogante pretensão de moldar o mundo à medida dos seus interesses. Denunciando a descarada hipocrisia e o aberto afrontamento da legalidade internacional inerentes aos preparativos de guerra contra o Iraque, o Comité Central sublinha a necessidade de intensificar a luta para isolar e impedir a Administração Bush de consumir os seus criminosos propósitos, alcançar uma solução política negociada da situação e pôr fim a um bloqueio ilegítimo que tantas vítimas inocentes já provocou. O Comité Central chama ainda a atenção para que a Administração norte-americana acentua as suas pressões e manobras para obter da ONU uma Resolução que lhe deixe as mãos livres e sublinha que, se tal viesse a acontecer, seria o descrédito da ONU cujo papel e objectivo primeiro deveria ser o de prevenir conflitos e defender a paz.

O CC do PCP salienta igualmente a urgência de deter a esca-

lada de violência e os crimes do governo israelita na Palestina e assegurar os legítimos direitos nacionais do povo palestino.

O Comité Central sublinha a extraordinária gravidade da posição servil assumida pelo governo PSD/CDS-PP com a visita de Durão Barroso aos EUA e a cedência da base das Lajes para a agressão imperialista no Médio Oriente. O PCP opõe-se firmemente a uma tal política que compromete a soberania e a segurança do país, prejudica gravemente as relações com o mundo árabe e desprestigia Portugal no concerto das nações. E apela aos trabalhadores, à juventude, ao povo português para que pelos mais diversos meios ao seu alcance façam ouvir o seu protesto contra o imperialismo e a guerra e em defesa da paz.

8. O Comité Central do PCP assinala o estimulante significado do êxito da 26.ª edição da Festa do *Avante!*, sublinha o valor e qualidade do seu vasto e diversificado programa cultural, artístico e político e a adesão popular que recebeu, saúda os milhares de membros do Partido e da JCP que generosamente contribuíram para mais esta notável e singular realização do PCP e salienta que a Festa do *Avante!* deste ano representa, a muitos títulos, uma poderosa afirmação da vontade do colectivo partidário de, com unidade, confiança, audácia e ambição, trabalhar e lutar para o reforço da intervenção e influência do PCP na sociedade portuguesa.

9. O Comité Central do PCP sublinha a importância, acrescida na actual situação política nacional e face à ofensiva do Governo, da próxima realização em 19 e 20 de Outubro, em Almada, do Encontro Nacional sobre a acção e organização do Partido nas empresas e locais de trabalho, e apela à sua ampla preparação pelas organizações e militantes do Partido, designadamente através do debate do projecto de Resolução divulgado em 12 de Setembro.

Apela também à uma ampla e audaciosa mobilização das energias, experiências e contribuições do colectivo partidário para a concretização das importantes orientações e linhas de trabalho e intervenção política aprovadas na Conferência Nacional de 22 de Junho, com destaque para o arranque – que deverá ocorrer em final de Outubro – da iniciativa «Em movimento, por um Portugal de futuro», para o movimento geral de reforço do Partido «Sim, é possível! Um PCP mais forte» (nomeadamente, realização de assembleias de organização, estímulo à iniciativa das organizações, responsabilização de militantes e rejuvenescimento de organismos, acção de contacto com os membros do Partido, campanha de novas adesões ao PCP, promoção do *Avante!*), para o lançamento da preparação da Conferência Nacional sobre o PCP e o poder local a realizar nos primeiros meses do próximo ano.



O Comité Central salienta ainda a importância do apoio das organizações do Partido à preparação e realização, em 2 e 3 de Novembro deste ano, do VII Congresso da JCP.

10. O Comité Central do PCP exprime a sua profunda confiança de que, com base fundamental numa dinâmica intervenção das organizações do PCP e da mobilização da reflexão, acção e abnegado esforço dos seus militantes, os próximos tempos, apesar de carregados de exigentes desafios e assinaláveis perigos, confirmarão o PCP como a força mais activa e consequente no combate à política do governo da direita, como uma força sólida e coerentemente vinculada à sua identidade, valores e ideais, como uma força essencial de resistência, de luta, de proposta e de construção, como um partido indispensável para que, tão cedo quanto possível, Portugal venha a ganhar a nova política de que precisa e a alternativa de esquerda que a garanta.

21.9.2002

O Comité Central do PCP

Freguesia da Ajuda

Uma população esquecida

Os moradores dos Bairros 2 de Maio e Casalinho da Ajuda, da freguesia da Ajuda, em Lisboa, estão descontentes com a falta de resposta da Câmara Municipal a alguns dos seus problemas e acusam o presidente do Executivo de ter eleito como primeira obra a realizar na freguesia o arranjo da vivenda que lhe foi atribuída.

É a Comissão de Freguesia da Ajuda do PCP que o diz,

enumerando entre as queixas dos moradores o atraso na abertura das casas desabitadas pertencentes à Câmara para entrega aos jovens e às famílias mais carenciadas.

Para além da falta de arranjo nas habitações e de limpeza, a Câmara não procede também à criação espaços verdes e de parques de estacionamento tão necessários aos moradores daqueles bairros, assim como não exige do

Governo mais segurança e mais transportes para a população. Esta, porém, garante a Comissão de Freguesia da Ajuda, pode contar com os eleitos do PCP, nomeadamente na Assembleia da República, na Câmara Municipal e na Junta de Freguesia «para dinamizarem a luta e denunciarem a existência dos problemas que afectam os trabalhadores e moradores da freguesia».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Adneto Gomes

Faleceu, no passado dia 30 de Agosto, com 76 anos de idade, o camarada Adneto Gomes. Militante do Partido desde a juventude, dedicou a sua vida à luta e aos ideais do Partido. Foi membro da Comissão Concelhia da Amadora e do seu Executivo. Estava organizado na freguesia da Mina, onde, até pouco antes do seu falecimento, continuava a vender e a distribuir o *Avante!*.

Estêvão Simões Pais

Faleceu, no passado dia 13 de Setembro, o camarada Estêvão Simões Pais, de 91 anos de idade. O camarada pertencia à

Organização de São Jorge de Arroios, Lisboa.

Francisco José Martins Feio

Faleceu, vítima de doença prolongada, o camarada Francisco José Martins Feio, de 47 anos de idade, natural e residente na freguesia do Monte Redondo, Torres Vedras. Foi eleito no Executivo da Junta de Freguesia do Monte Redondo e era um camarada muito estimado pela população da zona.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do *Avante!* manifesta sentidas condolências.

Gabinete de Imprensa esclarece

O Gabinete de Imprensa do PCP dirigiu, na segunda-feira, ao director do jornal «Público» um esclarecimento relativamente a algumas passagens da notícia inserta na edição do mesmo dia sob o título «Carvalhas tentou condicionar votação». Nele garante ser «falso» que o Secretário-geral do PCP tenha afirmado na reunião do Comité Central que «quem votasse a favor dos recursos estava a solidarizar-se com os expulsos».

Com efeito, diz o PCP, «no quadro de referências à complexidade da questão em apreço, o que o Secretário-geral do PCP afirmou, e as «fontes» do «Público» não revelaram, foi que a maioria dos camaradas que tinham afirmado não ir votar a favor da proposta dos organismos executivos (votos contra e abstenções) tinha condenado com clareza as atitudes e as violações dos Estatutos por parte dos sancionados, bem assim como o seu recurso para o Tribunal Constitucional, que consideravam inaceitável, e que o

seu sentido de voto se prendia, no essencial, com o seu critério sobre o interesse do partido e com razões de oportunidade política. Mas que, entretanto, o que era mais provável é que as notícias fossem exclusivamente sobre o seu sentido de voto com silêncio sobre as posições que manifestaram.

O Gabinete de Imprensa sublinha, ainda, que «afirmar que houve pressões sobre membros do Comité Central que «directa ou indirectamente dependem profissionalmente do PCP» ou tentativas de «condicionar a votação» é uma tentativa gratuita de insultar todos e a cada um dos membros do Comité Central que sempre decidiu pela sua própria cabeça e votou em inteira liberdade e que atinge retroactivamente aqueles que fazem tais acusações, esquecidos que parecem estar dos longos anos em que, simultaneamente, foram membros do Comité Central e funcionários do PCP».

ALBUFEIRA PCP contra empréstimo

O PCP vai votar hoje, na Assembleia Municipal de Albufeira, contra o pedido de empréstimo que o executivo do PSD na Câmara Municipal pretende fazer à banca, no valor de mais de 1 milhão e quinhentos mil euros (312 mil contos). Em comunicado à população, a Comissão Concelhia de Albufeira justifica a sua atitude com o facto de discordar que a Câmara pretenda oferecer à AHETA um terreno de 12.775 m², no valor de 100 mil contos, para construção da sua sede, como «se não necessitasse de dinheiro». O PCP não entende «semelhante estilo de gerir as finanças municipais», diz a Comissão Concelhia de Albufeira, pois se em vez de oferecer o terreno a Câmara o vendesse conseguiria reduzir o valor do empréstimo e, consequentemente, reduzir o montante dos juros bancários, no valor de milhares de contos anuais.

MONTIJO Lutar é preciso

«É necessário resistir e lutar contra uma política de direita tão retrógrada que lembra os conceitos dos primórdios do capitalismo», diz a Comissão Concelhia do Montijo do PCP, em nota à comunicação social.

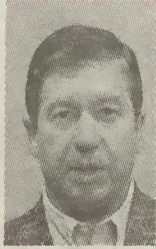
Apostada em «informar e esclarecer» sobre o que significa para os trabalhadores e as gerações futuras a chamada «reforma» da segurança social e o novo Código «terrorista» do Trabalho, e mobilizar os trabalhadores «para a resistência e a luta contra os atentados mais graves de sempre aos direitos de quem trabalha», a Comissão do PCP promove, amanhã, à noite, na Galeria Municipal do Montijo, um debate público sobre estes temas. No seu comunicado, os comunistas do Montijo exortam, ainda, «todos os trabalhadores, as mulheres, os jovens e os reformados para que se mobilizem e participem no Cordão Humano pela Solidariedade e Trabalho com Direitos, que a CGTP promove, no próximo dia 1, na cidade do Barreiro».

LISBOA Ofensiva nos transportes

O Sector de Transportes da ORL do PCP lançou este mês uma Folha Informativa dirigida aos trabalhadores das Empresas Rodoviárias Privadas de Passageiros, onde denuncia o processo de concentração capitalista em que o Governo de direita está apostado. Na sequência desse processo, tem-se assistido a várias reestruturações empresariais que consistem na criação de uma nova empresa de maior dimensão, a partir da fusão de várias empresas do mesmo grupo. Estas novas empresas de maior dimensão, mantêm, contudo, os mesmos autocarros e os mesmos trabalhadores. Ou seja, uma operação que apenas beneficia os privados, já que o serviço prestado às populações piora, o preço praticado é cada vez menos social e a frota está cada vez mais envelhecida. Mas outro objectivo destas concentrações é atacar os direitos dos trabalhadores, nomeadamente no que diz respeito ao complemento de doença e acidentes de trabalho, complemento da reforma, regime de horário de trabalho, definição de funções das categorias profissionais, remuneração salarial. Direitos que cabe aos trabalhadores defender.

Mobilizar para a acção em defesa das pescas

Portugal e os portugueses estão confrontados com o enorme desafio à sua capacidade de defender o sector estratégico das pescas.



José Neto
Membro
da Comissão
Política

A ameaça não se reduz à supressão de milhares de postos de trabalho, o que já não seria pouco, se tivermos em conta que, segundo os economistas, um posto de trabalho no mar cria quatro em terra. A liquidação do sector pesqueiro e das actividades económicas (já limitadas) que lhe estão associadas, poria em causa um dos recursos fundamentais para a alimentação dos portugueses, destruiria as comunidades pesqueiras do litoral e com elas uma parte da nossa identidade nacional, e constituiria um rude golpe (mais um) na independência e soberania do nosso país.

A situação a que se chegou no nosso país é particularmente grave.

A aceitação sem reservas, por parte dos sucessivos governos, quer do PSD quer do PS, da Política Comum de Pescas (PCP), decidida fora e contra

os interesses nacionais, e a subalternação da soberania nacional a interesses estrangeiros a Portugal, são os traços mais marcantes da política seguida nestes últimos anos.

E a realidade está aí. A Política Comum de Pescas pôs em perigo a soberania nacional nas águas territoriais (12 milhas). Reduziu em cerca de 40% a capacidade de pesca e em mais de 60% a capacidade de produção da indústria conserveira e quase aniquilou a indústria de construção naval. Não garantiu o acesso aos nossos pesqueiros tradicionais em águas exteriores, como são os casos da Gronelândia, Terra Nova, Marrocos, Angola, Moçambique, África do Sul e Namíbia, impedindo mesmo a negociação de acordos oficiais bilaterais com países terceiros.

Alguns números são bem elucidativos dos efeitos devastadores desta política. Nos últimos 10 anos, a quantidade de pescado capturado diminuiu em 53% (passando de 319 mil toneladas para 150 mil); a frota pesqueira foi reduzida em 33% - de 16 mil

embarcações em 1990 para 10.750 no ano 2000; o número de pescadores matriculados diminuiu perto de 40% (actualmente 25 mil, quando em 1990 rondava os 40 mil). E, quanto à importação de produtos da pesca, Portugal importa hoje 300 mil toneladas, o dobro do que importava em 1986, ano da entrada do nosso país na Comunidade Europeia.

Mas o mais grave está para vir: a revisão da Política Comum de Pescas proposta pela Comissão Europeia, em Maio deste ano, aponta para gravosas orientações que poderão acabar com as pescas em Portugal.

O que a situação requer

Numa visão puramente economicista e de uma pretensa defesa do meio ambiente, ignorando a realidade das pescas, designadamente a realidade das pescas portuguesas, a proposta da nova Política Comum de Pescas tem como orientação fundamental a política de abates, a redução da nossa capacidade pesqueira e a abertura total das nossas águas.

Não podemos aceitar que acabem os apoios à reestruturação da frota, quando é conhecido que a frota de pescas portuguesas é uma frota com características artesanais e envelhecida - 40% tem mais de 25 anos, o que dificulta a nossa competitividade.

Não podemos aceitar que sejam ainda mais elevados os incentivos para o abate de mais embarcações (287 barcos no caso português), sabido que é que, desde 1986, Portugal foi o país que, no cumprimento dos programas comunitários, mais reduziu a sua capacidade de pesca.

Quanto à pesca em águas territoriais, é fundamental que se prolongue a derrogação da exclusividade da pesca nacional até às 12 milhas (que termina no final de 2002). E que seja assumido definitivamente o mar territorial das 12 milhas, protegendo a pesca costeira, pois é nessa área que se situam três quartos dos nossos recursos. Trata-se por isso de uma questão da máxima importância em termos de soberania nacional.

A situação requer, é um imperativo nacional, a inversão das políticas que têm sido seguidas, no sentido da defesa da economia nacional e dos direitos e interesses das populações do litoral, altamente dependentes dos recursos pesqueiros.

É pois imperioso que o País tome consciência da importância do que está em jogo. E que todo um vasto conjunto de estruturas, organizações e instituições convirjam para a defesa deste sector estratégico. Pescadores e suas organizações de classe, armadores, organizações de produtores, populações e autarquias do litoral, sectores económicos ligados à pesca, devem mobilizar-se e agir de forma concertada num movimento nacional em defesa das pescas.

No próximo dia 3 de Outubro desloca-se a Portugal o Comissário Fischler, da União Europeia, responsável máximo pelo sector das pescas. Importa que o País lhe dê sinais claros contra as propostas da Comissão Europeia e de determinação na defesa dos interesses nacionais.

“A Política Comum de Pescas reduziu em cerca de 40% a capacidade de pesca”



Contra o pacote laboral

Metalúrgicos

O plenário de dirigentes e delegados do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco, e membros de Comissões de Trabalhadores, reunido em Benavente no passado dia 19, aprovou uma resolução na qual rejeita por completo «a violenta ofensiva que o Governo e o patronato têm em curso contra os trabalhadores», que ultrapassa «todas as marcas e viola as mais elementares regras do regime democrático e dos direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição». O plenário destacou que este ataque é demasiado grave «para que os trabalhadores e todos os portugueses fiquem indiferentes». Para além do pacote laboral, o plenário destacou o ataque à segurança social em favor das seguradoras privadas e a privatização dos hospitais como partes integrantes do ataque do Governo e patronato aos direitos dos trabalhadores e do povo.

Hotelaria

A FESAHT, federação sindical da alimentação e hotelaria, também manifestou, no seu encontro nacional por intermédio de uma moção aprovada por unanimidade e aclamação, a sua frontal oposição ao pacote laboral, que representa a «razia total dos direitos dos trabalhadores e um afrontamento às organizações sindicais». O encontro nacional da federação decidiu repudiar e rejeitar todo o conteúdo do pacote laboral e defender a segurança social como conquista dos trabalhadores e para os trabalhadores, e não, como pretende o Governo e o patronato, a sua entrega ao capital financeiro. Em torno destes objectivos, será realizada uma «ampla campanha de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores nas empresas através da realização de plenários e em simultâneo assumindo posições de contestação e luta».

Portugal Telecom

Também a CT da Portugal Telecom rejeita as medidas contidas no «Código de Trabalho», considerando mistificador o argumento da produtividade, pois esta tem mais que ver com os baixos salários praticados, com a falta de condições e de formação de profissional. «Não será antes um problema motivado pela incapacidade de gestão dos empresários portugueses, das suas ideias retrógradas e da sua incompetência?», questiona a CT. O objectivo da reforma legislativa proposta pelo Governo e pelo patronato tem a finalidade, segundo a CT, de «fortalecer a posição dos patrões e empresários, dando-lhes ainda mais força para reprimir, despedir, retirar direitos e aumentar os lucros à custa de mais e mais exploração».

Cálculo dos salários a partir da previsão da inflação europeia, como defende o Governo, prejudica trabalhadores

Intensifica-se o confronto

Do método que o Governo pretende utilizar para efeitos de política salarial resultaria uma quebra acentuada do poder de compra dos salários dos trabalhadores portugueses.

O Governo anunciou, na passada semana, no quadro das Grandes Opções do Plano para 2003, a intenção de mudar o referencial da inflação para efeitos de política salarial, substituindo a previsão da evolução dos preços no consumidor em Portugal pela evolução média no espaço da União Económica e Monetária. Para a CGTP, esta medida traduzir-se-ia na diminuição do poder de compra dos salários, que já são actualmente os mais baixos da União Europeia.

Esta quebra seria muito

elevada, pois a inflação portuguesa está actualmente em 3,6 por cento face a 1,9 por cento de média nos países da zona Euro. O aumento dos preços não teria, assim, qualquer correspondência ao nível dos salários. Essa correspondência já hoje não existe – pois às «correções» de carácter inflacionista operadas com a introdução do Euro juntar-se-ia uma política salarial mais restritiva – mas seria, desta forma, ainda mais agravada.

A Inter considera que com



Com o método de cálculo proposto pelo Governo, o poder de compra dos salários sofreria uma grande quebra

o avanço desta medida, a política de moderação salarial –

«que é injusta, porque os salários reais sobem menos que a produtividade perdendo peso na repartição do rendimento nacional» – seria substituída pela da redução do poder de compra dos salários. A central sindical considera que o Governo pretende atingir directamente os trabalhadores da Administração Pública e os trabalhadores que recebem o salário mínimo, tendo o patronato aproveitado para se colar a esta posição.

Ataque global

A CGTP considera que este ataque aos salários, perpetrado pelo Governo, não pode ser desligado da sua política mais geral de confronto com os trabalhadores, referindo-se, nomeadamente, à «intenção de alterar, piorando, a legislação de trabalho». Assim, e com o sentido de arrancar definitivamente com a luta de rua contra esta política, a CGTP irá promover, no próximo dia 1 de Outubro, um cordão humano pela solidariedade e trabalho com direitos, para o qual irá desenvolver

um intenso esforço de mobilização. Realizado em diversas cidades do País, de norte a sul, o cordão humano visa «barrar o caminho às golpadas de Bagão Félix e companhia», e reforçar a «corrente de solidariedade e unidade».

Esta iniciativa não será apenas de resistência aos ferozes ataques do patronato e do Governo. Será também um momento de exigência de direitos para quem trabalha. Assim, para além da oposição às propostas de alteração às leis laborais e de revisão da Lei de Bases da Segurança Social, a Intersindical defende a reposição da taxa do IVA em 17 por cento, bem como do crédito bonificado à habitação. Exige ainda as 35 horas semanais, os 25 dias úteis de férias, 30 euros de aumento mínimo nos salários, e a fixação do salário mínimo nos 378 euros.

Melhores cuidados de saúde, separando claramente os sectores público e privado, é outra das preocupações da CGTP para esta iniciativa, para a qual estão a ser mobilizados os trabalhadores, as populações, bem como diversas instituições e personalidades.

CGTP 32 ANOS DE LUTA COM OS TRABALHADORES 1 OUTUBRO

de Minhoas Açores

CORDÃO HUMANO

pela SOLIDARIEDADE e

TRABALHO com DIREITOS

Cimeira da Administração Pública marca Manifestação nacional a 16 de Outubro

A Cimeira da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, reunida em Lisboa no dia 19, marcou para 16 de Outubro uma manifestação nacional do sector. Os sindicatos, que consideram inevitável o recurso à luta, visto a brutal ofensiva a que os trabalhadores estão a ser sujeitos, elegeram como principais bandeiras a exigência de trabalho com direitos e de actualização-

es salariais dignas e a rejeição dos supranumerários, dos despedimentos e do desemprego. A Frente Comum exige também a defesa da qualidade dos serviços públicos e das funções sociais do Estado.

Para além da manifestação nacional, a Cimeira decidiu pela participação no cordão humano do próximo dia 1, bem como na iniciativa de entrega de pareceres da passada segunda-feira.

A Cimeira da Frente Comum «apontou o caminho da luta para fazer face a uma política que visa destruir as funções sociais do Estado, substituindo-as pela lógica mercantilista dos grandes grupos económicos, cujo único objectivo é o máximo lucro à custa do agravamento da situação social dos trabalhadores e do aumento de custos para os utentes».

Defender a Segurança Social pública

Centenas de delegados, dirigentes e activistas sindicais de todo o País concentraram-se, na passada segunda-feira, junto à Assembleia da República, para defender a Segurança Social pública universal e repudiar a revisão da Lei de Bases, aprovada há menos de dois anos. As estruturas presentes foram unânimes na rejeição do modelo proposto pelo Governo, de carácter assistencialista, visando a subalternização do sistema público de segurança

social que, segundo as organizações sindicais, reverte em desfavor dos trabalhadores e das famílias portuguesas.

A iniciativa consistiu na entrega – por parte de cada união, federação, sindicato e comissão sindical ou intersindical – de pareceres sobre a proposta governamental de revisão à Lei de Bases. No início da acção, na qual foram entregues mais de dois mil pareceres, tomou a palavra o secretário-geral da CGTP, Carvalho da Silva.

Também a Interjovem se mobilizou em defesa do actual modelo de Segurança Social. Lembrando que os jovens são os principais prejudicados caso as propostas do Governo tomem forma de lei, a Interjovem acampou junto aos principais centros da segurança social – Lisboa, Porto, Guarda, Leiria, Pombal, Setúbal e Viseu – a fim de esclarecer a opinião pública e em particular os utentes, para as alterações à lei.

Carris volta à greve

Os trabalhadores da Carris voltaram à greve. No passado domingo, os trabalhadores paralisaram durante 24 horas. A reivindicação é a mesma: a retoma das negociações e a recusa do acto de gestão de 3,3 por cento, ambos da responsabilidade do Conselho de Administração da empresa.

A adesão da Carris à semana europeia da mobilidade/dia europeu sem carros – este último que coincidiu com a data da greve – merece da FSTRU, federação sindical do sector rodoviário, a acusação de hipocrisia, pois, segundo a federação, a empresa não contribui – antes pelo contrário – para a

mobilidade da população de Lisboa. O fim de muitas carreiras, a alteração de horários no sentido da redução, a não aceitação de novas carreiras propostas pelas populações e juntas de freguesia estão na base da acusação da FSTRU.

Sendo Lisboa uma cidade com elevados níveis de poluição, a federação não compreende a razão pela qual a Carris procurou, por diversas vezes, acabar com o transporte menos poluente de todos, o eléctrico. Ao privilegiar a componente económica em detrimento da social, a Carris prejudica os seus trabalhadores bem como a população da cidade, acusa a federação.

Ano lectivo começa com milhares de professores não colocados

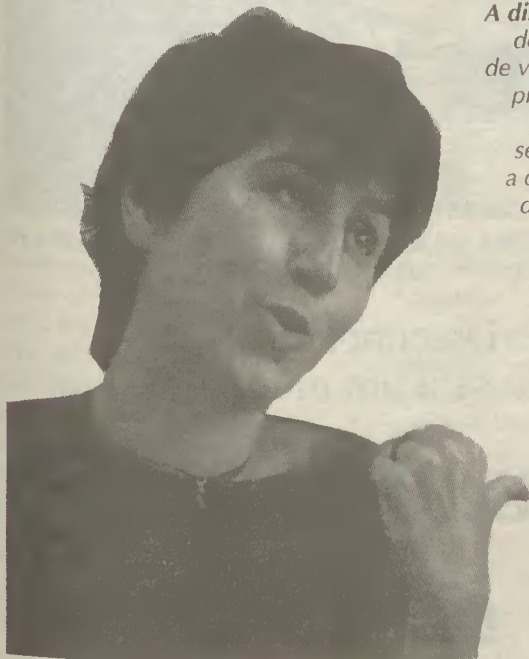
Falta de educação

A elevada taxa de desemprego entre os professores verificada no início do ano lectivo deve-se à política de destruição das funções sociais do Estado levada a cabo pelo Governo. Quem o diz é Irene Sá, professora comunista, que considera que esta política prejudica não só os professores mas a própria educação.

«Mais do que uma batalha pelo emprego, esta é uma batalha pela educação», afirma Irene Sá, do organismo dos professores da DORL do

candidaturas, ficam cerca de 14 mil docentes, dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, não contando ainda com os candidatos aos primeiros

A diminuição do número de vagas para professores prejudica seriamente a qualidade de ensino, lembra Irene Sá



PCP, que falou ao Avante! sobre as listas de colocados nos miniconcursos. Sem emprego, após esta fase de

níveis de ensino. Relativamente ao ano passado, o número de vagas sofreu uma quebra acentuada, passando

de 9 mil para 6 mil. A muitos dos colocados espera uma grande redução de vencimentos, dado a atribuição de horários com poucas horas semanais.

Este problema, na opinião de Irene, prende-se com uma clara opção política de destruição das funções sociais do Estado. «Estão a fazer o mesmo à saúde e à Segurança Social», lembrou.

Na educação, esta destruição passa pela extinção de postos de trabalho. Quem paga, para além dos professores, é a própria qualidade do ensino, afirma.

O encerramento de diversas escolas e a liquidação do ensino recorrente em diversas localidades «empurrou» muitos professores efectivos que leccionavam à noite para o horário diurno, retirando a possibilidade a muitos contratados de conseguir colocação.

Por outro lado, numa clara violação da disposição que fixa o número máximo de alunos por turma em vinte e cinco, o Governo tem vindo a pressionar as escolas no sentido de não abrir turmas com menos do que vinte e cinco

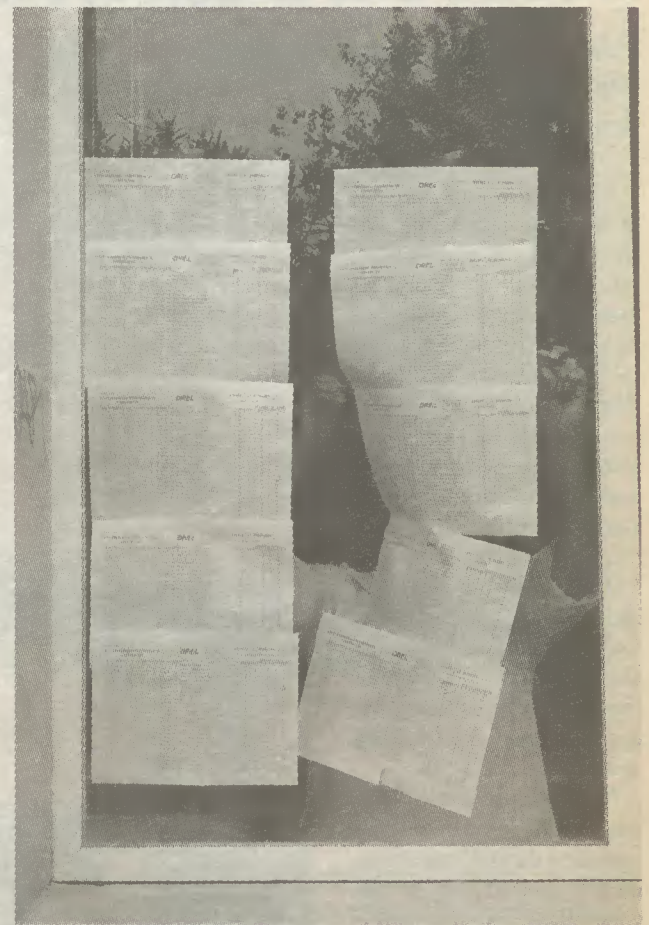
«entre um professor dar atenção a 15 alunos ou a 25 há uma grande diferença, que os próprios alunos reconhecem, tal como os pais».

O estudo acompanhado – introduzido no passado ano lectivo em substituição do apoio educativo para os 5.º e 6.º anos – viu também o número de professores reduzidos a metade, de dois para um. «Isso multiplicado pelo número de turmas e de escolas a nível nacional resulta num número de horas brutal, que se traduz em postos de trabalho», considera Irene. O estudo acompanhado, mais do que explicações, pretende apoiar nos métodos de estudo. Como estes não são semelhantes em «inglês como em ciências, o que estava estabelecido era que isto fosse assegurado por dois professores, um da área de humanidades, outro de ciências», lembra.

O Governo vê a educação como um fardo para os cofres do Estado

Despesa ou investimento?

Irene, que vê os gastos com a educação como um investimento e não como despesismo, acusa o Governo de extinguir importantes funções que, sendo desempenhadas por professores, não passavam pelas salas de aula. Exemplo disso é a extinção de alguns institutos, e consequente regresso dos profissionais às escolas. Este aspecto é negativo, lembra a professora, já que não se tratavam de institutos «decorativos», pois faziam investigação na área da educação. O mesmo se passa com profes-



A angústia e a incerteza repetem-se para muitos professores contratados, ano após ano

sores que desempenhavam tarefas no Ministério da Educação. Para além de provocar ainda mais desemprego entre os contratados, a saída destes professores – vinculados ao Ministério e que, por esta razão, não podem ser «dispensados» – deixa um vazio em muitas e importantes funções.

Outra das provas que o Governo encara a educação como um fardo prende-se com os primeiros escalões de ensino. No primeiro ciclo, o Governo mandou encerrar todas as escolas com menos de 10 alunos. «Esta é uma perspectiva economicista», considera Irene, que entende

que a existência deste tipo de serviços é uma das garantias de fixação das pessoas à sua terra. Lembre-se que é precisamente no interior, que vem sofrendo um processo constante de desertificação, que a maioria destas escolas se localiza. Este problema é ainda mais grave sabendo que há escolas com mais de dez alunos que também encerraram. No pré-escolar, o Governo pretende alargar os horários de trabalho aos educadores, através de um calendário específico para o sector. O Governo parece esquecer-se «que os educadores também têm família», lembra.

Interjovem exige outra política

A Interjovem insiste na necessidade de mudar o rumo da educação em Portugal. Em nota de imprensa de 23 de Setembro, sobre a saída dos resultados dos miniconcursos para a colocação de professores, a estrutura juvenil da CGTP-IN considera necessário assumir a educação como um investimento e não como uma despesa.

A Interjovem entende que a existência de milhares de professores sem colocação se deve, por um lado, a «uma completa desregulação da formação inicial de professores», e por outro, a uma série de

medidas «de carácter puramente economicista, nomeadamente a extinção do par pedagógico na área de projecto e no estudo acompanhado do 3.º ciclo, que contribuam para tornar este um ano particularmente difícil para todos quantos investiram numa formação superior, vocacionada para a área da docência».

A solução para este problema «está ao alcance das mãos», lembram os jovens da CGTP, «assim se tenha a coragem de mudar a política educativa, começando a traçar um percurso que leve a edificação de uma escola pública

de qualidade, onde todos possam ter sucesso».

A criação de condições para a educação de adultos e à formação ao longo da vida, bem como a reabertura dos cursos de ensino nocturno entretanto encerrados – que permitirá aos jovens trabalhadores com menos que o 9.º ano concluir a sua aprendizagem e qualificação – são algumas das medidas propostas, a par da tomada de medidas tendentes a combater os elevados índices de insucesso escolar, nomeadamente a redução do número de alunos por turma.

O «Código» dos professores

«Os professores contratados lá estão, ano após ano, numa nova praça de jorna, à espera de colocação.» É assim que Irene Sá caracteriza a angústia sentida anualmente por milhares de professores, na incerteza sobre uma possível colocação em alguma escola. Muitos, os que vão conseguindo colocação, andam a saltar de escola em escola, de cidade em cidade. Anos a fio.

Irene lembra que uma das medidas que o Governo pretende incluir na legislação com o proclamado «Código do Trabalho» – a eternização dos contratos a prazo – já é uma realidade hoje para os professores. «A lei actual é clara quando diz que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um contrato de trabalho permanente. Nos professores isto não é assim há anos.» Todos os anos abrem as mesmas vagas nas mesmas escolas, sendo

preenchidas por professores diferentes. Mau para os professores – que vêm dificultada a sua autonomização familiar, devido à incerteza quanto ao futuro –, é também negativo para o próprio ensino, já que o professor não acompanha a evolução dos alunos.

«Não percebo as razões para um regime de excepção no que respeita aos professores», considera Irene, que afirma perceber que para a educação devam ir as pessoas melhor qualificadas. Mas, adianta, há quem tenha profissionalização e até mestrado e não esteja vinculado.

Quem não ficar colocado, pode nem sequer ter direito a receber subsídio de desemprego. Segundo a lei, é necessário ter no currículo 540 dias de trabalho nos últimos três anos ou 180 nos últimos dezoito meses. Acontece muitas vezes, testemunha Irene, que os professores têm

estes 540 dias mas não nos últimos três anos. «Se um professor ficar colocado dois anos seguidos, não conseguir colocação durante um ano, e voltar à escola no ano seguinte, já não tem direito ao subsídio», lembra. Ainda por cima, o «dia» de que a lei fala é o dia completo, ou seja, menos de nove horas semanais não conta. Irene, ela própria professora contratada, lembra que trabalhou três anos, mas só tem «trezentos e tal dias», pois teve diversos horários. Assim, assegura, a maior parte dos professores contratados não colocados não tem direito ao subsídio de desemprego. «É curioso que o Governo considere despesismo investir na educação mas nada faça perante o pagamento de subsídio de desemprego a professores que podiam – e deviam – estar nas escolas a dar aulas», ironiza a jovem professora.



Democrata e cidadão
de firmes convicções progressistas

Morreu Blasco Hugo Fernandes

Faleceu no dia 21 de Setembro, com 71 anos, Blasco Hugo Fernandes, destacada figura de democrata e resistente antifascista.

Presidente da Comissão Directiva da Intervenção Democrática (ID), de que era representante na Coordenadora da Coligação Democrática Unitária (CDU), engenheiro investigador jubilado, Blasco Hugo Fernandes foi um «cidadão de firmes convicções progressistas», como assinala o Secretariado do Comité Central do PCP em mensagem enviada à família, à ID e à Direcção do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), organização da qual fazia parte, integrando o seu núcleo dirigente, na qualidade de vice-presidente.

No texto, de acordo com uma nota do gabinete de imprensa do PCP, manifestado é o «sentido pesar» dos comunistas e a «sua solidariedade neste momento de dor que a perda de um amigo e companheiro de luta representa», sendo igualmente evocada «com grande apreço e amizade» a sua figura de democrata.

O funeral de Blasco Hugo Fernandes realizou-se no domingo, para o cemitério do Alto de S. João, depois de ter estado em câmara ardente na sede nacional do CPPC, de que

foi membro fundador. Na hora da despedida, entre os presentes, esteve uma delegação em representação da direcção do PCP constituída por Carlos Carvalhas, Albano Nunes, Jorge Cordeiro e Vítor Dias.

Blasco Hugo Fernandes desempenhou as funções de Vogal da Comissão Nacional da FAO (1974-1979), tendo

sido também Director do Departamento das Relações de Trabalho Rural do Ministério do Trabalho (1974-1978).

Deputado Municipal na Assembleia Municipal de Lisboa, Deputado na Assembleia da Área Metropolitana de Lisboa, Blasco Hugo Fernandes era igualmente membro do Secretariado do Conselho Mundial da Paz.

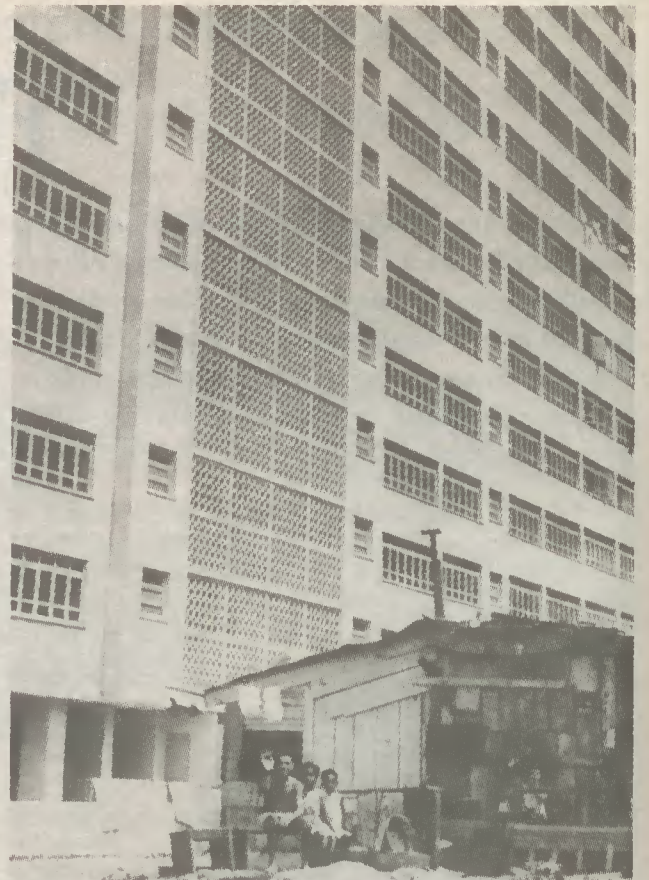
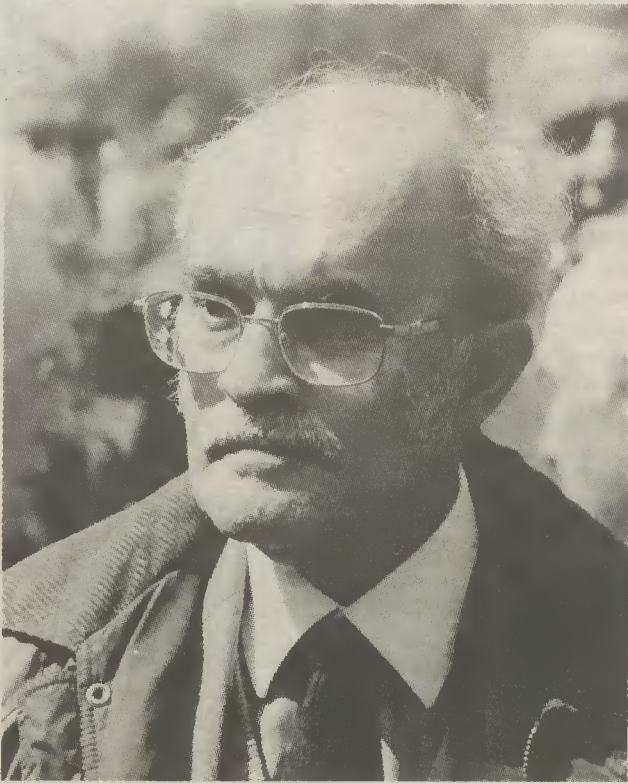
Com uma actividade intensa repartida em vários planos, era ainda Director da «Razão Acti-

va», Boletim da Fundação Internacional Racionalista (FIR), Vice-Director e Membro do Conselho Redactorial da Revista «Seara Nova».

Vice-Presidente do Comité Internacional de Ligação para a Reunificação da Coreia (CILRECO), pertencia também ao Secretariado da Plataforma Internacional de Resistência Democrática Contra o Neoliberalismo (Paris), ao Fórum Internacional para um Contrato de Geração Norte-Sul (Bruxelas), sendo ainda membro da European Union – Iniciatives et Débats pour l'Union Européenne (Paris).

Foi galardoado com a Medalha de Ouro de Mérito Municipal, atribuída pela Câmara Municipal de Lisboa (2002), bem como com a Medalha de Cidadão Honorário de Sofia (Bulgária), atribuída pela Municipalidade de Sofia (1976) e, ainda, com a Medalha de Amizade, atribuída pelo Comité Popular Supremo da República Popular da Coreia (1992).

Membro da APE – Associação Portuguesa de Escritores, do Cercle Condorcet (Paris) e do Conselho Fiscal do «Le Monde Diplomatique» - Edição Portuguesa. Blasco Hugo Fernandes deixa vários livros, ensaios e artigos em diversas publicações nacionais e estrangeiras.



Agrava-se o fosso entre os ricos (cada vez mais ricos) e os pobres (cada vez mais excluídos)

Da cimeira da Terra
não saiu um mundo melhor

Uma frustração chamada Joanesburgo

Um acontecimento sem glória, de onde saiu muito pouco de palpável, quase confinado a um «simples repositório de intenções», assim classificou o Grupo Parlamentar do PCP a recente Cimeira da Terra de Joanesburgo.

Levada a plenário como debate de interesse relevante, faz hoje oito dias, a Cimeira foi assim encarada pela bancada comunista como um

«perspectiva de um mundo mais justo e equilibrado construído através do combate firme e rigoroso contra a degradação ambiental e da luta por um desenvolvimento económico e social que garanta minimamente a dignidade humana».

Pelo contrário, como referiu o deputado comunista Honório Novo, corre-se o risco de assistir à «criação de um verdadeiro "apartheid global", com os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais excluídos e explorados».

Uma situação «profundamente cínica», acusou, em que «os réus são os países ricos, a União Europeia, os Estados Unidos». A demonstrá-lo, ainda segundo o parlamentar do PCP, está o total incumprimento do objectivo anunciado há dez anos no Rio de Janeiro de reservar 0,7 por cento do PIB para ajuda no combate à pobreza.

Ora sucede, passada uma década, que essa ajuda dos países ricos fica aquém dos 0,3 por cento, sendo que a

própria União Europeia – que procurou assumir um discurso de vanguarda nesta Cimeira – anuncia como objectivo próprio dessa ajuda ao desenvolvimento, a atingir em 2006, não mais do que 0,39 por cento do PIB.

Recordados por Honório Novo foram ainda outros factos e circunstâncias que o levaram a empregar o vocábulo «frustração» para definir o que se passou em Joanesburgo. Citou o bloqueio à utilização de energias renováveis e à penetração dos produtos dos países em vias de desenvolvimento nos mercados mundiais; falou da ausência de posições sobre a questão central do controlo das patentes de medicamentos e da marginalização a que foram remetidas as medidas de combate às catástrofes naturais; denunciou o reiterado boicote dos EUA ao protocolo de Quioto e a sua «inqualificável opção em estabelecer acordo unilaterais que trocam o aumento directo das ajudas americanas pela aceitação sem condições de sistemas que os norte-americanos consideram de «boa governação».

Tudo factos que levaram o parlamentar do PCP a concluir que desta Cimeira não resultaram, no fundamental, «nem objectivos novos nem financiamentos adicionais».

JCP condena medidas na área da habitação e acusa

Governo lesa interesses juvenis

A Juventude Comunista Portuguesa acusou o Governo de «prejudicar claramente» os interesses da juventude portuguesa. Em causa está a anunciada intenção governamental de suprimir o prazo máximo de 30 anos para a concessão de crédito destinado à aquisição de casa própria.

Para a direcção da JCP, que tomou posição pública sobre o assunto em nota aos órgãos de comunicação social, o fim deste prazo provocará o «aumento do endividamento dos portugueses, tor-

nando-os ainda mais vulneráveis aos interesses da banca».

«No limite, o endividamento será para toda a vida», alerta a JCP, para quem esta medida mais não é do que «uma cedência aos construtores, mediadores imobiliários e à própria banca» que, recorda, «já vinham exigindo o aumento do prazo até aos 40 anos como forma de contornar a baixa na compra de habitação, consequência do fim do crédito bonificado».

Encarando-a como uma forma de «tapar o sol com a

peneira», esta medida, segundo os jovens comunistas, é simultaneamente o «reconhecimento claro de que o Governo», mesmo sabendo que o fim do crédito bonificado aos jovens veio criar-lhes graves problemas na aquisição de casa e na sua independência e autonomia, não hesita em prosseguir uma política altamente lesiva dos interesses juvenis.

Que já assumiu outras formas e se materializou em outros planos, como sejam, recorda a JCP, a aprovação de legislação que compromete o

direito à educação pública, gratuita e de qualidade, ao emprego com direitos e à segurança social pública para todos.

Reiterado pela Comissão Política da Direcção Nacional da JCP é, por último, o seu propósito de continuar a assumir o seu papel de «dynamização da luta juvenil» que, em matéria de habitação, significa continuar a recolher o abaixo-assinado que circula desde Maio contra o fim do crédito bonificado, o qual conta já com largos milhares de assinaturas.

Organizações de mulheres solidárias com a Palestina

O Comité de Direcção da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), representando 600 organizações de mulheres de 106 países, entre as quais o Movimento Democrático de Mulheres (MDM), expressou em texto dirigido às Nações Unidas, à Comissão Europeia e ao Parlamento Europeu a «sua grande indignação face à escalada agressiva desenvolvida pelo governo israelita contra a vida do

presidente palestino Yasser Arafat», visando a liquidação do povo palestino e do seu líder, democraticamente eleito. O Comité de Direcção da FDIM, que esteve reunido em Paris, na mensagem enviada ao secretário-geral Kofi Anan, apela a que este encete diligências no sentido da «suspensão imediata» desta nova agressão israelita, solicitando simultaneamente a convocação de uma reunião excep-

cional do Conselho de Segurança com o objectivo de enviar forças internacionais para a Palestina que garantam a protecção do povo palestino e do seu presidente. Depois de sublinhar a necessidade de ser respeitada a Carta das Nações Unidas e as 28 resoluções já aprovadas sobre a Palestina, a FDIM insta os organismos europeus a procederem à suspensão imediata do Acordo de Associação UE-Israel,

exigindo ao mesmo tempo que exerçam o seu papel pleno na resolução do conflito, sobretudo após o insucesso dos Estados Unidos enquanto mediador na região. Numa demonstração de solidariedade para com a luta das mulheres e do povo da Palestina, o Comité de Direcção da FDIM decidiu, entretanto, realizar o seu XII Congresso, de 29 de Novembro e 2 de Dezembro, em Beirute.

Críticas ao silêncio de Portas e à atitude do Governo

Urge o esclarecimento total

Paulo Portas foi o centro das atenções na reabertura dos trabalhos parlamentares. Explicações ao seu envolvimento no caso Moderna foi o que exigiram os partidos da oposição.

E porque os factos por clarificar são muitos, muitas foram as perguntas. Mas poucas as respostas. Prevaleceu o silêncio sobre o que é fundamental. O que só adensa o mistério.

A persistir, depois deste debate, continua a questão de saber quais as razões

que levam o ministro de Estado e da Defesa a não prestar esclarecimentos considerados indispensáveis para a clarificação política da sua situação pessoal. Tanto mais que,

como salientou o líder parlamentar comunista, Bernardino Soares, «se há direito ao bom nome ninguém mais que Paulo Portas estará interessado em, pelo esclarecimento, preservar o seu».

Inquestionável parece ser a gravidade de algumas questões, sobretudo as de natureza política, postas em evidência por todos os quadrantes da oposição.

«É política a questão, como é profundamente significativa em termos políticos a recusa de esclarecimentos dos sucessivos e graves factos revelados», disse Bernardino Soares, que recusou a existência de qualquer interferência no poder judicial nas acções políticas desenvolvidas pelos partidos da oposição face a Paulo Portas.

E porque o que está em jogo são «importantes questões do regime democrático e do seu funcionamento», sublinhou, o País «só pode aceitar a política da verdade e do esclarecimento total e não a política da fuga e da ocultação».

Estão em jogo questões do regime democrático e do seu funcionamento

Por isso a insistência da bancada comunista de que, estando em causa uma questão política – que no passado levou inclusivamente à demissão de titulares de cargos públicos e até membros do Governo por suspeitas quanto à sua conduta perante

o fisco – há que esclarecer a situação fiscal das empresas geridas por Paulo Portas (a Amostra e a Boas Festas) com vista ao apuramento de eventuais irregularidades.

«Seria inaceitável que um Governo que se afirma empenhado em combater a fraude fiscal e em evitar a prescrição de situações irregulares ou de incumprimento de obrigações fiscais, não tivesse essa atitude neste caso», sublinhou Bernardino Soares, que no mesmo dia subscreveu um requerimento à ministra das Finanças com o objectivo de obter esclarecimentos sobre o assunto.

Perante algum desnoite e mal-estar revelados pelas bancadas da maioria no decurso do debate – Guilherme Silva (PSD), por exemplo, a defender que o ministro da Defesa «não tem de vir a público fazer declarações», enquanto o seu parceiro de coligação Telmo Correia (CDS) viria a afirmar exactamente o oposto ao anunciar a disponibilidade de Portas para debater o assunto na televisão – Bernardino Soares não deixou escapar igualmente o que considerou ter «significado político», numa referência à «suave reacção, e ao retardador», do primeiro-ministro, Durão Barroso, ao intenso debate que se tem travado em torno do envolvimento de Portas com o caso Moderna.

E num aviso ao Governo, o presidente da formação comunista frisou que o PCP não aceita «uma ilibação automática de Paulo Portas, escudado num silêncio comprometedor».

«Como quem não deve não teme, o País não compreenderá que não se esclareçam os factos graves revelados, nem compreenderá a continuação do seu silêncio».



O envolvimento de Paulo Portas no caso Moderna tem contornos poucos claros que continuam a aguardar por esclarecimento

O prestígio da PJ

Reafirmado pela bancada comunista foi a importância da independência das polícias e do aparelho judiciário perante o poder político. O que significa, sublinhou-o Bernardino Soares, «rejeitar quaisquer tentativas de instrumentalização destas instituições». E lembrou, a propósito, como em Itália Berlusconi usa o poder político para se tentar eximir às suas responsabilidades judiciais.

Dá que, concluiu, seja de superior importância preservar o «prestígio e capacidade de acção» da Polícia Judiciária, decisiva no combate à criminalidade. Com a certeza de que quem prejudica a imagem e o prestígio desta instituição não é quem exige legítimas explicações sobre o caso Moderna, como afirma Durão Barroso, mas sim a demissão de dois altos responsáveis três meses depois de terem sido nomeados, sem que a responsável da tutela tenha avançado uma explicação plausível para tais demissões, como observou o líder parlamentar comunista.

Autoridades metropolitanas de transportes

Por sistemas articulados e eficientes

Baixaram directamente à comissão, sem votação na generalidade, a proposta do Governo e os projectos do PCP e do Bloco de Esquerda relativos à criação de entidades coordenadoras de transportes nas áreas metropolitanas.

Trata-se de uma antiga reivindicação do PCP, que remonta à década de 70,

visando, em síntese, de um modo sustentado, obter níveis de eficácia no planeamento, financiamento e funcionamento dos sistemas de transportes, articulando-os com o desenvolvimento urbanístico e o ordenamento do território.

Nesta perspectiva, em que ao transporte colectivo é dada uma «clara prioridade», como sublinhou no debate o deputa-

do comunista Bruno Dias, o PCP entende que as Autoridades Metropolitanas de Transportes devem ser entidades de «gestão participada», nas quais o poder local tenha uma presença efectiva, em paralelo com a intervenção do poder central, dos operadores, dos utentes e dos trabalhadores do sector dos transportes.

E neste plano residem desde logo diferenças em relação aos restantes diplomas em debate. No que se refere ao do BE, por exemplo, pelas insuficiências de que enferma quanto à representatividade e presença do poder local.

Quanto ao do Governo, segundo a observação de Bruno Dias, pelo desprezo a que vota a participação dos trabalhadores, além das sérias reservas suscitadas pelo tipo de instituição preconizado pelo Executivo da maioria PSD/PP.

Questões estas que estarão a partir de agora em debate em sede de especialidade. Para já, como nota a reter, importante é sublinhar que a criação das autoridades metropolitanas de transportes, tal como as encara o PCP, poderão desempenhar um papel fundamental na descentralização dos processos de

decisão, introduzindo simultaneamente «mais justiça aos modelos de financiamento» existentes e uma maior definição e articulação de estratégias de planeamento com vista a um desenvolvimento sustentado do sector.

Aspectos estes da maior importância se nos lembrarmos, como o fez Bruno Dias, que toda esta transformação estrutural representará uma diminuição da pressão automobilística nas áreas metropolitanas e nos grandes centros urbanos, «a bem do equilíbrio ambiental, da saúde pública, da economia».

Vassalagem aos EUA na questão iraquiana

O seguidismo do Governo

O PCP condenou o apoio do Governo a uma eventual «decisão unilateral e maniqueísta» dos Estados Unidos de atacar militarmente o Iraque. Para o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, a atitude de Durão Barroso foi de um «inaceitável seguidismo», quando, ao contrário, no mínimo, o que se impunha ao Governo era o «claro distanciamento» e a audição prévia da Assembleia da República e dos líderes partidários ao abrigo do estatuto da Oposição.

O tema esteve em foco faz hoje oito dias, no debate mensal com o Primeiro-Ministro. Em que o tom geral, de todos os quadrantes da oposição, foi, por um lado, o de severa crítica à possibilidade de Portugal apoiar o «ajuste de contas» de Bush contra o povo iraquiano, e, por outro, o de apoio a uma resolução políti-

ca e diplomática para o problema.

«Os opressores e os tiranos devem ser afastados pelos oprimidos e pelos tiranizados e não por missionários externos de botas cardadas, a pretexto da nova dilatação da fé e do império (leia-se do petróleo e do capital financeiro)», sublinhou o líder comunista, para quem os EUA «não têm qualquer legitimidade para desencadear um novo conflito».

Recusando aceitar quer a «lei do mais forte» quer «o princípio de Talião na regulação das questões internacionais», Carvalhas defendeu que a resolução da questão iraquiana passa também pela resolução do problema da palestina, nomeadamente com o cumprimento das resoluções da ONU por Israel e pelo levantamento do blo-

queio ao Iraque, que, lembrou, citando a UNICEF, provocou desde 1991 já a morte a mais de 500 mil crianças com menos de cinco anos.

Corroborando a ideia de que o «beija-mão» de Durão Barroso em Washington foi um «acto de vassalagem» - numa posição que classificou de «intolerável» nos planos político, institucional e ético - Carlos Carvalhas não deixou ainda de criticar o Primeiro-Ministro por, na sequência de afirmações de Jorge Sampaio, ter vindo a público declarar que é ao Governo que compete a condução da política externa.

Como se o Presidente da República, observou, estivesse inibido de «emitir opinião sobre este assunto» ou nada tivesse a ver com a política externa, nem com as Forças Armadas.

Pagar mais e ser pior servido

É conhecida a inexistência, desde há muito, de uma política incentivadora da utilização do transporte colectivo. Pior do que isso, como assinalou Bruno Dias, a defesa do serviço público tem vindo a perder terreno em favor da «óptica neoliberal da maximização do lucro privado».

Com os resultados que todos conhecem. Sabe-se que a privatização dos transportes colectivos não trouxe qualquer vantagem para os utentes. Mais: os transportes públicos estão longe de corresponder às exigências de qualidade, de conforto e de segurança que deles se esperaria, sendo, como são, um sector estratégico para o desenvolvimento económico e a qualidade de vida das populações.

Mas aquele que será porventura o testemunho mais eloquente da realidade a que

se chegou neste domínio deu-o ainda o deputado comunista ao trazer à colação o quadro que descreve a mobilidade na área metropolitana de Lisboa. A utilização do transporte individual cresceu de 49 para 62 por cento, contra uma descida de 51 para 38 por cento nos transportes colectivos, exemplificou, antes de fazer notar, apesar de o número de veículos por mil habitantes ser mais do dobro do que era há 25 anos, que cerca de 35 por cento dos agregados familiares não possuem carro e, por conseguinte, estão dependentes do sistema de transportes públicos.

A que acresce ainda o facto, frisou, de os passageiros portugueses serem, na Europa, quem paga a maior percentagem dos custos dos transportes públicos, tanto no preço dos bilhetes como dos passes sociais.



O comércio de pessoas

• Sandra Pimenta

A princípio, parece ser uma boa oportunidade de trabalho, bem remunerado, uma possibilidade de conhecer e viver num país novo e quase sempre desenvolvido. Uma proposta que fascina muita gente, mas que quase sempre se transforma em pesadelo: trabalhos forçados, imigração ilegal, escravidão e prostituição. Esta é a realidade que o mundo enfrenta: o tráfico de seres humanos. Considerada a terceira actividade mais rentável entre as praticadas pelo chamado crime organizado, o tráfico de seres humanos apenas perde para o tráfico de drogas e de armas. Segundo os dados mais recentes da Organização Internacional para a Migração, divulgados num seminário realizado no Parlamento Europeu, em Bruxelas, na semana passada, estima-se que entre 5 a 7 mil milhões de dólares sejam movimentados anualmente e que, aproximadamente 4 milhões de pessoas migrem ilegalmente a cada ano que passa.

Os números relativos aos tráfico de seres humanos cresceram muito na última década e os efeitos nefastos da globalização que nos acompanha tiveram e continuam a ter um papel importante neste processo. Por um lado, a queda de fronteiras facilitou o trânsito de pessoas e de capital entre os países, por outro, as pressões de mercado que influenciaram, por exemplo, a utilização de trabalho infantil nas fábricas em países menos desenvolvidos em busca de inserção na economia, contribuíram em grande escala para a grave situação que hoje se vive.

Os disfarces do negócio

O tráfico de seres humanos ou comércio de pessoas acontece quando, por meio de fraude, coerção, força ou mentiras, uma pessoa é induzida a mudar de um lugar para outro acreditando em falsas promessas de melhoria de condições de vida». E assim, sem se aperceberem, muitas pessoas são recrutadas para o tráfico em qualquer país do mundo, ou até mesmo dentro do próprio país. A alta taxa de desemprego, os rendimentos abaixo do limiar da pobreza e ainda a pouca escolaridade são apenas alguns dos factores que «pressionam» milhares de trabalhadores, na sua grande maioria jovens, mulheres e crianças de classes baixa e média, a aceitar propostas de trabalho duvidosas por parte dos alegados traficantes, que por sua vez procuram disfarçar o seu negócio, através de actividades perfeitamente legais, como as agências de modelos, de viagens, de emprego, intercâmbio de jovens e serviços internacionais para a promoção de casamentos.

Ao chegar ao local de destino, os documentos (de identificação, de trabalho e vistos) são confiscados e o empregador faz com que o empregado se endivide, dificultando a sua saída. Longe de casa e vivendo na clandestinidade, mulheres e crianças são forçadas à prostituição, ao trabalho em condições miseráveis e a outras actividades ilegais por meio de esquemas (violência física, choques eléctricos, sexo à força, violência emocional ou psicológica, ameaças à vítima e à sua família e morte por vezes), para que o negócio nunca deixe de ser lucrativo.

Portugal é um dos países da União Europeia onde mais se lucra com este negócio. «À beira-mar plantado», com fáceis acessos e nenhum controlo específico, estima-se que 60% das profissionais do sexo no nosso país sejam originárias da América Latina, a maioria das quais brasileiras, sendo que os outros 40%, se dividem entre os países de Leste, países africanos e Portugal.

A nível judicial, a condenação e a punição do negócio do tráfico de seres humanos em Portugal está prevista no código civil, através dos artigos 169.º, 170.º e 176.º, que prevêem penas que podem ir de 1 a 8 anos de prisão. Mas apesar de todas estas situações estarem previstas a nível nacional e até europeu (programas DAPHNÉ e STOP), a necessidade de sensibilizar os Estados-membros a procederem com a maior brevidade possível à ratificação da Convenção contra o crime organizado transnacional e do Protocolo adicional relativo ao tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças tem que continuar, assim como, a criação de garantias nos sistemas jurídicos com particular relevância para a protecção das vítimas, o desenvolvimento de acordos de cooperação judiciária e policial em matéria penal, um maior controlo fronteiriço, mais medidas de carácter repressivo e punitivo que dificultem ou impeçam a falsificação de documentos.

A urgência de viabilizar estas orientações e estes meios capazes de diminuir o fosso que separa os países industrializados e em desenvolvimento e a profunda necessidade de dar concretização a estas medidas legislativas nacionais e comunitárias audaciosas não pode ser somente uma conclusão escrita num qualquer documento. É urgente, face às necessidades actuais de uma melhoria das condições de acolhimento dos imigrantes, da sua integração e do reconhecimento pleno dos seus direitos cívicos, económicos, sociais e culturais, que se passe das palavras aos gestos para que a visão desta miragem seja um oásis real e que lhes confira a garantia de uma vida melhor.

Governo francês aprova em Conselho de Ministros alteração à lei das 35 horas semanais

Um país, dois horários

O aumento do horário de trabalho em França irá na prática atingir apenas as pequenas empresas. O governo francês de direita sabe-o, mas está disposto a tudo para fazer a vontade ao patronato.

O projecto de reforma da chamada lei das 35 horas – tida como a grande reforma social impulsio-

dos Assuntos Sociais, François Fillon, defende assim um aumento anual de 50 horas suplementares, com um pagamento acrescido de apenas dez por cento em relação à hora normal.

Os sectores com um forte organização sindical irão resistir à nova lei

nada pelos governos liderados pelo socialista Lionel Jospin, entre 1997-2002 – foi aprovado na passada semana em Conselho de Ministros e deverá ser agora discuti-

do no próximo dia 2 de Outubro, pelo parlamento francês.

A reforma consiste na redução do valor das horas extraordinárias, entre 25 a 50 por cento, e no aumento do número máximo anual, de 130 para 180. O ministro

Este novo regime teria aplicação imediata, durante 18 me-

ses a título experimental, nas empresas com menos de 20 trabalhadores. Nas unidades de maior dimensão, Fillon exige que a taxa de 10 por cento seja aplicada até às 39 horas semanais, aceitando que a partir daqui, as horas extra

sejam acrescidas de 25 por cento.

Com isto, o ministro procura evitar o confronto directo com os trabalhadores das empresas com mais de 200 assalariados, deixando para a negociação sectorial a aplicação da retrógrada legislação. É pois mais que certo que os sectores com um forte organização sindical irão resistir à nova lei, fazendo com que no país passem a existir dois horários de trabalho distintos.

A central sindical francesa já reagiu afirmando que se trata de «um projecto que tem como únicos beneficiários os empresários».

Por seu turno, o governo desculpa-se afirmando que irá também aumentar salários ao equiparar os seis diferentes salários mínimos que actualmente existem no país e que oscilam entre os 135 e os 1154 euros.

Reunião em Coimbra prepara Fórum Social

Realizou-se, no passado dia 21 de Setembro, em Coimbra, um plenário de organizações com vista à realização do Fórum Social Português em Junho de 2003, que contou com a presença de cerca de 165 participantes. Nesta reunião, as organizações presentes, adoptaram um documento intitulado «Declaração de Coimbra» que baliza os princípios que nortearão a iniciativa.

As críticas ao neoliberalismo, às políticas de direita levadas a cabo no nosso país

nos mais diferentes sectores, à guerra, ao racismo, à xenofobia, entre muitos outros temas, foram apontados como temas centrais a tratar no FSP.

O pacote laboral, que o governo PSD/PP tenta impor aos trabalhadores portugueses e a projectada agressão dos Estados Unidos ao Iraque, estiveram também em análise tendo sido apresentados dois documentos sobre estas questões e que puderam ser subscritos pelos presentes.

O PCP e a JCP estiveram presentes nesta reunião. A delegação do PCP pautou a sua intervenção pela valorização deste espaço como um ponto de encontro, de troca de ideias e experiências, potenciador da actividade conjunta ou de cada organização na luta diária contra as expressões concretas da globalização capitalista que ao mesmo tempo, deve respeitar a autonomia, a afirmação e intervenção própria de cada uma das organizações presentes.

Europa e Ásia desejam cooperar

A 4.ª Cimeira da União Europeia e de dez países asiáticos (ASEM) terminou na terça-feira em Copenhaga, com uma declaração vaga em que as partes concordam combater juntas o terrorismo internacional, com a ressalva de que tal se faça «sob a direcção das Nações Unidas» e «tomando em consideração as múltiplas razões que conduzem à emergência» deste fenómeno.

No encontro realizado na capital dinamarquesa, europeus e asiáticos reiteraram a sua firme intenção de revitalizar as suas economias e promover o comércio recíproco, os investimentos e a integração dos mercados financeiros.

Os participantes expressaram ainda o seu «activo apoio à paz e à reconciliação entre as duas Coreias, apelando à

Coreia do Norte que se abra ao mundo e aos EUA encetar o diálogo com este país.

Para além dos 15 estados membros da UE, integram a ASEM o Brunei, Coreia do Sul, China, Filipinas, Indonésia, Japão, Malásia, Singapura, Tailândia e Vietname que no conjunto representam metade da riqueza mundial e cerca de dois mil milhões de habitantes.

Suíça defende sigilo bancário

A troca de informações bancárias que a UE deseja aplicar no seu território e a certos países terceiros provocaria uma fuga de capitais para Singapura e «outros céus mais clementes», considerou o presidente do Banco Nacional Suíço.

Em discurso pronunciado no Luxemburgo, durante o fim-de-semana, Jean-Pierre Roth acrescentou que «um regime de trocas de informa-

ções só pode funcionar de modo eficiente no caso - utópico - em que todos os países o aplicarem conjuntamente».

Se o número de países que o aplica for restrito, haverá fugas de capitais e perdas de empregos na União Europeia. Por isso, esclareceu, a Suíça recusa este sistema de trocas de informações, que representaria o fim do seu sigilo bancário.

Recorde-se que, no âmbito do combate com a evasão

fiscal, a UE pretende que os bancos suíços comuniquem os nomes e haveres dos seus clientes europeus, os quais passariam a ter de pagar impostos nos países respectivos.

Em alternativa a este sistema, a Suíça propõe cobrar um imposto sobre os fundos europeus geridos pelos seus bancos, transferindo-o globalmente para a UE sem dar o nome dos contribuintes.

Pacote Laboral

Uma ameaça que pode ser vencida pela luta



O PCP, ancorado no seu indeclinável objectivo da defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e das conquistas sociais, participará na batalha do esclarecimento, da mobilização e da luta com a convicção e a confiança de que esse será o caminho mais sólido e seguro para barrar e derrotar este pacote laboral do Governo PSD-CDS/PP. ▶

Pacote Laboral

Uma ameaça que pode ser vencida pela luta

Partindo da ideia de necessidade de «sistematização e codificação» da legislação do trabalho, numa floresta de 687 normas alteradas, o que se pretende de facto é um processo de alterações de fundo que conduziriam à descaracterização e esvaziamento do Direito do Trabalho, Direito que andou sempre a par do progresso e dos avanços civilizacionais da sociedade humana, a exemplo do que aconteceu no nosso país com a vitória da Democracia em 25 de Abril e com a aprovação da Constituição da República.

O Governo quer:

- Facilitar os despedimentos, alargando as causas para despedimento e abrindo a possibilidade de não integração do trabalhador despedido sem justa causa.
- Desregulamentar o horário de trabalho, admitindo horários que podem ir até às 10 horas por dia e às 50 horas por semana, permitindo que as horas extraordinárias deixem de ser pagas como tal.
- Diminuir o tempo de trabalho nocturno pago, passando a sua classificação como tal apenas a partir das 23 horas, quando hoje é a partir das 20 horas.
- Alterar o conceito de retribuição para cálculo das prestações complementares e acessórias, afectando negativamente o cálculo de vários subsídios e prestações.
- Transformar a precariedade em regra pela via dos contratos a prazo.
- Alargar a mobilidade funcional e geográfica para que o trabalhador seja pau para toda a obra.
- Atacar os contratos e convenções colectivas de trabalho, procurando eliminar tudo o que de positivo foi conquistado em matéria de direitos nas últimas décadas.
- Punir as Comissões de Trabalhadores, reduzindo-lhes direitos (crédito de horas) e procurando confundir o seu papel com o do Movimento Sindical.
- Introduzir a arbitragem obrigatória na contratação colectiva, repondo mecanismos que existiam antes do 25 de Abril.
- Atacar o direito à greve e penalizar os trabalhadores e os sindicatos.
- Mudar o dia dos feriados obrigatórios.
- Manipular o direito às férias.
- Agravar as sanções pecuniárias e enganar os trabalhadores sobre o pagamento do trabalho extraordinário.
- Ingerir-se no direito à privacidade dos trabalhadores.

Numa concepção retrógrada e reacção, o pacote laboral procura ressuscitar o princípio vigente no século XIX de que se está perante duas partes, trabalhador-patrão, em igualdade de circunstâncias e tenta tratar os trabalhadores e os direitos do trabalho como meros instrumentos económicos sempre, e em última análise, sujeitos aos sacrossantos interesses dos detentores das empresas e dos seus lucros.

Quando na discussão e aprovação da Lei Fundamental do país os constituintes foram confrontados com o dilema de quem apenas vive da sua força de trabalho e os que detêm o poder económico, ficou consagrado no capítulo mais elevado da Constituição (Direitos, Liberdades e Garantias) que os direitos dos trabalhadores não só têm prevalência sobre os direitos económicos como são elemento estruturante do desenvolvimento do país. A direita e a extrema-direita parlamentar perderam essa batalha.

Hoje no Governo, o PSD e CDS/PP querem fazer um ajuste de contas com a história mas, acima de tudo, com os direitos conquistados pelos trabalhadores, dando voz e proveito ao dono.

Ciclicamente, à medida que o grande patronato foi recuperando o poder perdido com a Revolução de Abril, os trabalhadores portugueses foram sendo confrontados com tentativas de destruição ou desregulamentação dos direitos que conquistaram devido à acção concertada entre os governos e o capital, uns por via legislativa,

outros nas empresas, pela via da violação e não efectivação dos direitos.

Os pacotes laborais, geralmente antecidos pelo ataque aos direitos e aos salários dos trabalhadores da Administração Pública, constituíram sempre um elemento intrínseco às políticas de direita, tendo como base material e inspiração doutrinária e ideológica as exigências do capital nacional e multinacional.

Foram muitas as lutas travadas pelos trabalhadores para barrar e por vezes derrotar os sucessivos pacotes laborais da «AD», PSD e PS. Mas porque o capital, pela sua natureza exploradora e desejo insaciável de lucro, nunca se conformou nem conforma com as conquistas históricas e consagração do Direito do Trabalho, arrancadas a pulso por várias gerações de trabalhadores, voltaram à carga.

Com a formação e entrada em actividade do Governo PSD-CDS/PP, as suas grandes prioridades foram o ataque ao sistema público de Segurança Social e à legislação laboral.

O grande patronato e as suas associações já não precisaram de se constituir em grupo de pressão junto do Governo. Estão lá!

De imediato, Bagão Félix, com a benção do Governo, aliou a sua concepção retrógrada de transformar o direito à Segurança Social no princípio da esmola do Estado, com a entrega às seguradoras das verbas que decorrem dos descontos dos trabalhadores e das empresas.

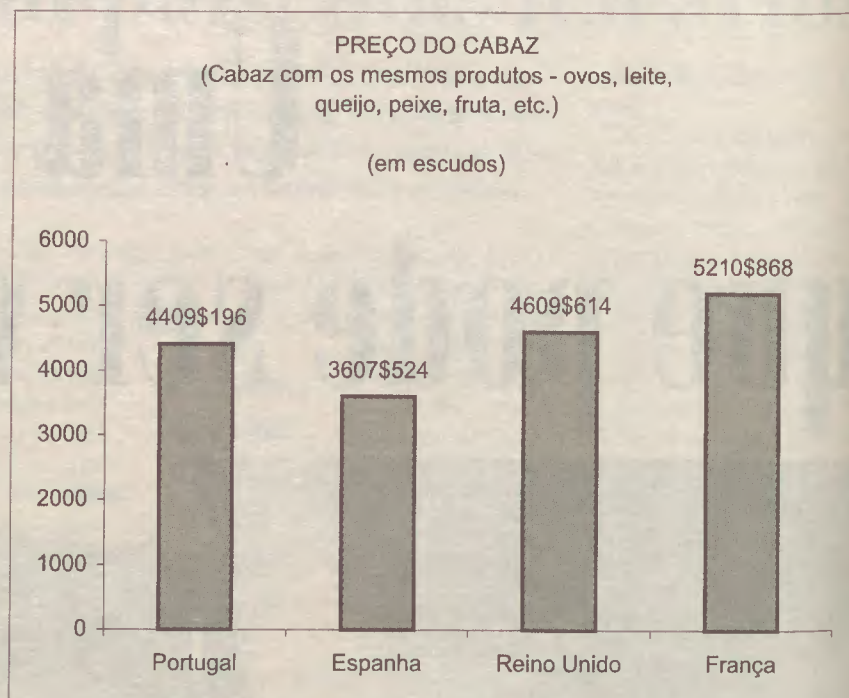
Simultaneamente, o Governo avançou com um denominado «Projecto de Código de Trabalho» em que de uma ponta à outra visa rever, alterar e desfigurar todo o ordenamento jurídico-laboral com uma doutrina e conteúdo de enorme gravidade. Retrógrado pela filosofia que o enforma. Inaceitável pelos objectivos que se propõe.

Após a vitória eleitoral da direita, algumas associações patronais e «testas de ferro» do grande capital nacional e multinacional vieram a público dizer o que queriam. O presidente da CIP, no quadro das exigências de alteração radical às leis do trabalho, defendeu de forma lapidar: «a competitividade das empresas está antes do bem-estar das pessoas». Um «testa de ferro» da associação das multinacionais alemãs a operarem no país veio a público fazer chantagem, exigindo a alteração da legislação laboral como condição para não deslocalizarem as empresas. Sectores do patronato tentam no terreno, mesmo antes da sua aprovação, «experimentar» algumas medidas projectadas no pacote laboral.

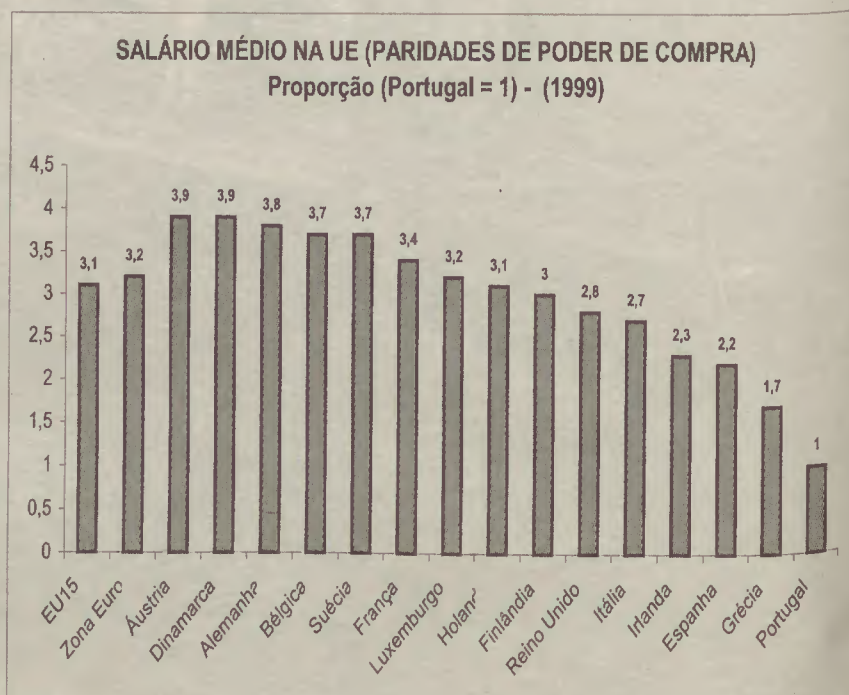
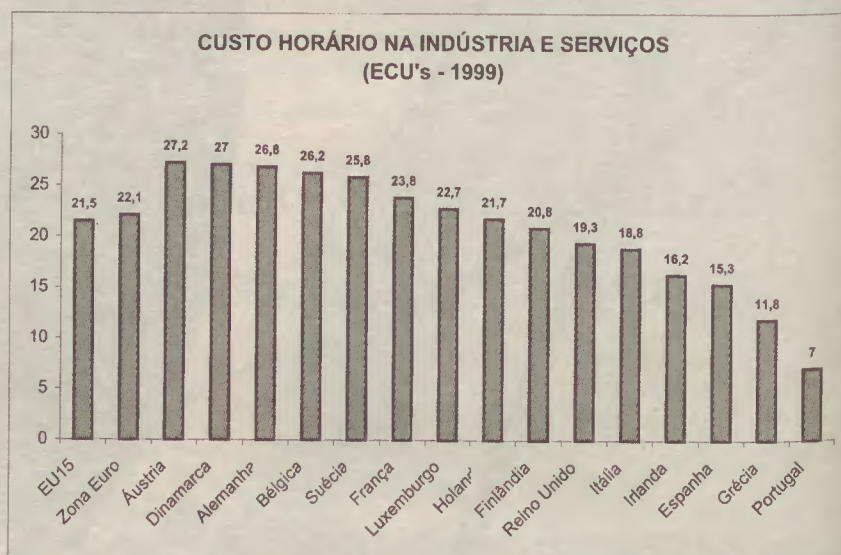
Os mais espertos vêm agora proclamar que isto é pouco para conseguir muito.

O Governo, pela voz do secretário de Estado do Trabalho, informa que a celeridade e feitura da sua proposta foram possíveis pelo trabalho de advogados (dos grandes patrões, nos processos de negociação da contratação colectiva) e empresários.

A obra aí está!



Dados publicados no âmbito da Campanha Nacional do PCP pelo aumento dos salários e pensões de reforma (Set./Out. 2001)



Fonte: Eurostat



As 13 principais afrontas aos direitos dos trabalhadores

A vastidão do articulado a alterar esconde uma primeira armadilha por omissão e exclusão. Por exemplo, questões e direitos tão importantes que vigoram nas áreas da paternidade e maternidade, do regime do trabalhador-estudante, do regime dos acidentes de trabalho e dos salários em atraso são excluídas sem qualquer justificação. Nada garante que este «código» tivesse um carácter imperativo e revogasse, por exclusão, importantes direitos adquiridos nestas áreas.

Entretanto, salientam-se já linhas principais de afronta aos direitos dos trabalhadores.

Dar mais causas ao patrão para despedir!

Os motivos atendíveis para o despedimento com justa causa, após várias tentativas, foram alargadas numa fase da governação cavaquista. Este Governo quer ir mais longe!

No art.º 360.º do seu «código» acrescenta-lhe: «Apresentação ao empregador de declaração médica com intuito fraudulento; faltas não justificadas ao trabalho incluindo atrasos reiterados que determinem directamente prejuízos ou riscos para a empresa, ou independentemente de qualquer prejuízo ou risco, o número de faltas injustificadas atingir em cada ano quatro seguidas ou oito interpoladas» ou (pasmese!!!) **quando uma trabalhadora ou trabalhador chegue atrasado ao local de trabalho meia hora, uma vez por mês!**

Para se perceber o refinado método de facilitar o despedimento sem defesa possível articule-se estes «acrescentos» com o estabelecido no art.º 218.º, n.º 2 da peça governamental que visa o seguinte: **a doença referida «pode ser fiscalizada por médico indicado pelo empregador», não podendo o trabalhador, salvo motivo atendível, opor-se.**

Mas para tirar mais a máscara ao carácter classista e vingativo deste Governo e do ministro Bagão Félix articule-se também o artigo 29.º, n.º 3, em que de forma manhosa (e leia-se: «em caso de aborto não punível por lei a mulher tem direito a licença com duração mínima de catorze dias e máxima de trin-

ta dias»), se exclui a trabalhadora que recorra à interrupção voluntária da gravidez, ou seja, aperta-se o cerco fiscalizador à trabalhadora, faz-se a discriminação no direito de licença e, por último, aplica-se a sentença. Ao risco de ser julgada e presa o Governo e Bagão Félix querem o seu despedimento, já que em tribunal não poderiam defender-se de uma baixa resultante de um «acto punível por lei».

Sublinhe-se que, no caso da contagem de faltas injustificadas para despedimento com justa causa, que é, actualmente, de 5 seguidas ou de 10 interpoladas, a proposta do Governo de direita reduz para 4 e 8, respectivamente.

A estes novos elementos permissivos ao aumento da chantagem e pressão da entidade patronal sobre o trabalhador o Governo quer juntar-lhe um novo direito de arbítrio em que o patrão, por decisão judicial, tem poder para recusar a reintegração no local de trabalho do trabalhador despedido sem justa causa sempre que este considere que «tal regresso possa ser gravemente prejudicial e perturbador para a prossecução da actividade empresarial». Para além do trabalhador poder vir a não ser reintegrado, ainda que demonstrada judicialmente a ilegalidade do despedimento, em caso de reintegração a entidade patronal poderia renovar o procedimento disciplinar.

Outras formas de despedimento

Para além do despedimento com justa causa, o código do Governo contém também três outros instrumentos expeditos para despedir que, embora existentes nas leis actualmente em vigor, ganham no contexto deste código uma gravidade muito maior, já que a relação de forças na empresa tornar-se-ia ainda mais favorável à entidade patronal, o que é ainda agravado por algumas alterações introduzidas nomeadamente a redução em cerca de um terço do número de dias dados aos trabalhadores e às suas organizações para contestarem o despedimento. E esses instrumentos são os seguintes: o despedimento colectivo, o despedimento por extinção do posto de trabalho, o despedimento por inadaptação do trabalhador.

De acordo com o art.º 362 do código do Governo, será despedimento colecti-

vo se num período de 3 meses forem despedidos, pelo menos, 2 trabalhadores (no caso de uma microempresa e pequenas empresa, que têm, respectivamente, até 10 ou até 50 trabalhadores) ou 5 trabalhadores (no caso de média ou grande empresa que, têm, respectivamente, até 200 ou mais de 200 trabalhadores). E estes podem ser realizados **por razões estruturais** (de difícil resolução) ou **meramente conjunturais e temporárias** (como uma mera e temporária quebra na vendas). E de acordo com o código o processo é rápido e expedito. Comunicação por escrito à Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, à Comissão Sindical ou Intersindical (nunca ao sindicato); depois 10 dias para negociar (art.º 383), com a participação de representantes do Ministério de Trabalho; chegando-se ou não acordo, a entidade patronal tem 20 dias a contar da data da comunicação inicial para comunicar a sua decisão, e se for de despedimento, a única condição que o código impõe é que «deve ser comunicada, por escrito, a cada trabalhador com uma antecedência não inferior à 60 dias relativamente à data prevista para a cessação do contrato» (art.º 363).

No caso de despedimento por extinção do posto de trabalho, o processo é semelhante, embora seja ainda mais expedito. **O empregador comunica a intenção de despedir o trabalhador com a alegação de que o seu posto vai ser extinto;** a estrutura representativa de trabalhadores tem 10 dias para contestar o despedimento; dentro do prazo anterior, o trabalhador ou a comissão pode pedir nos 3 dias iniciais a intervenção do Ministério de Trabalho, que elabora um simples relatório num prazo de 7 dias a enviar ao requerente e ao empregador; num prazo de 5 dias após ter terminado o prazo anterior de 10 dias a entidade patronal comunica por escrito a sua decisão aos restantes intervenientes (art.º 386, 387 e 388).

Finalmente no caso de despedimento por inadaptação do trabalhador que pode ter lugar nas seguintes situações: **- redução da produtividade ou de qualidade; avarias repetidas nos meios utilizados; riscos para a segurança e saúde; não cumprimento de objectivos previamente fixados e formalmente aceites por escrito** (art.º 371). É sintomático que se indique como motivo para despedimento quebras de produtividade e de qualidade, e não

Pacote Laboral

refira da responsabilidade de quem. Por exemplo, pode-se verificar, e muitas vezes sucede, que tais situações se observem devido à má qualidade das matérias primas utilizadas, etc., portanto situações que não poderão a ser imputadas aos trabalhadores. Mas o código refere tais situações sem especificar de quem tem de ser a responsabilidade, dando carta branca à entidade patronal para despedir. Depois o processo de despedimento é expedito: a comunicação é feita, a estrutura representativa de trabalhadores, se existir, tem 10 dias para dar o seu parecer (art.º 390), e depois a entidade patronal tem 5 dias para comunicar a sua decisão (art.º 391):

Em qualquer um destes tipos de despedimento o trabalhador tem apenas direito a uma «compensação correspondente a um mês de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo de antiguidade» (art.º 366).

Desregulamentação dos horários de trabalho

No repetido exercício de afirmar um direito para depois o condicionar à decisão última e ao poder do patronato, o pacote laboral começa por afirmar que o período normal de trabalho não pode exceder 8 horas por dia nem 40 horas por semana (art.º 155).

Mas de imediato, no artigo seguinte (156), sugere que por instrumento de regulamentação colectiva possa ser definido, em termos médios, até ao limite de 12 horas diárias e 60 semanais. Mas conclui-se que quando não exista acordo entre os representantes dos trabalhadores e as entidades patronais, ao fim de 6 meses, pode o patrão definir unilateralmente a organização e a gestão do horário de trabalho, que definido, pode ir até 10 horas por dia e 50 horas por semana.

Segundo a proposta, o horário médio (art.º 158), em vez de ser 8 horas diárias e 40 semanais passará a ser definido pelo período de 4 meses, podendo ser alargado a 6 meses, nas seguintes situações e actividades: quadros dirigentes ou trabalhadores com poder de decisão autónoma, havendo um afastamento entre o local de trabalho e o local de residência, nas actividades de guarda e vigilância, na saúde, portos, aeroportos, imprensa, rádio, televisão, correios, telecomunicações, gás, água, electricidade, cixos industriais em que a produção não pode ser interrompida, transportes rodoviários e ferroviários, serviços postais, em caso fortuito e de força maior (o patrão é que define), ou por acidente ou risco de acidente eminente. Para precisar melhor: um trabalhador hoje sabe que trabalha 8 horas por dia e 40 horas por semana, com respeito do descanso ao sábado e domingo. Assim, com o horário médio definido pelo patrão, em 4 ou 6 meses este organiza e gere arbitrariamente quantas horas e em que dias o trabalhador tem de trabalhar.

O poder arbitrário da entidade patronal e a subjectividade de algumas definições conduziria ao objectivo de, nalguns casos, nem sequer pagar a singelo o que teria que ser pago como trabalho extraordinário, de desarranjar a vida profissional, pessoal, familiar e social do trabalhador, que deixaria de saber a que horas iriam largar o trabalho, se teriam ou não descanso semanal nos dias até aqui fixados. Para aumentar a produtividade? Não! Para aumentar a exploração e o lucro!

Pacote Laboral

Diminuir o tempo de trabalho nocturno pago

De acordo com a lei actualmente em vigor, o trabalho nocturno começa a contar a partir das 20 horas até às 7 horas do dia seguinte, e é pago com um acréscimo de 25%.

Como é que o Governo pretende alterar esta situação de forma a aumentar os lucros das empresas à custa da redução da remuneração dos trabalhadores? - Como não consegue impor que o sol se ponha às 23 horas, decreta que para efeitos de trabalho nocturno só se comece a contar a partir das 23 horas.

Efectivamente, de acordo com o n.º 3 do art.º 182 do «código», «considera-se período de trabalho nocturno entre as 23 horas de um dia e as sete horas do dia seguinte». E como o trabalho nocturno é pago com um acréscimo de 25%, as empresas ficariam assim isentas de pagar 3 horas por dias de trabalho nocturno com aquele acréscimo de remuneração.

De acordo com estimativas feitas, a aplicação desta disposição determinaria uma redução na remuneração mensal de centenas de milhares de trabalhadores calculada entre 100 € e 150 € (menos 20 a 30 contos por mês). Não resta qualquer dúvida que tal redução multiplicada por centenas de milhares de trabalhadores vezes 12 meses, representaria um aumento significativo nos lucros das empresas, e na exploração dos trabalhadores, sem qualquer aumento da produtividade (também neste caso não haveria aumento do VAB - Valor Acrescentado Bruto - da empresa que serve para determinar a produtividade).

Finalmente interessa recordar que as mulheres grávidas e que estejam a amamentar estão dispensadas por lei

As 13 principais afrontas aos direitos dos trabalhadores

de realizar trabalho nocturno (actualmente a partir das 20 horas). Passariam a ter de trabalhar até às 23 horas.

Alterar o conceito de retribuição para cálculo das prestações complementares e acessórias

O n.º 3 do art.º 222 estabelece que «até prova em contrário, presume-se constituir retribuição toda e qualquer prestação do empregador ao trabalhador».

No entanto, logo a seguir, no n.º 1 do art.º 223, restringe a definição de retribuição para cálculo das prestações complementares e acessórias, pois estabelece que «quando as disposições convencionais ou contratuais não dispõem o contrário, entende-se que a base do cálculo das prestações complementares ou acessórias é constituída pela retribuição base e pelas diuturnidades», ficando assim excluídas muitas prestações com carácter regular como são os subsídios de turno e de trabalho nocturno, de isenção de horário de trabalho, prémios de produtividade, de assiduidade, etc.

Esta restrição da base de cálculo, reduzindo-a apenas à retribuição base e às diuturnidades, determinaria uma redução geral nas remunerações dos trabalhadores portugueses porque reduz a base de cálculo de múltiplos subsídios (por ex., subsídio de risco, eventualmente até o subsídio de natal, isenção de horário, subsídio por trabalho nocturno; etc.).

A actual lei (DL 49408) estabelece no n.º 2 do art.º 82.º que «a retribuição compreende a remuneração base e todas as

outras prestações regulares e periódicas direitas ou indirectamente, em dinheiro ou espécie», definição esta que embora mantida no n.º 2 do art.º 222 do código do Governo, é abandonada no art.º 223, como se mostrou. Isto constituiria um retrocesso de décadas!

Transformar a precariedade em regra e não excepção pela via dos contratos a prazo

Num quadro em que Portugal se destaca negativamente pela percentagem de contratos a prazo, o Governo de direita propõe-se armar o patronato com novas possibilidades de alargar e até, nalgumas situações, eternizar o vínculo precário. Mantendo a discriminação sobre os jovens à procura do 1.º emprego e desempregados de longa duração que poderão ser sempre admitidos a prazo. Mas o mais grave é que, segundo o art.º 136 do projecto da direita, o contrato de trabalho a termo incerto dura por todo o tempo necessário para a substituição do trabalhador ausente ou para conclusão da actividade, tarefa, obra ou projecto cuja execução justifica a sua celebração.

Num cínico exercício, Bagão Félix, escondendo este objectivo vertido no «código», vem proclamar a sua disponibilidade para reduzir os contratos a prazo através de um pacto com os parceiros sociais.

O trabalhador como objecto e «pau para toda a obra» pela via da mobilidade funcional e geográfica

Propõe o Governo neste pacote laboral: «o trabalhador pode ser colocado em categoria inferior àquela em que foi contratado (...) desde que seja imposta por necessidades prementes da empresa ou por estrita necessidade do trabalhador e desde que seja autorizado pelo trabalhador e serviços do Ministério».

É claro e sabido como é que muitos trabalhadores reagem perante as pressões do patronato e o receio de perder o emprego.

Mas mais à frente (art.º 255) o empregador pode, quando o interesse da empresa o exija, encarregar temporariamente o trabalhador de serviços não compreendidos na actividade contratada. O «temporariamente» será definido pelo patrão já que para esta questão não é necessário nem a aceitação do trabalhador nem autorização do Ministério da tutela.

Nesta linha e segundo o art.º 246 do projecto governamental, «o empregador pode, quando o interesse da empresa o exigir, transferir o trabalhador para outro local de trabalho se essa transferência não implicar prejuízo sério (quem define o «prejuízo sério») para o trabalhador».

Finalmente, no art.º 247, pode também e sempre que o interesse da empresa o exija, transferir o trabalhador para outro local de trabalho «sem o seu prejuízo sério» podendo tal transferência ser por um prazo superior a 6 meses.

Um ataque frontal aos contratos e convenções colectivos

De acordo com o art.º 569 do código do Governo «as convenções colectivas, decorrido o prazo de vigência renovam-se por um período de um ano. Terminado o período anterior, as cláusulas da convenção colectiva continuam a produzir efeitos durante mais um ano, desde que as partes estejam em negociação».

Mas segundo o art.º 571 do mesmo código, «decorridos os prazos previstos no artigo anterior, a convenção colectiva cessa a sua vigência».

Na esmagadora maioria dos contratos colectivos as cláusulas não salariais - ex: número de dias de férias a que o trabalhador tem direito; processo disciplinar; pagamento por trabalho nocturno; pagamento por trabalho extraordinário, etc. - negociadas logo depois do 25 de Abril contém disposições muito mais favoráveis para os trabalhadores que as constantes da lei geral.

Alguns exemplos apenas do que sucederia com o fim da vigência das convenções colectivas de trabalho.

A título meramente exemplificativo e de acordo com um levantamento feito no sector de hotelaria, alimentação e turismo, «quem tem actualmente direito a 2 dias de descanso passaria a ter apenas 1 dia de descanso e recebe o subsídio de trabalho nocturno - para a hotelaria, pastelaria, bolachas, chocolates, Unicer e Central de Cervejas o acréscimo por trabalho nocturno é de 50% a partir das 20 horas - passaria a receber apenas 25% a partir apenas das 23 horas, e na hotelaria e nos hospitais privados não receberia nada devido a uma lei específica do sector; quem trabalha em Lisboa, Porto ou outra localidade poderia ser transferido para qualquer localidade do País; os trabalhadores agora contratados a prazo no máximo por 3 anos passariam a poder estar nessa situação toda a vida; hoje a entidade patronal não tem poder disciplinar sobre os trabalhadores em greve que asseguram os serviços mínimos, com a aprovação do código passariam a estar sob o poder disciplinar da entidade patronal; os complementos de reforma, os subsídios de doença ou seguros de saúde que existem seriam eliminados; o trabalho em feriados e em dia de descanso semanal e feriados que são pagos com um acréscimo superior a 100% e pode chegar a 200%, com o código baixaria para 75% ou 100%; na maternidade, a mulher não é obrigada a trabalhar para além das 20 horas ou a ser discriminada por ser mãe, com a aprovação do código laboral seria obrigada a trabalhar até às 23 horas, e poderia ser discriminada alegando-se razões objectivas».

No Metro os trabalhadores têm direito a 24 dias de férias e na Carris a 23 dias de férias. Se cessar a vigência destes contratos os trabalhadores passarão a ter direito apenas a 22



dias de férias, que é o que estabelece a lei geral.

Na Carris o trabalho nocturno é o trabalho realizado entre as 20 horas e as 8 horas do dia seguinte. Se cessar a vigência do contrato passará a contar apenas como trabalho nocturno o realizado entre as 23 horas e as 7 horas do dia seguinte, portanto os trabalhadores perderão 4 horas de trabalho nocturno em cada dia.

Na Carris e no Metro os trabalhadores têm direito a complemento de reforma que é calculado multiplicando o número de anos de empresa vezes 1,5%, total que depois somado à reforma dada pela Segurança Social não poderá ultrapassar 100% do salário do último ano. Se cessar a vigência destes contratos os trabalhadores perderão direito ao complemento de reforma que têm.

No contrato de Transportes Público de Mercadorias, há uma cláusula que é conhecida pelos 20.000 trabalhadores do sector - a cláusula 74 - que garante o pagamento a todos os trabalhadores do correspondente a 2 horas de trabalho extraordinário por dia. Esta cláusula determina um acréscimo na remuneração que ronda os 60.000\$00 por mês. O patronato do sector tem feito tudo para anular esta cláusula, no entanto a firme oposição dos trabalhadores tem impedido que os patrões levem para a frente os seus intentos. Se cessar a vigência do contrato os trabalhadores perderiam imediatamente o direito àquele valor.

Nos sectores da energia, do gás, do petróleo, da metalurgia, da química, da cerâmica, cimentos e vidro, os efeitos seriam devastadores.

Em quase todos os sectores o fim da vigência do contrato determinaria a perda de importantes direitos para os trabalhadores, direitos esses que foram conquistados ao longo do tempo por eles. Cada trabalhador compare, se for necessário com a ajuda do seu sindicato, as cláusulas do seu CCT ou Acordo de Empresa com as normas constantes do Código do Governo para saber o que está em perigo.

Se o código do Governo de direita fosse aprovado e publicado, as entidades patronais facilmente conseguiriam obter o fim da vigência das convenções colectivas de trabalho, acabando com muitos direitos obtidos pelos trabalhadores, nomeadamente depois do 25 de Abril. Bastava que durante um ano de negociações se recusassem a chegar a qualquer acordo. E mesmo que os trabalhadores recorressem à arbitragem obrigatória também prevista no Código, nada garantia que o árbitro no-

meado pelos patrões e pelo Governo, através do secretário do CPDS, se unissem para tirar direitos aos trabalhadores.

A natureza e os objectivos do projecto deste Governo são em si mesmos a prova desses perigos!

Finalmente, interessa recordar que tudo isto, a concretizar-se, determinaria uma maior atomização das relações de trabalho, ficando cada trabalhador dependente do contrato individual de trabalho, negociado directamente com a entidade patronal, em que a relação de forças é sempre favorável à entidade patronal, portanto numa situação muito mais frágil e sujeita a uma maior exploração e arbítrio patronal.

Prenda envenenada e punição às comissões de trabalhadores

De acordo com o art.º 2.º do Código Bagão Félix as comissões de trabalhadores passariam a poder negociar Acordos Gerais de Empresa. E segundo o n.º 2 do art.º 558.º do mesmo código «o acordo considera-se ratificado pelos trabalhadores se tiver os votos favoráveis dos votantes desde que estes correspondam a 25% dos trabalhadores da empresa». Isto significa, que um acordo destes para ser ratificado bastaria que votassem 25% dos trabalhadores da empresa, e que 13% dessem o seu acordo para poder ser aplicado a todos os trabalhadores da empresa com força legal.

Mas, curiosamente, querem reduzir a metade o crédito de horas para o exercício das suas funções.

O objectivo é claro: por um lado, as comissões de trabalhadores passariam a ter poder para negociar acordos o que não acontecia até aqui, e que determinaria a marginalização dos sindicatos; por outro lado, como as comissões dos trabalhadores são constituídas por elementos da própria empresa, muito mais sujeitos à repressão e manipulação patronal (e com direitos mais reduzidos), o Governo naturalmente espera assim que a entidade patronal imponha mais facilmente as suas condições; finalmente, todos têm a secreta esperança de impor nas comissões dos trabalhadores elementos afectos à administração, o que determinaria nas empresas onde a influência sindical fosse mais fraca que se teria a caricata situação da administração estar representada de um lado e de outro a negociação acordos gerais de empresa, o que facilitaria a repressão e a exploração patronal.

Penalizando as CTs actualmente existentes que de uma forma geral cooperam e coordenam a sua acção com o movimento

Pacote Laboral

por motivos relacionados com o conteúdo dessa convenção».

Portanto, o que Bagão Félix pretende é que os trabalhadores, devido à chantagem e pressão patronal, abdicuem de um direito constitucional, ficando assim indefesos face à exploração e arbítrio patronal. E isto é ainda mais grave quando as comissões de trabalhadores, mais facilmente sujeitas à pressão patronal, passam a ter competência para negociar acordos gerais de empresa. Associado ao artigo anterior, o código contém um outro, não muito menos grave - o art.º 547 - que estabelece que os sindicatos que tenham assinado convenções colectivas e respectivos filiados que faltem ao cumprimento das obrigações decorrentes das convenções «tornam-se responsáveis pelo prejuízo causado». Idêntica situação se verifica em relação aos serviços mínimos (art.º 610). É a chantagem «nua e crua».

Os rebuçados (amargos)

Na campanha de manipulação da opinião pública o Governo tem procurado ocultar as inúmeras disposições gravosas da sua proposta de código, utilizando para isso alguns rebuçados de reduzido significado face à dimensão das alterações negativas. E esses rebuçados são os seguintes: (1) Mudança dos dias dos feriados obrigatórios (um rebuçado para o patronato, mas certamente não para os trabalhadores); (2) O aumento do acréscimo por trabalho extraordinário; (3) O aumento do número de dias de férias.

De acordo com o art.º 198 do código do Governo, «os feriados obrigatórios podem ser observados na 2.ª-feira da semana subsequente». Isto naturalmente com o objectivo de eliminar as pontes, criando situações absurdas se tal disposição fosse aplicada à letra (dias santos ou feriados históricos que deixariam de se comemorar no dia do ano em que histórica e tradicionalmente têm sido sempre festejados). O exemplo do feriado do 25 de Abril ser atirado para outra data possível tem a carga simbólica de um Governo que sempre esteve contra o seu ideal transformador.

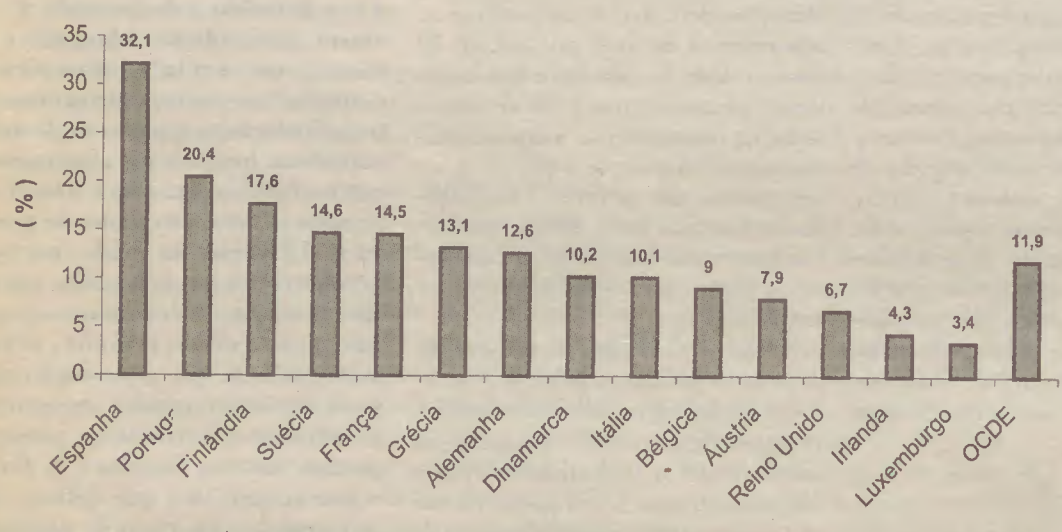
Segundo o n.º 1 do art.º 231 do código da direita, «a prestação de trabalho suplementar em dia normal de trabalho confere ao trabalhador o direito a um acréscimo mínimo de 75% da retribuição». Actualmente, e de acordo com o art.º 7.º do DL 421/83 «o trabalho suplementar prestado em dia normal de trabalho será remunerado com os seguintes acréscimos mínimos: (a) 50% da retribuição normal na 1.ª hora; (b) 75% nas horas e frações subsequentes».

Tal disposição tem reduzido significado por duas razões. Em grande número de sectores, o pagamento do trabalho extraordinário já se faz com acréscimos de remuneração superiores à prevista na lei geral. Em segundo lugar, é evidente que se fosse introduzida a cláusula de cálculo do horário de trabalho com base no tempo médio, prevista no código do Governo e já explicada anteriormente, a entidade patronal seria altamente compensada pelo aumento do acréscimo na 1.ª hora de 50% para 75%.

Finalmente, de acordo com o art.º 203 do código do Governo «o período anual de férias tem a duração mínima de 22 dias úteis (...) o qual é aumentado no caso do trabalhador não ter faltado ou na eventualidade de ter apenas faltas justificadas, no ano a que as férias se reportam, nos seguintes termos: (a) 3 dias de férias até ao máximo de 2 faltas; (b) 2 dias de férias até ao máximo de 4 faltas, desde que, pelo menos duas sejam seguidas; (c) um dia de férias até ao máximo de 6 faltas, desde que, pelo menos, duas seguidas».

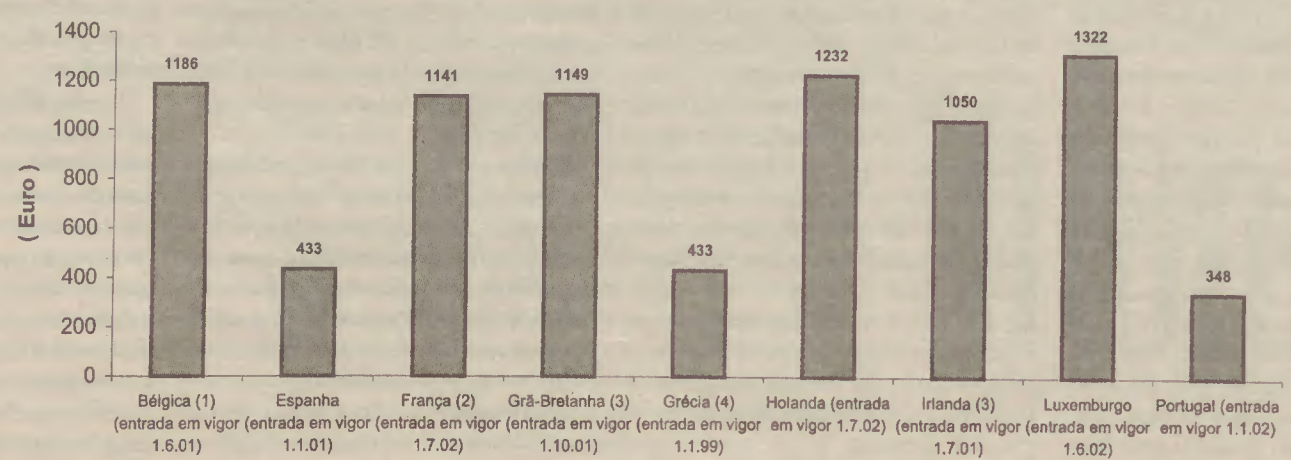
No entanto, o art.º 296, «alínea d) do código introduz um novo tipo de sanção que é a seguinte: «Perda de dias de férias». E o n.º 2 do art.º 298 estabelece que tal sanção poderá reduzir o período de férias do trabalhador até 20 dias.

EMPREGOS TEMPORÁRIOS NA OCDE (2000)
(% do total de assalariados)



Nota: Inclui contratos a prazo, agências de mão de obra, trabalho sazonal e outros
Fonte: L'Observateur de l'OCDE, Maio de 2002

SALÁRIOS MÍNIMOS MENSUAIS NA UE
(2001 - 2002)



Fonte: CGTP-IN

Pacote Laboral

As 13 principais afrontas aos direitos dos trabalhadores

Neste campo – os de rebuçados amargos do código do Governo PSD-CDS/PP – interessa referir ainda mais o seguinte: enquanto o art.º 28 do DL 49408, que é a lei que continua em vigor, estabelece que as sanções pecuniárias «não podem exceder um quarto da retribuição diária e, em cada ano, a retribuição correspondente a 10 dias». O art.º 298 do «código» aumenta de um quarto a um terço da retribuição diária, e os 10 dias para 30 dias de multa possível a aplicar ao trabalhador.

Sempre a dar ao patrão. Sempre a tirar ao trabalhador!

Ingerência no direito à privacidade do trabalhador

O art.º 13 do código do Governo PSD-CDS/PP começa por reafirmar o direito à reserva de intimidade da vida privada, o

qual «abrange o acesso e a divulgação de aspectos atinentes à vida íntima e pessoal, nomeadamente relacionados com a vida familiar, afectiva e sexual, com o estado de saúde e com as convicções políticas e religiosas».

No entanto, os art.º 14, 16 e 17 acabam por dar o dito por não dito constituindo instrumentos que permitirão à entidade patronal violar esse direito.

Assim, de acordo com o n.º 1 do art.º 14 «o empregador pode exigir ao candidato e ao trabalhador que preste informações sobre a respectiva vida privada quando estas sejam estritamente relevantes para avaliar a aptidão para efeitos de admissão ou quando se revelem necessárias para a execução do contrato de trabalho», cabendo naturalmente à entidade patronal definir quando e o que deve ser revelado.

O mesmo sucede em relação a «informações relativas à sua saúde, situação familiar e estado de gravidez». Segundo o

n.º 2 do mesmo artigo a entidade patronal pode exigir-las quando «particulares exigências inerentes à natureza da actividade profissional o justifiquem», cabendo naturalmente à entidade patronal definir quando é que isso sucede.

Segundo o n.º 2 do art.º 16, igualmente a entidade patronal «pode condicionar a admissão no emprego ou a execução do contrato de trabalho à prévia realização de testes e exames médicos».

Finalmente o art.º 17, embora se afirme no n.º 1 que a entidade patronal «não pode utilizar meios de vigilância a distância no local de trabalho (...)», o n.º 2 dá o dito por não dito estabelecendo que «é lícita sempre que tenha por finalidade a protecção e segurança de pessoas e bens, quando a natureza da actividade profissional o justifique (...)», portanto razões tão gerais que se poderão aplicar a tudo desde que a entidade patronal assim o queira.

Em resumo, começa-se por afirmar direitos à privacidade para depois logo

nos artigos seguintes os reduzir ou mesmo anular. E a situação é ainda mais grave se se tiver presente, por um lado, que as condições em que esses direitos fundamentais poderão ser violados pela entidade patronal são tais gerais que quase qualquer situação poderá ser contemplada e, por outro lado, que se transforma a entidade patronal em primeiro juiz a quem compete decidir que dados da sua vida íntima os trabalhadores são obrigados a fornecer.

É chocante que relativamente a direitos de propriedade como é o acesso a contas bancárias seja necessário a intervenção de um tribunal para se poder ter acesso, mesmo que sejam entidades oficiais como a administração fiscal, mas relativamente ao direito das pessoas, aqui dos trabalhadores, o juiz seja a entidade patronal. É evidente, que o trabalhador poderá recorrer aos tribunais, mas naturalmente que se está a jogar na inevitável dificuldade em o fazer.

Os falsos argumentos do Governo

Para esconder a brutalidade da ofensiva e dos conteúdos, tendo como pano de fundo a «compreensão» e os altifalantes dos grandes meios de comunicação social, para tentar justificar o injustificável, o Governo propagandeia quatro fundamentos que sustentam o pacote laboral: a competitividade; a produtividade, a rigidez do mercado de trabalho; o nível de absentismo. Tais argumentos não são sérios nem verdadeiros!

A COMPETITIVIDADE

O que é e como se aumenta?

Uma das justificações mais utilizadas pelo Governo e pelo patronato para alterar as leis laborais é a necessidade de aumentar a competitividade das empresas e do País.

Mas o que é a competitividade? A competitividade de uma empresa está relacionada com a posição vantajosa da empresa no mercado. E essa posição poderá ser alcançada não só através da redução dos seus custos mas também por meio da diferenciação e inovação do produto ou do serviço que a empresa vende de forma a torná-lo mais atractivo para os seus clientes e consumidores. Portanto, e contrariamente ao que afirmam as entidades patronais e o Governo a competitividade de uma empresa não depende apenas da redução de custos, já que pode ser também obtida por meio da qualidade dos seus produtos; da investigação orientada para criar novos produtos que satisfaçam melhor os clientes ou para criar novas necessidades; da notoriedade da marca de que é proprietária; de um *marketing* agressivo; da sua ligação aos seus clientes; da personalização do seu produto com o objectivo de o adequar aos gostos de um segmento de mercado; de um serviço de distribuição muito vantajoso para o cliente; de um serviço, incluindo o de pós-venda, que satisfaça e atraia novos clientes; etc., etc.

Mesmo a redução de custos de uma forma sustentável não se obtém principalmente com reduções nas remunerações dos trabalhadores portugueses que são já das mais baixas da União Europeia, até porque existem países onde os trabalhadores não têm direitos e os salários são ainda mais baixos, e não será com salários de miséria que as empresas portuguesas ganharão competitividade. A experiência dos países mais desenvolvidos mostra que as maiores reduções de custos se obtêm melhorando a qualificação dos trabalhadores e a gestão e a organização das empresas, investindo na tecnologia e nos processos de produção, melhorando a concepção dos produtos e a utilização das matérias primas. Por exemplo, a Toyota e a Ford obtiveram as maiores reduções de custos quando diminuíram significativamente o número de peças que integram cada parte das viaturas que produzem (a Toyota cons-

guiu reduzir os custos significativamente utilizando no motor do Corolla menos 25% do número de peças que no modelo anterior).

A reduzida competitividade da maioria das empresas portuguesas é culpa do patronato e não dos trabalhadores, e nunca será através da redução das baixas remunerações que auferem já os trabalhadores portugueses e do aumento da repressão patronal, como pretende o Governo com o seu código, que se conseguirá aumentar essa competitividade; muito pelo contrário.

PRODUTIVIDADE

O que é e como se aumenta?

Um dos argumentos mais matraqueados diariamente pelo patronato e pelo seu Governo é o seguinte: para aumentar a produtividade é necessário alterar as leis laborais. Tudo isto é uma grande mentira.

A produtividade pode ser calculada de várias formas e não apenas de uma maneira. Ela pode ser calculada por trabalhador, com base ou na quantidade de matérias-primas utilizadas, ou no volume de capital usado, ou conjuntamente com base em tudo. Mesmo a produtividade por trabalhador em Portugal e a sua evolução desmentem o argumento do patronato e do Governo.

Efectivamente a análise da produtividade das empresas a funcionar em Portugal leva a conclusão de que existem diferenças de produtividade tremendas entre elas. Por exemplo, no ano 2000, no sector têxtil a produtividade da MUNDIFIOS era 6 vezes superior à da MUNDO TÊXTEL; no sector de distribuição alimentar, a produtividade por trabalhador da JERÓNIMO MARTINS era quase quatro vezes superior à do PINGO DOCE; a produtividade da EDP era tripla da empresa ELECTRICIDADE DA MADEIRA; no sector da agro-indústria, a produtividade da PARMALAT era 2,7 vezes superior à da AGROS. E os exemplos podiam-se multiplicar indefinidamente.

A pergunta que imediatamente se coloca e que desmente os argumentos do patronato e do Governo é a seguinte: – Como é que as empresas a trabalhar no mesmo país – Portugal –, utilizando os mesmos trabalhadores – os portugueses – e regidas pelas mesmas leis de trabalho – as portuguesas –, apresentam valores de produtividade bastante diferentes? – É evidente que a razão da produtividade baixa em muitas delas não poderá estar nem nos trabalhadores nem nas leis laborais que vigoram no País, porque se isso fosse verdadeiro as outras empresas não obteriam valores de produtividade extremamente elevados.

Se analisarmos a evolução da produtividade em Portugal e se a compararmos com a de outros países da UE também se chegam a con-

clusões que desmentem o patronato e o Governo. Assim, com base um estudo feito pela UE a produtividade por trabalhador cresceu em Portugal 3,3% por ano no período 1975/85, enquanto que, entre 1995 e 2001, o aumento anual da produtividade por trabalhador foi 2,9% em Portugal e 1,2% na União Europeia.

Portanto, os dados provam que a taxa de crescimento da produtividade em Portugal tem sido superior à média da UE. No entanto, o crescimento não tem sido suficiente para anular a grave situação que foi herdada neste campo. A experiência de outros países mostra que o aumento rápido da produtividade está associada ao aumento significativo da qualificação dos trabalhadores e à utilização intensiva das novas tecnologias em todas as áreas de produção e de serviços, portanto fundamentalmente da responsabilidade das entidades patronais.

RIGIDEZ DO MERCADO DO TRABALHO

O que é e qual é a situação actual?

Um outro argumento utilizado pelo patronato e pelo seu Governo é que em Portugal o mercado de emprego é rígido porque as empresas não podem despedir e fazer o que querem.

No entanto, a verdade é que se verifica em Portugal uma flexibilidade e precariedade muito superior à que existe nos restantes países da UE.

Assim, de acordo com dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, entre o 4.º trimestre de 2000 e o 4.º trimestre de 2001, o número de trabalhadores com contratos a prazo aumentou de 518.200 para 584.900 (cresceu 12,8%); o número de trabalhadores por conta própria (a maior parte deles, são trabalhadores contratados ao mês, portanto com uma situação de precariedade ainda mais grave do que os anteriores) aumentou, durante o mesmo período, de 838.300 para 914.200 (cresceu 9%); e o número total de desempregados aumentou, entre 2000 e 2001, de 330.200 para 362.100 (cresceu 9,6%). Se somarmos estes grupos, obtemos, para o 4.º trimestre de 2000, 1.686.700 portugueses, e para o 4.º trimestre de 2001, 1.861.200 portugueses, o que representa, respectivamente, 34,2% da população empregada em 2000, 37,2% em 2001. Portanto, a precariedade no emprego é já muito elevada em Portugal e tem crescido muito nos últimos anos.

A pergunta que se coloca imediatamente face a estes dados oficiais é a seguinte: – Como é que se pode falar em rigidez do mercado de trabalho, quando os contratos a prazo já rondam os 600.000 e não param de cres-

cer? Como é que se pode falar em rigidez do mercado de trabalho quando mais de 900.000 trabalhadores, trabalham e vivem com base em «recibos verdes» que é o extremo da precariedade e da flexibilidade e que esse número não para de crescer? Como é que se pode falar em rigidez do mercado de trabalho quando o desemprego não para de crescer em Portugal, como provam os últimos dados oficiais sobre o desemprego (cerca de 4,5% no 2.º trimestre de 2002, sem incluir os «desencorajados» e outros desempregados)?

Num mundo cada vez mais globalizado, onde a insegurança e a precariedade são cada vez maiores, o que é necessário é reforçar o direito do trabalho visando a protecção dos trabalhadores, e não destruir os direitos de quem trabalha como pretende o anteproyecto de código de trabalho apresentado pelo Governo PSD/PP.

ABSENTISMO

Mistificar para enganar!

O Governo e particularmente Bagão Félix referem sistematicamente que estes afrontamentos aos direitos dos trabalhadores se justificam como combate ao absentismo.

Tentando iludir causas e responsáveis mete-se no mesmo saco as ausências ao trabalho por maternidade e paternidade, as devidas a acidentes de trabalho e a doenças profissionais, as provocadas por doença, as decorrentes do exercício de actividade sindical e das CTs, etc.

Classificar de absentista uma trabalhadora que goze de licença de maternidade ou um trabalhador vitimado por um acidente de trabalho revela a «face humanista» de Bagão Félix e seus parceiros governamentais.

Do mesmo modo, falar de recordes de absentismo exigiria demonstração e rigor. O Governo sabe que não há dados comparativos inclusive em relação à União Europeia. O pouco que se sabe é que a taxa de presença dos trabalhadores nas empresas (segundo os balanços sociais) aumentou de 92,5% para 93,8% em 1999, que a despesa com o subsídio de desemprego se reduziu não só em termos relativos (passou de 6,1% no total das despesas correntes em 1996 para 4% em 2001) mas também em termos absolutos (de 93,8 milhões de contos para 89,9 nestes mesmos anos).

E os trabalhadores sabem o que custa a falta ao trabalho por doenças resultantes dos ritmos e condições de trabalho violentas devido a ultrapassados métodos de produção, os acidentes de trabalho; e as mulheres, em particular, sentem as consequências de inexistência de creches e outras estruturas sociais, a descoordenação dos transportes.

Para o Governo PSD/CDS-PP a culpa é sempre de quem trabalha!

Ataque aos trabalhadores da Administração Pública

Para o actual Governo, a receita que pôs em prática para tratar dos males da Administração Pública consiste em despedir milhares de trabalhadores com vínculo precário que satisfazem necessidades permanentes dos Serviços, criar quadros de supranumerários/disponíveis, onde pode colocar todo e qualquer funcionário do quadro numa situação de inactividade com redução de vencimentos, congelar de forma cega admissões e promoções e fazer proliferar os contratos individuais de trabalho, colocando os trabalhadores sob a ameaça do cutelo do Código Laboral de Bagão Félix.

Ou seja, a criação da instabilidade generalizada no emprego é a receita milagrosa do Governo para os problemas dos Serviços públicos.

As consequências nefastas dessa opção saltam já à vista.

Na área da Inspeção Económica o número de efectivos é já tão escasso que o controlo do vinho a martelo ou do azeite falsificado não é efectuado.

Na área do Ensino há escolas com 230 alunos e apenas dois funcionários e cerca de 30 mil professores estão no desemprego.

Na área da Saúde escasseiam os médicos de clínica geral, os enfermeiros, o pessoal administrativo e auxiliar, diminuindo-se a capacidade de resposta em termos de quantidade e qualidade dos serviços prestados à população.

Ainda recentemente, no início do Verão, a Câmara Municipal de Sintra teve de destacar trabalhadores seus para a repartição de finanças, com o objectivo de apoiar a cobrança de impostos há muito atrasados.

Na Administração Fiscal, por escassez de meios humanos e insuficiência e desadequação de meios técnicos, aumenta o número de processos que prescrevem com as consequentes repercussões na quebra

da receita fiscal e campeia a impunidade, por falta de fiscalização, relativamente à fuga ao fisco.

Na Segurança Social entregou-se o registo de contribuições a empresas privadas, o que conduziu a atrasos que chegaram a um ano na atribuição de reformas e à inexistência de registos de descontos para o atempado pagamento de subsídios de doença e de desemprego.

No Ambiente não existem efectivos para a recolha de amostras que assegurem o controlo da qualidade da água em conformidade com os padrões exigidos pelas convenções internacionais.

No Instituto de Medicina Legal, os efectivos são menos de metade dos necessários para que houvesse uma resposta eficaz e atempada em termos de serviço.

Os guardas florestais são menos de metade dos previstos para a protecção da floresta, a fiscalização da caça e a vigilância aos incêndios. Mais de metade das torres de vigilância passaram a época de fogos sem funcionar por falta de pessoal.

A certificação e aferição dos mais diversos instrumentos de medida não é efectuada pelo Instituto Português de

Qualidade na sequência do despedimento de técnicos contratados.

No Instituto de Reinserção Social, responsável pelo acompanhamento de jovens em situação de risco, o director apresentou a demissão por verificar que o despedimento dos trabalhadores inviabilizou as condições de funcionamento mínimo dos serviços.

Estes são alguns dos muitos exemplos da situação existente por toda a Administração Pública e cujas consequências gravosas para toda a população se afiguram mais do que evidentes.

As consequências do ataque ao emprego na Administração Pública e a política privatizadora em áreas fundamentais como a saúde, o ensino, a segurança social, o ambiente, a recolha e tratamento de resíduos, o abastecimento de água, entre outras, colocam nas mãos dos grandes grupos económicos, nacionais e estrangeiros, núcleos fundamentais do aparelho de Estado, conduzem ao desvirtuamento do seu modelo constitucional, sendo que a lógica do lucro se sobrepõe à função social, acarretando a degradação da qualidade dos serviços e o seu encarecimento para os utentes (quer por via indirecta, através da afectação de receitas do O.E., quer directa, através do aumento de preços e taxas).

A dramatização governamental do crescimento da despesa utilizada para atacar os trabalhadores da Administração Pública e os serviços públicos escamoteia os crescentes gastos com *outsourcings*, parcerias e concessões pagas aos grupos económicos privados que se vão substituindo aos serviços públicos.

E, entretanto, das medidas tomadas para resolver a pretensa crise, pouco ou

nada se vislumbra que venha no sentido de serem retiradas mordomias e chorudos salários a administradores e gestores públicos, ou de os responsabilizar por erros de gestão, antes se assistindo a uma autêntica troca de cadeiras.

Um dos argumentos pretensamente utilizados pelo Governo PSD/PP para atacar um dos pilares do Estado Democrático, o Poder Local, é o de ser responsável pelo desmesurado aumento da dívida pública, em virtude de um alegado excessivo endividamento.

Omite-se, porém, sem que se identifiquem eventuais abusos, que a Administração Local é responsável apenas por 2% da dívida pública, recebendo 10% das receitas do O.E. mas assegurando 41.2% do investimento público que, em grande parte, garante necessidades essenciais das populações em termos de qualidade de vida, como seja a higiene urbana ou o abastecimento de água às populações.

Também o congelamento puro e simples da capacidade de endividamento das autarquias acaba por se revelar como uma medida que simplesmente colocará em causa milhares de postos de trabalho e criará condições para futuros processos privatizadores.

O estrangulamento da capacidade de investimento do Poder Local fomenta a privatização e é acompanhado na Administração Central pela alteração orgânica do Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário onde os grupos de construtores e empreiteiros passarão a ter assento directo na definição da política de empreitadas, no licenciamento e na fiscalização da sua própria actividade.

JOVENS

Governo quer trabalhadores do século XXI com direitos do século XIX

Não é por maldade ou mesquinhez que os jovens trabalhadores se transformam num alvo preferencial do Governo neste pacote laboral. É por razões de classe.

Sendo uma ofensiva contra todos os trabalhadores do sector da Administração Pública, do sector público ou privado, este pacote laboral articulado com a nova Lei de Bases da Segurança Social propõe «medidas especiais» contra os jovens.

Em primeiro lugar, num avassalador combate ideológico quer convencer os jovens que os direitos e conquistas sociais mais modernos e avançados são «coisas do passado».

E falamos da segurança no emprego, do direito a um salário e a um horário dignos, a uma carreira profissional, à segurança social como um direito e não como uma esmola ou um risco, ao direito a exercer direitos colectivos como a contratação colectiva, a fazer greve para defender os seus interesses e direitos.

Procura-se fazer crer às novas gerações que o emprego não é um direito mas sim um privilégio que só está ao alcance dos «melhores».

Apresenta-se o emprego estável como coisa ultrapassada e até desligada das aspirações dos mais jovens, aptos trabalhadores que não querem fazer o mesmo toda a sua vida.

Introduz-se o clima da crise financeira e económica (cujos únicos responsáveis são quem tem as responsabilidades governativas) para justificar os baixos salários.

É neste quadro de profunda ofensiva ideológica do sistema que o Governo propõe este novo pacote laboral que a ser aplicado criava as condições para o aumento da precariedade e em particular dos jovens que já hoje são os mais afectados (42% dos jovens trabalhadores até aos 25 anos são precários), para além de manter a discriminação de que os jovens são alvo na procura do 1.º emprego e que possibilita a contratação a termo certo. Mantém a discriminação salarial de que os jovens são alvo.

Refugiando-se no falso argumento do absentismo e das baixas fraudulentas desresponsabilizam-se as empresas e nada se faz para resolver o problema das doenças profissionais e da segurança e higiene no trabalho, problema que já originou a morte desde 1990 a 500 trabalhadores com menos de 20 anos.

Flexibiliza ainda mais os já flexíveis horários laborais que levam milhares de jovens a trabalhar já hoje como e quando os patrões querem, pondo ainda mais o trabalhador na mão do patrão e das vontades quer de dia quer de noite, nomeadamente com a proposta de alteração aos horários de trabalho no- turno.

Porque os direitos se conquistam e asseguram com luta e não por dádiva, porque o património de direitos legados por outras gerações só é possível de manter se os jovens tomarem nas suas mãos, como coisa sua, esse património, haverão de assumir o papel de protagonistas, se quiserem um futuro melhor.



Pacote Laboral

DIREITOS DAS MULHERES Um alvo escolhido

As profundas alterações que o Governo do PSD/CDS-PP pretende introduzir no quadro legal com o «Código de Trabalho», alterações à Lei da Segurança Social e à Lei de Bases de Família, convergem, de forma articulada, numa das mais graves ofensivas, no plano ideológico e político aos direitos das mulheres.

Em curso está um caminho de retrocesso na legislação (legislação essa que, no seu conteúdo global, posiciona Portugal como o País que detém uma das legislações mais avançadas na Europa), centrado em valores que fomentam a divisão tradicional de papéis entre mulheres e homens na família; a maior «adaptabilidade» da mão-de-obra feminina ao sabor das «conjunturas» - retorno ao lar, a trabalhar a tempo parcial, ou a tempo inteiro com mais baixos salários e sem direitos; no aumento da pressão sobre as famílias e sobre as mulheres, eliminando responsabilidades na protecção da função social da maternidade-paternidade e no apoio à infância e aos idosos, que deveriam caber às empresas e ao Estado.

O anteprojecto do Código de Trabalho dedica a subsecção IV à protecção da maternidade e da paternidade (art.º 28.º - 45.º), cujo conteúdo é um recuo relativamente à legislação em vigor. Desaparecem referências a importantes direitos, de que são exemplo:

- a duração da licença de maternidade em caso de nascimentos múltiplos (actu-

almente a licença é acrescida de 30 dias por cada gémeo);

- as situações de risco clínico para a trabalhadora e/ou para o nascituro (actualmente a trabalhadora goza, para o efeito, do direito a licença antes do parto pelo tempo considerado necessário);

- as situações de internamento hospitalar da mãe ou da criança (actualmente o período da licença de maternidade é interrompido a requerimento da mãe);

- o tempo de duração da dispensa de trabalho para efeitos de amamentação ou aleitação (actualmente a mãe tem direito a ser dispensada, em cada dia de trabalho, por dois períodos distintos de duração máxima de uma hora);

- o direito a faltar por nascimento de neto (actualmente um dos avós pode faltar até 30 dias consecutivos, a seguir ao nascimento de netos que sejam filhos de adolescentes até aos 16 anos, desde que vivam em comunhão de mesa e habitação);

- o direito a faltar para assistência à família (hoje o trabalhador tem direito a faltar até 15 dias por ano para prestar assistência inadiável ao cônjuge ou pessoas em união de facto, ascendente, descendente com mais de 10 anos de idade, ou afim na linha recta);

- o direito a subsídio em caso de licença especial para assistência a deficientes profundos e doentes crónicos (previsto actualmente na lei).



Um ataque à Segurança Social Pública

O Sistema Público de Segurança Social movimentará, por ano, mais de 3000 milhões de contos, sem contar com os meios financeiros resultantes das economias acumuladas no Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, que

ultrapassam os 870 milhões de contos. São estas vultuosas receitas que estão na mira dos bancos e seguradoras e que fundamentam a urgência do Governo PSD/CDS-PP em fazer aprovar uma nova Lei de Bases de Segurança Social.

A introdução de tectos contributivos - um passo para a privatização da Segurança Social

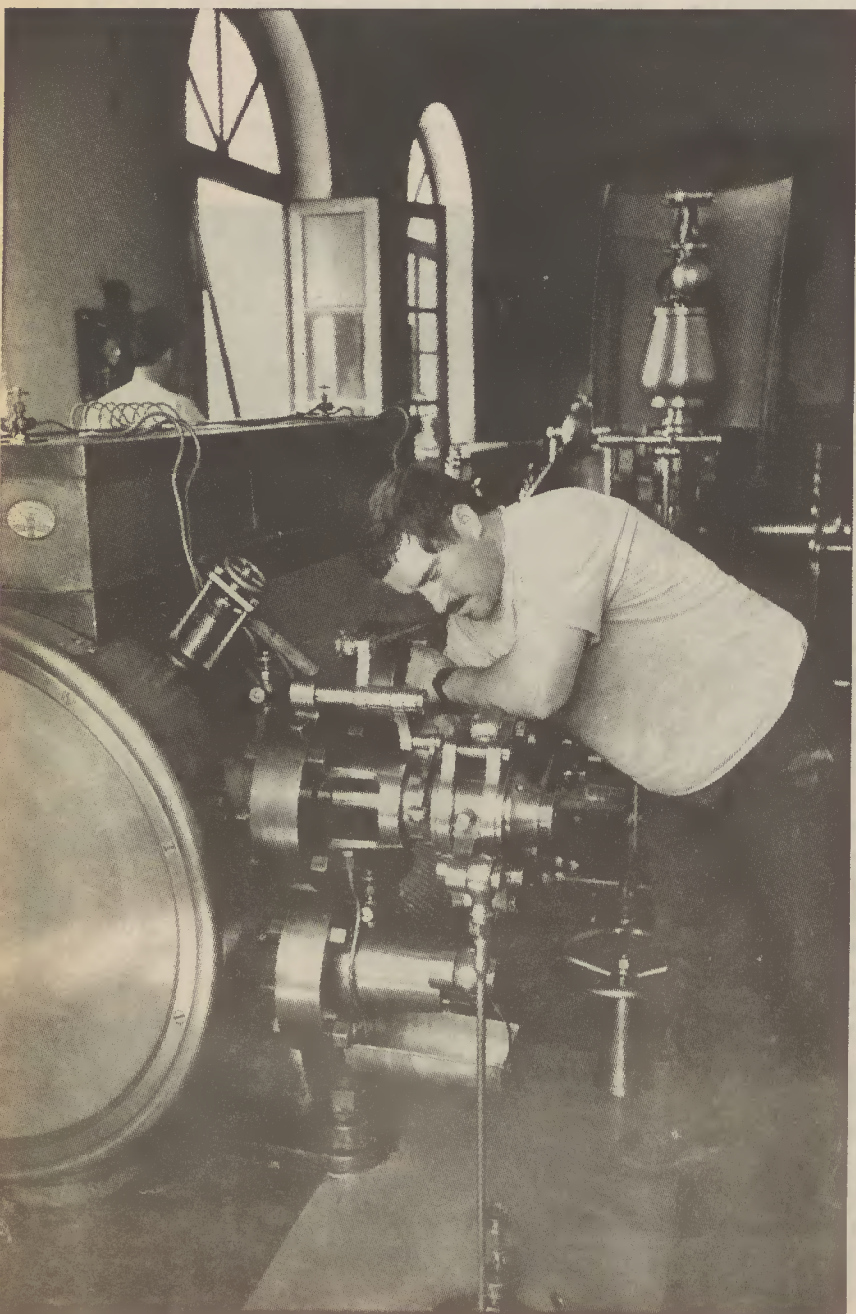
Trata-se de uma ameaça aos direitos quer dos trabalhadores que vierem a ser visados por esta medida (os valores dos tectos só serão definidos na futura regulamentação da lei), quer do conjunto dos beneficiários do Sistema Público de Segurança Social. E porquê?

Transforma as contribuições dos trabalhadores que venham a ser abrangidos pelos tectos contributivos em fontes de incalculáveis lucros para os bancos e seguradoras que gerem os Fundos de Pensões e impõe-lhes que se sujeitem e assumam todos os riscos da sua futura pensão - que fica à mercê da especulação bolsista e da volatilidade dos mercados financeiros.

O que o Governo PSD/CDS-PP pretende é que as futuras gerações de trabalhadores e de trabalhadoras troquem reformas

certas, que o sistema público garante por reformas incertas. Pretende isentar o patronato de contribuir para a formação das reformas destes trabalhadores. Em causa estarão, ainda, os futuros valores dos subsídios de desemprego, de doença e de outras prestações, que poderão vir a ser mais baixos porque a atribuição destes subsídios é calculada em função do valor do salário declarado para o Sistema Público de Segurança Social.

A introdução destes tectos contributivos afectará o conjunto dos beneficiários do sistema público porque vai destruir o princípio de solidariedade entre todos (incluindo os contribuintes com descontos mais elevados), levará a quebras de receitas para a segurança social e destruirá o princípio da universalidade dos direitos. **Conclusão: destruindo estes direitos não haverá uma protecção social adequada aos que mais precisam.** Importa, também, recordar que não há pensões de reforma condignas reduzindo as receitas do Sistema Público de Segurança Social e mantendo salários baixos, já que são estes que servem de base ao seu cálculo.



É preciso esclarecer! É preciso lutar!

Relevam-se aqui algumas questões centrais e perigos maiores que saltam à vista. No emaranhado das 687 alterações há outros alçapões, outras medidas negativas, designadamente sobre o trabalho parcial, o trabalho das pessoas com deficiência, há omissões por esclarecer e inconstitucionalidades a referir que a continuação e o aprofundamento do estudo haverão de demonstrar.

Mas esta é a primeira contribuição do PCP para avançar na batalha do esclarecimento. É um combate que vale a pena travar! Sempre, mas sempre que o capital e a direita quiseram que os direitos e as conquistas sociais andassem para trás, a luta dos trabalhadores foi determinante para o impedir. Mais uma vez vão contar com a acção, a intervenção, a proposta e a luta do PCP.

Um trabalhador esclarecido será um lutador indispensável para derrotar este pacote laboral. É preciso esclarecer! É preciso lutar!

Ferreira Leite recebe efeitos do alargamento

A ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, admitiu que o alargamento da União Europeia vai trazer «seríssimos problemas a Portugal» e poderá ter um efeito «arrasador».

Segundo a responsável das Finanças «se não estivermos preparados, vamos ser absolutamente absorvidos» neste nova fase da integração europeia, afirmou no sábado perante o Congresso Nacional da Associação Cristã de Empresários e Gestores. E explicou: «Vamos entrar num espaço onde vamos competir com países que por terem um nível de desenvolvimento inferior ao nosso terão mais capacidade de captação de ajudas comunitárias, mas, pior do que isto, vamos competir com uma mão-de-obra muito mais barata e muito mais qualificada do que a nossa.» «E este ponto é absolutamente arrasador», sublinhou, «já que qualquer empresário, provavelmente, se pensa em Portugal ou num destes países de leste vai escolher o país de leste».

A ministra conclui então que a revisão das leis laborais é uma questão essencial, considerando que as leis «aparentemente favoráveis aos trabalhadores, mas que são provavelmente os seus maiores inimigos».

Comissão multa produtores de leite

Nove países membros da União Europeia vão ser multados em cerca de 277 milhões de euros por terem ultrapassado as quotas leiteiras estabelecidas para o período de 2001-2002. O anúncio foi feito na terça-feira pela Comissão Europeia não deverá atingir os produtores portugueses uma vez que o Portugal não registou excesso de produção, tal como a Espanha, Grécia, França, Suécia e Reino Unido. Pelo contrário, na mira da Comissão estão a Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Áustria e Finlândia que superaram os limites impostos em quase 775.580 toneladas.

No referido período, a União Europeia fixou uma quota total de produção de leite de vaca em 11,72 milhões de toneladas, repartidas por 590 mil quotas individuais. Sempre que um país supera a sua quota é penalizado financeiramente fazendo repercutir a multa sobre os produtores «infractores».

Quinze divergem na Política Agrícola Reforma encalhada

Dez estados-membros, onde se inclui Portugal, rejeitaram, na segunda-feira, as propostas da Comissão Europeia para o sector dos cereais, inseridas no quadro da reforma da Política Agrícola Comum.

Em cima da mesa da reunião do Conselho de Ministros da Agricultura e Pesca estava, entre outras questões, a proposta de revisão da PAC, designadamente a redução das ajudas aos cereais e a desvinculação dos subsídios da produção.

Tal como já tinha acontecido no passado mês de Julho, uma maioria de estados pronunciou-se contra o documento de Bruxelas, destacando-se pelas suas posições mais críticas Portugal, Espanha, França, Itália e Grécia, ou seja, todos os países do sul, cujas agriculturas seriam penalizadas com as alterações pretendidas. Do outro lado, sobressaíram as posições favoráveis da Suécia, Reino Unido, Dinamarca, Holanda e Alemanha.

Em causa está em particular a intenção da Comissão de desvincular as ajudas da produção, como fito de estabelecer um subsídio único por hectare de terra, independentemente do tipo cultura, podendo mesmo estar inculca, em função das ajudas até aqui recebidas.

As propostas da Comissão travam o desenvolvimento da agricultura

Mas se por um lado, como a Comissão argumenta, esta medida daria total liberdade aos agricultores para escolherem as produções mais rentáveis, tal poderia ter reflexos negativos no abastecimento de certas indústrias e, noutros casos, poderia levar ao abandono de áreas hoje cultivadas.

Portugal seria particularmente afectado já que, não só é o que tem a agricultura mais atrasada, auferindo tam-

bém por isso o mais baixo nível de ajudas como ficaria irremediavelmente impossibilitado de a desenvolver. O próprio Ministério da Agricultura estima que os produtores portugueses perderiam 1,18 milhões de euros de ajudas comunitárias com as mudanças anunciadas.

Esta frente contra a reforma da PAC teve expressão numa carta divulgada no início da semana e subscrita pelos ministros da agricultura de Portugal, França, Luxemburgo, Espanha, Áustria, Irlanda e Bélgica.

O documento defende que manutenção da actual PAC refutando as acusações de que ela seria responsável pela sobreprodução agrícola, pelo aumento da poluição ou pelo doença das vacas loucas.

Entretanto, na terça-feira, os ministros discutiram a Política de Pescas Comum e a estratégia da Comissão para o desenvolvimento da aquicultura. Bruxelas insiste na redução do esforço de pescas, propondo-se desviar asaju-

das à modernização da frota para incentivos ao abate de embarcações.

A ideia tem a oposição expressa de Portugal, Espanha, França, Grécia, Itália, Irlanda e Finlândia e se, até ao final do ano, os Quinze não chegarem a acordo será necessário encontrar uma solução para a continuação das ajudas em 2003.

PE aprova parecer de Ilda Figueiredo

Com vista a influenciar este debate, a Comissão das Pescas do Parlamento Europeu aprovou no passado dia 12 Setembro, um parecer da deputada Ilda Figueiredo, sobre o Orçamento para 2003, onde a deputada do PCP propõe uma série de medidas para o reforço do sector.

O documento avança com a proposta de criação de um programa comunitário de apoio à pequena pesca costeira e pesca artesanal e rejeita qualquer tentativa de reprogramação ou redistribuição das verbas do IFOP (Investimento Financeiro de Orientação da Pesca), reafirmando «o princípio de que as novas necessidades deverão corresponder novos meios».

Para além de defender apoio à aquicultura e à indústria transformadora, em especial à conserveira, Ilda Figueiredo pede a melhoria do controlo dos produtos comercializados e aos respectivos laboratórios.

Por último, o parecer aprovado defende a mobilização de 27 milhões de euros para financiar o remanescente das verbas atribuídas ao programa de re-estruturação da frota que operava em Marrocos.



Portugal é o país da União Europeia com a agricultura mais atrasada e que menos fundos recebe

Ilegalização do Batasuna Governo basco recorre ao TC

O governo Basco anunciou na terça-feira que irá apresentar recurso da lei dos Partidos perante o Tribunal Constitucional, por considerar que o diploma «contém um conjunto de infracções que violam os direitos fundamentais».

Já no passado dia 5 de Setembro, o parlamento basco tinha discutido a possibilidade de apresentar um recurso semelhante, tendo decidido deixar a esta iniciativa para Governo, evitando que o Batasuna participasse no debate.

O primeiro-ministro Aznar já reagiu acusando as instituições bascas de «falta de coerência política» no processo de ilegalização do Batasuna. Também os socialistas qualificaram a decisão do Governo basco como «um erro» que está «condenado ao

fracasso», considerando que a lei dos partidos «passa todos os filtros de constitucionalidade, estabelece todas as garantias e respeita os princípios democráticos, os direitos humanos e os valores, que são a base da Constituição espanhola».

EUA querem criar exército mundial

Os Estados Unidos propuseram aos seus aliados da NATO a criação de uma força de intervenção rápida para intervir contra o terrorismo em qualquer parte do mundo.

Segundo declarações de responsáveis do Pentágono, citadas pela Agência Lusa, a proposta terá sido apresentada formalmente pelo secretário de Estado da Defesa norte-americano numa reunião informal dos responsáveis governamentais da

NATO, realizada em Varsóvia, entre segunda-feira e quarta-feira.

Essa força permanente, eventualmente a nível de Brigada, poderia ser constituída no espaço de dois anos, enquadrando unidades mais pequenas que estariam em acção entre sete e 30 dias, de acordo com declarações prestadas à France Presse por alto responsável norte-americano do Pentágono.

Em Varsóvia, os ministros

debateram a transformação da NATO dentro das novas definições geo-estratégicas mundiais, preparando a para reunião da cimeira da Aliança de 19 chefes de Estado e governo que se efectuará em Praga a 21 e 22 de Novembro.

Nesta cimeira, além da possibilidade de criação dessa força de reacção rápida, deverá ser decidida a adesão à NATO de novos membros europeus, designadamente dos três países bálticos, da

Eslováquia, Eslovénia, Roménia e Bulgária.

Recorde-se que a nível de política de defesa e segurança, a União Europeia tem um projecto de formação das suas próprias Forças Armadas, estando ultimando a constituição de uma força de reacção rápida, que deverá estar operacional em 2003, com um conjunto de 60 mil homens, mobilizáveis em 60 dias, para missões de paz ou de prevenções de conflitos.

Relatório analisa défice português

A Comissão Europeia aprovou, na terça-feira, em Estrasburgo um relatório sobre a situação orçamental em Portugal que será posto à apreciação do Comité Económico e Financeiro (CEF) dos Quinze.

Trata-se da primeira etapa do procedimento de défices excessivos aberto depois de Portugal ter declarado que em 2001 teve um défice de 4,1%, superior ao limite máximo de 3% imposto pelo pacto de estabilidade para o défice orçamental dos estados-membros da Zona Euro. Cabe agora ao Comité Económico e Financeiro da UE, onde têm assento os representantes dos Estados-membros, normalmente os responsáveis pelo Tesouro (secretários de Estado), proceder à sua análise dispondo de duas semanas para dar um parecer sobre a situação apresentada pela Comissão Europeia.

Irlanda referenda Tratado

A Irlanda irá realizar, no próximo dia 19 de Outubro, um segundo referendo sobre o Tratado de Nice, anunciou na passada semana o governo irlandês.

O primeiro referendo, em Junho de 2001, sobre o Tratado, peça-chave do alargamento da União Europeia, 54 por cento dos irlandeses votaram «não», pondo em causa o documento que para entrar em vigor precisa de ser ratificado pelos 15 Estados membros até ao fim deste ano.

Emissões de CO₂ aumentam 70%

As emissões de dióxido de carbono relacionadas com a energia aumentarão a nível mundial cerca de 70% entre 2000 e 2030, sobretudo nos países em desenvolvimento, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE).

No seu estudo «Projeções energéticas mundiais», apresentado durante o fim-de-semana no Fórum Internacional da Energia de Osaka, Japão, a AIE afirma que as emissões de carbono relacionadas com a energia crescerão 16 mil milhões de toneladas até alcançar as 38 mil toneladas em 2030. Dois terços das emissões procederão de países em desenvolvimento, onde também se registará o maior crescimento da quantidade energética, e só a China aportará um quarto desde incremento com 36 mil milhões de toneladas, para chegar aos 6700 milhões em 2030. No entanto, as emissões de gases de efeito estufa da China estão abaixo das dos Estados Unidos.

Alemanha vota contra a guerra

• Rui Paz

A ameaça de uma nova guerra contra o Iraque feita pelo presidente americano feriu profundamente os sentimentos de paz do povo alemão, violentado nos últimos anos por novos conceitos estratégicos cada vez mais agressivos. Face ao receio de uma abstenção recorde e perante uma campanha eleitoral considerada ainda há poucas semanas como a mais aborrecida da história da Alemanha Federal, os partidos do sistema, desde a social-democracia aos Verdes, da democracia-cristã aos Liberais, descobriram todos sem excepção com grande surpresa que o povo alemão é contra a guerra. Num ápice, o líder parlamentar do SPD passou a comparar os EUA ao império romano. O chanceler Schröder descobriu, ao contrário do que têm sido a política externa do seu gabinete, que a «amizade» com os EUA «não é vassalagem». Stoiber recusou seguir Bush sem mandato da ONU, enquanto o secretário-geral dos Liberais constatava

o repúdio dos trabalhadores contra a chamada política de «modernização» capitalista da social-democracia. Com menos 47 deputados do que no anterior Bundestag, as perdas dos SPD atingem níveis históricos nas regiões industrializadas da Renânia do Norte-Vestefália, em particular na bacia do Ruhr. A eleição de Schröder por uma margem insignificante de votos deve-se fundamentalmente à política anti-social do seu gabinete nos campos da saúde, da política fiscal, à privatização das reformas, a medidas contra os desempregados, como a obrigatoriedade de aceitarem trabalho miseravelmente remunerado ou a perda do direito à livre escolha do local de residência (Comissão Hartz).

Na noite das eleições, numa altura em que as previsões ainda apontavam para a vitória do candidato democrata-cristão, o ministro do Interior Schily acusou um «grande império mediático» de ter apoiado a campanha de Stoiber. Mas o SPD também contou com o apoio de outros impérios da comunicação. O capital joga em vários cavalos simultaneamente e decide-se sempre pelo melhor colocado. As vítimas desta encenação que procura dar uma cobertura «democrática» à destruição da democracia, nomeadamente na sua componente social, são sempre os trabalhadores. O pânico, verificado em certos círculos, de que uma votação muito baixa nos Verdes conduzisse o SPD a formar governo com os liberais ou a um governo da democracia-cristã, teve uma influência decisiva no aumento de 1,9 dos ecologistas que passam assim de 6,7 para 8,6 por cento. A obtenção de apenas dois deputados pelo PDS, discriminado por não ter atingido os 5% - uma cláusula cuja finalidade é a de impedir que partidos que não disponham de grandes apoios financeiros possam estar devidamente representados no Bundestag - é um resultado negativo para as forças de esquerda. Mesmo assim o PDS sobe ligeiramente ou mantém-se na parte ocidental, baixando significativamente no Leste. São certamente múltiplas as causas deste recuo de 1 ponto percentual, o qual é muito menor do que o roubo das três dezenas de deputados que pelo método proporcional corresponderiam aos 4% de votos obtidos.

O «Neues Deutschland», numa primeira avaliação crítica, salienta no dia seguinte às eleições que «a factura de ontem é a resposta dos eleitores a quatro anos de participação com o SPD no governo no Mecklenburgo-Vorpommern, a quatro anos de oposição «construtiva» ao governo SPD-Verdes, a nível federal, e é ainda o reflexo da participação no Senado de Berlim», onde há menos de um ano o PDS obtivera uma votação sensacional.

Em Mecklenburgo-Vorpommern, onde se mantém a mais longa coligação entre o SPD e o PDS, o partido registou os resultados mais negativos (-7,3%). Tal como acontecera há quatro anos, após as eleições, o capital e o imperialismo vão continuar a sua ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e intensificar os seus planos de agressão militar. Também na Alemanha, não há tempo para cruzar os braços. Os comunistas e outras forças de esquerda irão continuar a dar um contributo indispensável na luta pela paz e pela justiça social.

A penalização do SPD

O aumento da abstenção e a perda de votos e de mandatos do SPD confirmam

Pela primeira vez desde a divisão da Checoslováquia, o PC da Eslováquia vence a barreira dos 5 por cento

Comunistas eslovacos voltam ao Parlamento

O Partido Comunista da Eslováquia (KSS) conquistou 6,32 por cento dos votos nas eleições legislativas de 20 e 21 de Setembro e elegeu onze deputados.



Mais do que duplicando a sua votação em relação às últimas eleições, o KSS ultrapassou nas legislativas do passado fim-de-semana a barreira do cinco por cento (mínimo legal para poder ter assento no Parlamento), garantindo assim a sua primeira representação parlamentar desde 1989 no Conselho Nacional Eslovaco.

Trata-se de uma importante vitória política do KSS, tanto mais que poucos meses antes do escrutínio o Partido esteve ameaçado por uma lei que visava a sua ilegalização. Sem se deixarem intimidar, os comunistas eslovacos desenvolveram uma intensa campanha em defesa das liberdades democráticas, acabando por ver os seus esforços compensados pelos eleitores.

Os 150 lugares do Conselho Nacional Eslovaco foram disputados por 25 partidos e cerca de 2500 candidatos.

Os resultados eleitorais na Eslováquia traduzem de forma clara as fracturas sociais existentes no país. A força mais votada, com 19,5 por cento dos votos, foi o Movimento por uma Eslováquia Democrática, de Vladimír Meciar (HZDS), o ultranacionalista artífice da divisão da Checoslováquia e primeiro-ministro até 1998. Em segundo lugar ficou a União Democrática e Cristã Eslovaca (SDKU), do actual primeiro-ministro, Mikulas Dzurinda, com 15,09 por cento dos escrutínios.

Dzurinda deverá formar governo com os seus aliados de direita: o Movimento Cristão Democrata (KDH, 8,25 por cento), o Partido da Coligação Húngara (SMK, 11,6 por cento) e a recém-criada Aliança do Novo Cidadão (ANO, 8,01 por cento) do magnata dos *media* Pavol Rusko. As quatro formações detêm em conjunto 78 dos

150 lugares do parlamento, o que lhes permite governar, ainda que com uma maioria menos sólida do que a anterior «coligação direita-esquerda» (93 lugares).

**Dzurinda
deverá
formar governo
com os seus
aliados
de direita**

**O grande
derrotado**

O grande penalizado nestas eleições foi o Partido da Esquerda Democrática (SDL), que perdeu os seus 23 deputados. Dos 14,7 por cento em 1998, o SDL caiu agora para menos de 3 por cento, o que pode entender-se como uma penalização pela sua participação no anterior governo de «coligação direita-esquerda». Muitos dos quadros do SDL abandonaram o partido

antes das eleições, formando outras organizações que não conseguiram melhores resultados, como é o caso da Alternativa Social-Democrata, de Peter Weiss, que recolheu menos de 2 por cento dos votos.

Arredado do poder fica também a formação do populista Robert Fico (SMER, 13,46 por cento), cuja campanha se centrou «na lei e na ordem».

Quanto ao partido de Meciar, que desceu de 27 para 19,5 por cento dos votos, embora apoiando a entrada da Eslováquia na União Europeia e na NATO estava à partida afastado do poder, dado estas instituições, que o consideram «demasiado nacionalista», terem declarado que «fechariam as portas» à Eslováquia caso fosse ele o vencedor.

Nas eleições participaram 70 por cento dos eleitores.

Saudação do PCP

O Secretariado do Comité Central do PCP enviou, segunda-feira, uma mensagem ao Comité Central do Partido Comunista da Eslováquia, congratulando-se com o «sucesso eleitoral» dos comunistas eslovacos, que finalmente vão poder constituir o seu grupo parlamentar. Sublinhando que se trata de «uma importante vitória contra a discriminação e perseguições anticomunistas com elevado significado político», o PCP faz votos para que o Partido Comunista da Eslováquia alcance «novos sucessos, no interesse dos trabalhadores e do povo da Eslováquia».

Karol Ondrias, vice-presidente do Partido Comunista da Eslováquia, em breves declarações ao Avante! falou da importância do resultado conseguido pelo KSS nas eleições de legislativas de sábado.

Que opinião tem do Partido Comunista da Eslováquia (KSS) acerca dos resultados eleitorais?

O significado político destes resultados é bastante importante. Após 13 anos de propaganda anticomunista e censura nos meios de comunicação, as pessoas perceberam que o socialismo é melhor que o capitalismo. O nível de vida na Eslováquia

em 2002 é mais baixo do que durante o socialismo em 1988.

Quais as perspectivas de intervenção do KSS no actual governo?

O KSS é o partido de esquerda no parlamento da Eslováquia. Vamos expressar as nossas ideias, políticas, económicas e sociais, para resolver os problemas no país. Queremos solucionar os problemas da maioria das pessoas.

Como se irá desenvolver a política após estas eleições?

O governo de direita vai continuar a sua política económica e social, o que irá trazer mais dificuldades para o país e diminuir a qualidade de vida dos eslovacos. Com esta situação o KSS irá tentar unir os movimentos de esquerda na Eslováquia para responder à política de direita.

Abuso policial na Grécia

A Amnistia Internacional (AI) denunciou o recurso à força, «relativamente frequente», pela polícia grega. Os alvos preferenciais são as minorias de imigrantes.

O relatório da AI, divulgado terça-feira em Atenas, apresenta 66 casos de presumíveis violações dos direitos humanos, devido a detenções e operações contra imigrantes clandestinos. Destes casos, 11 saldaram-se na morte das vítimas.

O grande fluxo de imigração na Grécia deu-se em 2001 e alguns dos casos referidos pela AI remontam a 1995. No entanto, durante este período de tempo nenhum polícia foi oficialmente acusado de tal prática.

Nas conclusões do relatório é referido que «é relativamente frequente que os polícias inflijam aos seus detidos actos de tortura psicológica, ou para extrair confissões ou para os intimidar e punir».

«Guerra preventiva»

Bush e Sharon em sintonia

Bush divulgou, sexta-feira, a sua doutrina militar de «acção preventiva»; em Ramallah, Israel ilustrou no terreno o novo conceito com o ataque a Arafat.

O documento divulgado pela Casa Branca no final da semana passada é perfeitamente claro: os EUA não admitem que «nenhuma potência estrangeira obtenha a superioridade militar» que eles próprios «acumularam desde a

desintegração da URSS, há mais de uma década»; «a América irá actuar contra novas ameaças antes que elas estejam completamente formadas»; os EUA não hesitarão em «agir sozinho» para exercer o seu «direito à autodefesa, agindo preventivamente contra terroristas».

Entretanto, e para que não restem dúvidas do que se deve entender por «pax americana», George W. Bush aproveitou uma deslocação a Trenton, Nova Jersey, para dizer à ONU que «quer» uma «resolução enérgica» contra Saddam Hussein. Ao mesmo tempo, Bush fez saber que oporá o veto presidencial a qualquer projecto legislativo que não lhe dê carta branca para aplicar o seu conceito de defesa, e pediu a aprovação

(antes das eleições de 5 de Novembro) do aumento do orçamento para 2003, onde as despesas militares registam um crescimento de 48 mil milhões de dólares em relação ao ano fiscal que agora termina.

Mais de três milhões de palestinianos enfrentam a guerra total

Também aqui as intenções de Bush são claras. «Solicito o aumento porque quero enviar uma mensagem clara a todo o mundo, que temos um compromisso a longo prazo», disse o presidente norte-americano.

A mensagem de Bush foi recebida com euforia do outro lado do mundo, em Israel, onde Ariel Sharon se sentiu com as mãos ainda mais livres para levar a cabo a sua «guerra preventiva».

A caminho do abismo

Vinte anos depois dos massacres de refugiados palestinianos nos campos Sabra e Chatila (de 16 a 18 de Setembro) por milícias libanesas apoiadas pelas tropas israelitas comandadas por Ariel Sharon, e nas

vésperas do segundo aniversário da «nova Intifada» (28 de Setembro), mais de três milhões de palestinianos enfrentam a guerra total que lhes é movida pelas forças de ocupação de Israel. Yasser Arafat, que Ariel Sharon lamenta não ter conseguido matar em Beirute há 20 anos, está de novo cercado em Ramallah no que resta do complexo das instalações da Autoridade Palestiniana agora reduzidas a escombros.

Escudado na «campanha antiterrorista» dos EUA, o

seu mais fiel aliado, e indiferente às tímidas e inconsequentes «condenações» da ONU, Israel já nem se dá ao incómodo de esconder os seus objectivos: acabar de uma vez por todas com a Autoridade Palestiniana, liquidar ou expulsar Arafat, anexar a Cisjordânia para a concretização do «Grande Israel».

Incapaz de perceber que a concretização de tais objectivos significam a morte de todas as perspectivas de paz, Ariel Sharon está a conduzir Israel para o abis-

mo. A comunidade internacional não pode assistir indiferente a mais este genocídio.

A solidariedade com o povo palestiniano é mais do que nunca indispensável, face a esta nova ofensiva que «prolonga o que tem sido uma sistemática e desumana campanha, cujo único objectivo é destruir a resistência do povo da palestina e afogar em sangue os seus direitos internacionalmente reconhecidos», como afirma um comunicado divulgado anteontem

pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação. No dia 28, o ponto de encontro é no Rossio, às 17 horas. Como afirma o CPPC, «prolongar o silêncio, arrastar a inacção é ser cúmplice dos crimes, é assumir historicamente a responsabilidade pela escalada de violência com consequências de todo imprevisíveis para a paz no mundo, é tornar-se responsável pelo interminável cortejo de vítimas inocentes, palestinianas e israelitas». É preciso dizer: Basta!

PCP alerta para os perigos que pairam sobre o Médio Oriente

A Comissão Política do CC do PCP divulgou anteriormente o comunicado, que a seguir se transcreve, sobre a grave situação que se vive no Médio Oriente.

«Confrontado com a situação intolerável que se vive neste momento nos territórios autónomos palestinianos, o PCP não pode deixar de erguer mais uma vez a sua voz contra a inqualificável política de terror e violência levada a cabo pelo governo e exército israelitas contra o Povo Palestiniano e seus representantes.

«O cerco imposto às instalações da Autoridade Nacional Palestiniana e as chantagens ao presidente Yasser Arafat, além de constituírem gravíssimas violações do direito internacional, das inúmeras resoluções da ONU e dos mais elementares direitos humanos, são demonstrativas das reais intenções de Israel: continuar a alimentar uma espiral de

violência que justifique todas as atrocidades contra o povo palestiniano e eliminar política ou fisicamente os seus légitimos representantes.

«Na sequência da posição adoptada pelo Comité Central na sua reunião de 20 e 21 de Setembro, o PCP alerta, mais uma vez, para os perigos que pairam sobre os povos do Médio Oriente e de todo o mundo. Neste sentido, o PCP chama a atenção para que a tática abstenção dos EUA na votação da resolução do Conselho de Segurança da ONU de 24 de Setembro não deve ser utilizada como moeda de troca para obter a cobertura das Nações Unidas na concretização da projectada guerra contra o Iraque, que poderá tornar ainda mais trágica toda a situação na região.

«O PCP reclama do Governo português uma

posição clara e inequívoca de condenação do governo israelita e exige da diplomacia portuguesa uma intervenção de urgência, junto da União Europeia, no sentido de serem exercidas todas as pressões diplomáticas e políticas para que Israel ponha fim imediato ao cerco imposto ao quartel general da Autoridade Nacional Palestiniana e a Yasser Arafat, e proceda à retirada do seu exército dos territórios autónomos palestinianos.

«Apesar do dado positivo que constitui a aprovação da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o PCP reafirma que uma paz justa e duradoura no Médio Oriente só poderá ser alcançada com a retirada total do exército israelita dos territórios autónomos palestinianos para as posições anteriores a 1967, com

o reconhecimento do Estado da Palestina, soberano e independente, com capital em Jerusalém Leste e com uma solução justa para a situação dos refugiados palestinianos.

«Num momento difícil, mas de resistência do povo palestiniano, e em vésperas do segundo aniversário da 2.ª Intifada, os comunistas portugueses exprimem, mais uma vez, a sua solidariedade ao heróico povo palestiniano e à luta pelos seus inalienáveis direitos nacionais.

«O PCP apela aos trabalhadores, à juventude, ao povo português para que pelos mais variados meios ao seu alcance e das mais variadas formas exprimam a sua solidariedade com o povo palestiniano e façam ouvir o seu protesto contra as criminosas acções do governo israelita.»

Carlos Carvalhas escreve ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro

Em carta entregue, segunda-feira, na Presidência da República, e invocando «a gravidade da situação no Médio Oriente e a situação alarmante em que se encontra o presidente Yasser Arafat», o Secretário-Geral do PCP apela ao Presidente da República para que «exerça a sua legítima influência para que Portugal faça ouvir a sua voz na União Europeia e na ONU exigindo que o governo israelita levante imediatamente o cerco ao presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, garantindo a sua segurança e a sua livre circulação». Por outro lado, em carta dirigida no mesmo dia ao Primeiro-Ministro, Carlos Carvalhas, chamando igualmente a atenção para a «dramática situação em Ramallah» e para «o facto de um alto responsável

israelita ter anunciado que o cerco ao quartel-general da Autoridade Palestiniana se destina a forçar Arafat ao exílio», reclama uma «intervenção de urgência» do governo português «junto da União Europeia e da ONU». Na carta ao Primeiro-Ministro, o Secretário-Geral do PCP considera «intolerável o comportamento do Primeiro-Ministro de Israel e do seu governo que, violando todas as regras internacionais e não acatando as Resoluções do Conselho de Segurança da ONU, se acha no direito de atacar Yasser Arafat, matando soldados que o acompanham, demolindo metodicamente a sua residência e privando-o do que é indispensável à sua vida e ao exercício das funções que, com pleno reconhecimento internacional, lhe foram democraticamente

confiadas pelo povo palestiniano». Carlos Carvalhas sublinha, por outro lado, que «os pretextos invocados pelo governo israelita são tanto mais inaceitáveis quanto é conhecido da opinião pública que a Autoridade Palestiniana se tem empenhado para que se regressasse às negociações e condenou claramente os recentes atentados do Hamas».

O Secretário-Geral do PCP salienta, nas duas missivas, que Portugal «tem a obrigação constitucional, política e ética de tomar todas as iniciativas com vista à retirada das forças israelitas dos territórios palestinianos ocupados, dando cumprimento às Resoluções do Conselho de Segurança da ONU e de defender o regresso ao processo político de negociação.»



Protestos em Washington

Representantes de ONG's (organizações não-governamentais) de todo o mundo começaram a chegar esta semana a Washington para protestar contra as políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

As manifestações coincidem com as assembleias gerais dos dois organismos, marcadas para este fim-de-semana. «Estamos aqui para que ninguém esqueça o terrível impacto da dívida externa, do abuso do meio ambiente, dos créditos inescrupulosos e das más políticas económicas que estas instituições impõem», afirmaram em conferência de imprensa os activistas da Mobilização pela Justiça Global.

Durante a conversa com os jornalistas, os manifestantes reiteraram que os seus

protestos serão pacíficos, embora a polícia da capital norte-americana já tenha mobilizado cerca de dois mil agentes para o encontro.

Entretanto, o FMI e o Banco Mundial reduziram para dois dias a sua reunião anual. Já os manifestantes aumentaram a sua agenda. Desde segunda-feira, estão a desenrolar-se manifestações, mostras de cinema, debates e conferências que prosseguirão durante toda a semana.

Amanhã está previsto uma manifestação anticapitalista. Domingo, quando os organismos financeiros concluírem o encontro, o Grupo Mobilização pela Justiça Social irá manifestar-se contra os planos de ataque ao Iraque, em Dupont Circle, um bairro da periferia de Washington.

• Miguel Urbano Rodrigues



Lula e a ilusão da mudança



Antes de ir até à Índia, o Brasil parecia-me como o país do mundo mais difícil de compreender.

Vivi 17 anos naquela terra, mas o cenário físico e humano não derrubou, entretanto, a grande barreira. Sinto-me em casa cada vez que volto. A intimidade com o mistério brasileiro permanece para mim intacto. Identifico-me com o povo, amo-o, quase pressinto nele os contornos de uma humanidade re-humanizada. Navego com familiaridade entre os factos e a gente. Mas tenho enorme dificuldade em entender o rumo que a história ali segue. O Brasil derrota o esforço para ser compreendido através da razão.

Se a história se cumprisse com um mínimo de lógica, o Brasil seria neste início do século XXI não somente um país desenvolvido, como o padrão de uma sociedade de abundância e de convívio harmonioso entre comunidades de culturas e origens raciais diferentes.

O austríaco Stefan Zweig, ao descobri-lo nas vésperas da II Guerra Mundial, vislumbrou nele «O País do Futuro». A profecia não se concretizou. O sentido do movimento da história inverteu-se. O Brasil, em circunstâncias conhecidas, começou a caminhar para trás. E a involução prossegue.

Um sociólogo sueco que passou por São Paulo recentemente sintetizou num breve comentário o seu espanto: «Assisti a um debate na televisão, li os jornais, visitei a Universidade, falei com muita gente. Senti-me espectador de uma comédia aparente que oculta o desenrolar de uma tragédia.»

É minha convicção de que não existe na América outro povo que tenha com o cubano afinidades tão profundas como o brasileiro. A história e o idioma distanciou-os.

Um fosso separa-os hoje no tocante à educação e à saúde e aos sistemas político-institucionais. À desigualdade social do Brasil - quase um recorde mundial - contrapõe-se um regime que se propõe reduzi-la ao mínimo. Mas o abismo entre

os estados e as estruturas socioeconómicas não impede uma estranha aproximação das idiossincrasias e dos povos. As raízes euro-africanas de ambos estão na origem de mundivindências, atitudes e formas de comportamento cultural que, pela convergência, impressionam.

Contradições e afinidades

Pode-se objectar que enquanto a violência, a droga e a marginalidade infantil marcam dramaticamente o quotidiano das megalópolises brasileiras, Havana é a capital mais segura da América, uma cidade que tem o culto da criança, na qual os drogados constituem uma raridade trazida pelo turismo.

A contradição não elimina o parentesco cultural. Empurra para uma pergunta: como explicar os processos que levaram no Brasil a rupturas do tecido social muito profundas, mas insuficientes para contaminar a esmagadora maioria do povo? Este gerou os anticorpos que lhe permitiram preservar a sua especificidade cultural. Sobreviveu à dupla ameaça vinda de minorias formadas nos dois extremos da sociedade: uma burguesia que renunciou ao desenvolvimento autónomo, transformando-se em instrumento e apêndice do sistema de poder imperial; e uma camada lumpem, em acelerado crescimento, resultante do funcionamento da própria engrenagem da exploração, ou seja, uma massa de dezenas de milhões de párias, fonte da violência endémica, do crime organizado, das redes de droga, da prostituição, da lama social cujos fios aparecem entrançados com o poder.

O povo brasileiro, ou para ser mais preciso, a esmagadora maioria dos brasileiros permaneceu fiel às raízes. Governado como se fora um protectorado, oprimido pelos de cima, agredido pela invasão dos valores culturais assimilados pelos sectores sociais mais contaminados pela máquina trituradora da globalização neoliberal, e simultaneamente vítima da violência, da insegurança e da pressão desagregadora da massa de párias e das

máfias do crime que brotam dos subterráneos da sociedade capitalista - o brasileiro que eu aprendi a respeitar e amar, o «homem cordial» definido pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, esse resistiu. Pela sobrevivência pagou um preço colossal.

Lula

A campanha eleitoral polariza nestes dias a atenção de dezenas de milhões de brasileiros e é acompanhada com interesse absorvente em todo o Continente Americano.

Se fosse brasileiro votaria por Lula. Mas somente pela ausência de uma alternativa. A sua candidatura suscitou inicialmente grandes esperanças em amplos sectores da esquerda brasileira. Emergiu como o candidato natural das forças progressistas para as desiludir progressivamente.

Lula, nesta sua quarta tentativa de chegar ao Palácio do Planalto, tem mais probabilidades de atingir o objectivo do que nas anteriores. Paradoxalmente não é por mérito próprio que isso acontece, mas pelo total descrédito do sistema, pela aspiração de mudanças profundas que se enraizou nas grandes maiorias. A convicção de que nunca como agora as condições para se tornar presidente foram tão favoráveis contribuiu - outro paradoxo - para que Lula, empenhado em obter o apoio de uma ampla faixa da pequena e da média burguesia, esviasse o discurso de muito do que lhe conferia significado e inspirava confiança aos trabalhadores.

De longe, tenho acompanhado a sua campanha. Desaprovo-a mais pelas posições assumidas do que pelas omissões. Não seria razoável esperar dele um discurso como o dos dirigentes do PC do B - o seu mais firme e leal aliado na eleição - cauteloso, mas reflectindo a imagem de um partido revolucionário. Mas

Lula foi tão longe nas concessões que perdeu a confiança e o respeito de muitos brasileiros que desejavam vê-lo assumir uma postura muito diferente. Admito que o erro na opção estratégica cabe no fundamental à direcção do PT.

A perseguição ao voto, quando se torna obsessiva, implica a perda da lucidez. A conquista da Presidência proporcional num país como o Brasil a obtenção das insígnias do poder. Mas o Poder real, qualquer que seja o eleito, não mudará de mãos. A engrenagem que o controla, externa e interna, modelou o quadro institucional de forma a impedir a mudança do sistema.

Numa democracia representativa latino-americana de estrutura presidencial não é indiferente que o presidente seja um proconsul de Washington ou um político patriota e progressista. Mas é uma ingenuidade crer que instituições ideadas e impostas pela burguesia possam servir para transformações profundas do sistema incompatíveis com a lógica do seu funcionamento.

A ideia de que as concessões de campanha proporcionam os votos que podem levar à vitória e são irrelevantes porque, conquistado o Poder, uma guinada no leme marcaria, então, o rumo progressista do governo de Lula, assenta numa análise ingénua e falsa da realidade, para não dizer oportunista.

Boas intenções e cedências

Não foi por acaso que a embaixadora dos Estados Unidos em Brasília manifestou publicamente o seu apreço por Lula e que Fernando Henrique ensaiou uma aproximação, deixando transparecer o seu eventual apoio ao candidato do PT, na hipótese de Serra não ser o seu adversário na segunda volta. É transparente que ambos deixaram de identificar em Lula uma ameaça ao sistema. Porquê essa súbita benevolência?



A aceitação de Lula resultaria da conclusão a que chegaram de que seria um presidente assimilável, ou, para ser mais preciso, um presidente que se conformaria com as regras básicas da dominação imperial.

Tal conclusão é prematura. A natureza de classe de um governo não depende exclusivamente do seu chefe, nem do projecto do seu partido. No caso do Brasil pesariam muito o envolvimento internacional num contexto da crise global latino-americana, condicionamentos por ora imprevisíveis e o comportamento das forças sociais que apoiariam o governo e das que a ele se oporiam. Não duvido da integridade pessoal de Lula nem da sua convicção de que «depois» poderia mudar de estilo e de linguagem, deslocando-se para a esquerda.

Mas as suas boas intenções contam menos do que as cedências feitas ao longo da campanha. O taticismo, como dizia Lênine, é uma forma de oportunismo político. Lula - cito apenas alguns exemplos chocantes - nunca deveria ter afirmado que, se presidente, não toleraria ocupações, tal como não deveria ter-se comprometido a respeitar os acordos com o FMI assinados pela actual administração. Para tranquilizar a direita e o imperialismo distanciou-se do MST, talista dominação estrangeira que, ele sabe, são responsáveis pelo ciclo dramático da dependência económica e política e impedem o desenvolvimento autónomo do país.

A escolha para seu vice-presidente de um grande empresário mineiro ligado ao Partido Liberal controlado pela mafiosa Igreja Universal do Reino de Deus, foi outra decisão eleicoeira que lhe prejudicou a imagem, tal como o acordo com o ex-presidente Sarney. É significativo que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil tenha sentido a necessidade de lhe dirigir duras críticas pelo oportunismo das posições assumidas.

Não estamos perante atitudes isoladas. Em Novembro pp, em Havana, durante a Conferência Anti-Alca, tive a oportunidade de escutar um discurso de Lula que, pelo seu pessimismo difundido, transmitia uma mensagem desmobilizadora num momento em que o com-

bate ao projecto de colonização continental dos EUA é na América Latina, como totalidade, uma frente de luta prioritária. Posteriormente, o PT decidiu não participar no plebiscito sobre a integração do Brasil na Alca. Lula permaneceu mudo ante esse gesto capitulador. Não condenou frontalmente a Alca. Estaria mesmo disposto a aceitar o projecto recolonizador se lhe introduzisse algumas alterações (cosméticas). Sustentou publicamente que «outra Alca é possível»...

Engrenagem de dominação

O Brasil é, potencialmente, um dos países mais ricos do mundo. Com excepção da Rússia, talvez não exista outro que o iguale em recursos naturais. Dispo-se de um sector avançado que o coloca logo após os países industrializados do G-7.

Os mecanismos da dependência, entretanto, empurram-no para trás. Nas últimas décadas acumulou fracassos.

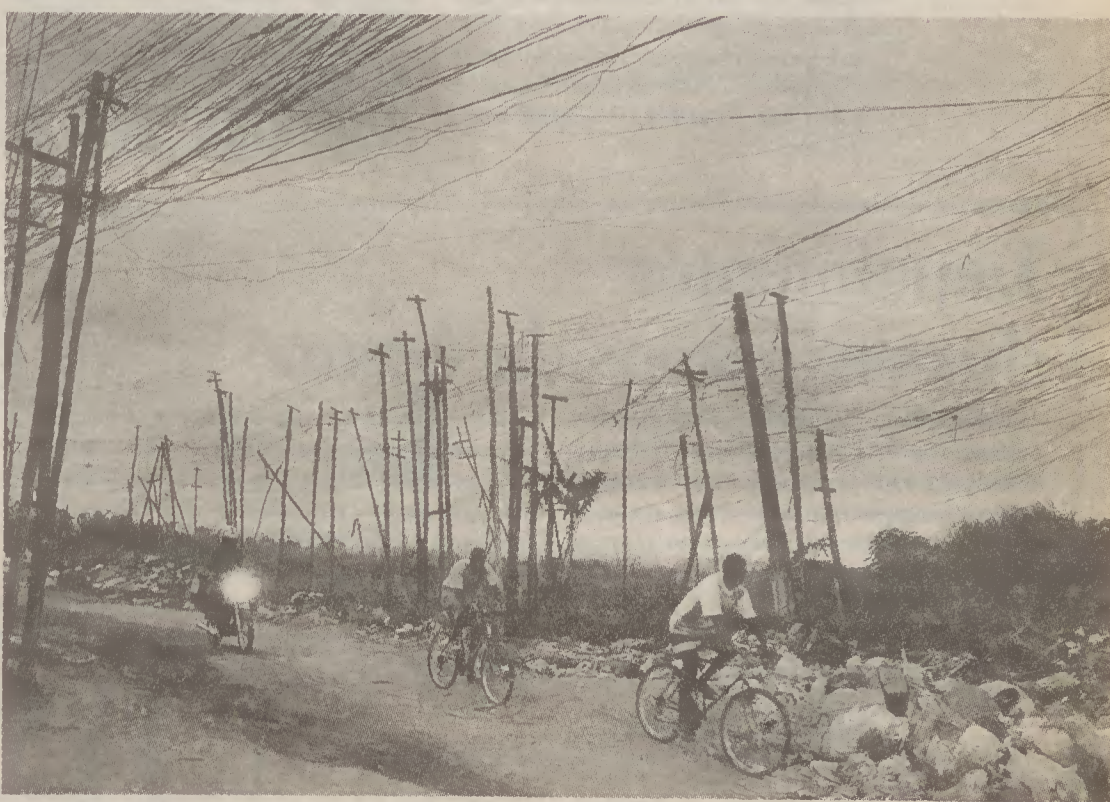
O balanço dos dois mandatos de Fernando Henrique é esclarecedor daquilo que não se deve fazer. FHC foi na juventude um dos mais brilhantes e talentosos sociólogos da América Latina. Na Universidade de São Paulo, quando o conheci, chamavam-lhe «O Príncipe». Dizia-se então marxista. Foi expulso da Universidade e no exílio escreveu com o chileno Enzo Faletto um livro importante - a Teoria da Dependência, em que desmontava os mecanismos da dominação imperialista. Mais tarde renegou essa obra e na Presidência, após a sua conversão ao neoliberalismo, comportou-se como aliado preferencial do sistema de poder dos EUA.

Lula não desconhece o funcionamento da engrenagem de dominação. Denunciou-o desde a juventude, como líder sindical. Sabe que o povo brasileiro (como quase todos na América Latina) trabalha para pagar um endividamento que não pára de crescer. O diabolismo do sistema tem regras rígidas. A falsa ajuda, vinda sob a forma de empréstimos, créditos, investimentos que geram royalties escorchantes, etc., suga os excedentes, condiciona as opções estratégicas, faz do país uma colónia de novo tipo.

Lula combateu sempre com firmeza esses mecanismos e as políticas desenvolvidas para os impor. Agora, na sua quarta tentativa de conquista da Presidência, tornou-se personagem de uma estratégia que, ao torná-lo cúmplice do sistema, se choca frontalmente com as aspirações do seu povo.

de classe e os interesses do sistema de poder imperial.

É indispensável utilizar os mecanismos da falsa-democracia representativa para combater por todos os meios a engrenagem de dominação política e económica que exclui a participação do povo, ou seja do sujeito da história.



Não ao fatalismo

A capitulação verifica-se num momento de crise global da civilização, quando o sistema de poder imperial dos EUA desenvolve um projecto de ditadura militar planetária de contornos fascizantes.

A direcção do PT e o seu candidato estão demonstrando incapacidade de entender as lições da história. A tragédia chilena e o inquietante bloqueio do projecto bolivariano de Hugo Chavez iluminam com nitidez uma realidade. A chamada via pacífica para uma transformação da sociedade capitalista que a humanize não é viável na América Latina no actual contexto histórico. O poder da burguesia, inseparável do poder transnacional a que está submetida, não pode ser destruído no quadro institucional por ela criado para lhe servir os objectivos

Mas sem ilusões, sem confundir as insígnias do poder com o poder real. O PT e Lula demonstram com a sua campanha, semeada de concessões oportunistas, não ter assimilado essa evidência.

O despertar pode demorar um pouco se Lula chegar à Presidência. Mas será, em qualquer hipótese, doloroso.

O lema do Fórum Social Mundial - «Outro mundo é possível» - responde à esperança da humanidade. A engrenagem da globalização neoliberal e o sistema de poder imperial que a impõe não vão perpetuar-se. São vulneráveis e, pela sua própria irracionalidade, contém as sementes da sua própria destruição.

Combatê-los formalmente é uma exigência da história. Lutar contra eles optando pelo caminho das concessões, do oportunismo, é um erro gravíssimo.

Entrevista com Luís Fernandes,
membro do Comité Central do PCdoB

Mudar o Brasil

As eleições gerais, que se realizam em Outubro, no Brasil, envolvem, para além da escolha do presidente da República, dois terços do Senado, os Governos Estatais, a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas. O futuro do Brasil está em jogo, e o Pcdob, ao mesmo tempo que se empenha na unificação das forças da oposição para derrotar o neoliberalismo, tem os seus próprios objectivos eleitorais. O Avante! falou com Luís Fernandes, membro do Comité Central do PCdoB, para saber um pouco mais sobre as eleições que se irão desenrolar no próximo mês.

Quais os pontos principais do programa eleitoral do PCdoB?

O PCdoB pretende, com as eleições deste ano, transformar o modelo de desenvolvimento económico e social no Brasil. E isso traduz-se, fundamentalmente, na defesa de uma agenda nacional. A política liberalizadora, que predominou durante a década de 90, parece assim estar a chegar ao fim do seu ciclo. Os governos foram incapazes de lançar o Brasil numa fase de desenvolvimento económico e social. Entretanto, e segundo o programa eleitoral do PCdoB, é indispensável alterar as bases do financiamento da economia brasileira que é totalmente dependente do capital especulativo.

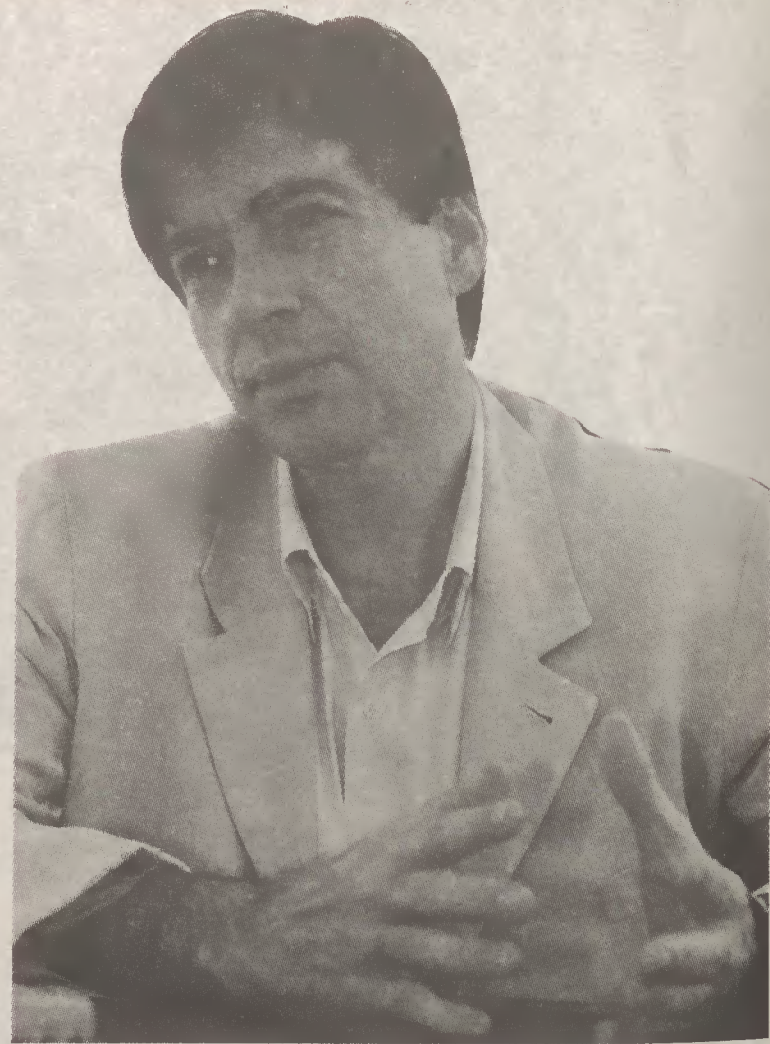
Pode-nos dar alguns exemplos da política liberalizadora dos últimos anos?

O Brasil importa, por ano, cerca de 50 mil milhões de dólares para pagar as suas dívidas externas. Para fazê-lo, o governo paga uma taxa que é simplesmente a mais alta do mundo. O Estado brasileiro transformou-se, assim, numa gigantesca marca de transferência de riqueza da sociedade para esse capital especulativo que é quem se beneficia do modelo montado nos últimos 12 anos.

Esta é a questão-chave que o Pcdob defende, à qual se associam medidas de reconstituição de instituições nacionais, empresas estatais estratégicas privatizadas com este governo, aplicar uma política activa de reforma agrária, onde se irá concentrar a propriedade da terra, e a defesa dos direitos sociais ameaçados pelo antigo governo. Este é o programa eleitoral do Pcdob, nele está estruturada a ideia de um novo projecto nacional de desenvolvimento.

Como se dá a aliança com o Partido dos Trabalhadores?

O PCdoB sempre defendeu uma política de alianças, ou seja, de acordo com cada momento político do país, tentar compor forças mais amplas para uma solução progressista das tarefas de cada momento. Em relação à coligação com o Partido dos Trabalhadores (PT), desde



que se restabeleceram as eleições presidenciais no Brasil, em 1989, o PCdoB tem procurado constituir uma aliança com o PT, especificamente com a candidatura do Lula.

Isso foi feito em 1989 com a Frente Brasil Popular, constituída pelo PT, PCdoB, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido dos Verdes. E de certa forma, com algumas variações, esta ideia de composição de forças manteve-se em 1994 e em 1998.

E nestas eleições?

Esta aliança é mais ampla do que uma simples composição de partidos de esquerda. Tem no núcleo o PT e o PCdoB, mas dirige-se a outros sectores sociais. Temos, actualmente, um caso bastante polémico na nossa coligação, mas que para nós foi muito importante, que é a aliança com o Partido Liberal, partido do actual candidato a vice-presidente do Lula, que é o José de Alencar, grande industrial da área dos têxteis.

A composição de uma aliança com o Partido Liberal é um sinal importante de que as coisas têm que mudar. É uma coligação que traz forças dos sectores empresariais nacionais para construir a construção de um novo modelo económico.

Que outras forças políticas apoiam esta coligação?

Para além desta aliança existem outras forças que apoiam a candidatura do Lula. É o caso de José Sarney, o primeiro presidente depois da democratização, e que representa o sector político do Nordeste. O actual governador do Estado de Minas Gerais, Itamar Franco, que foi presidente da República, antes do Fernando Henrique, também apoia a candidatura do Lula.

O que representa a candidatura do Lula para o Brasil?

A candidatura do Lula é o canal da insatisfação política dos diversos sectores da sociedade brasileira, não só da esfera popular e da esquerda mas também da classe média e empresarial que se sentem prejudicados pela dinâmica do modelo liberal.

Este ciclo político está a chegar ao fim. Apresentou-se à sociedade brasileira como uma alternativa à crise do endividamento do antigo modelo. Passados dez anos, revelou-se exactamente o inverso, afundando o Brasil numa crise de desenvolvimento ainda mais grave que a anterior. O actual governo tornou o

país vulnerável às pressões especulativas do capital internacional e foi incapaz de sustentar um tipo de desenvolvimento que teve até então.

O Lula é o único candidato que tem uma abrangência nacional. Os outros partidos são sectorizados, este é o segredo e a força desta coligação.

Que dificuldades irá encontrar esta coligação após as eleições?

A disputa, neste momento, está centrada, não no primeiro lugar, mas no segundo, que se vai dar entre o candidato do governo que é o Serra e o candidato da oposição, Siro Gomes. Entretanto, mesmo que o Lula vença estas eleições, a esquerda, na totalidade, não vai ter maioria no Congresso. Hoje a esquerda tem um total de cerca de cem deputados em quinhentos, na Assembleia de Deputados. Se tivermos um bom resultado, passamos para 150 deputados, ou seja, continuamos a ser minoritários.

Entretanto, os governos de cada Estado tendem a ser conquistados por governadores que estão fora da nossa coligação, isso torna quadro político muito complexo e difícil. Mesmo que vençamos a presidência da República vamos ter que ceder aos governadores que não estão coligados com esta aliança.

Qual a posição do Pcdob sobre a Associação de Comércio Livre da América (ALCA)?

O PCdoB é totalmente contra a ALCA. Realizamos, juntamente com outras organizações sociais e com a igreja, um plebiscito de decisão e concretização sobre o que é a ALCA e o risco que representa para o Brasil.

É uma batalha que conta com a participação, e mobilização, dos brasileiros através de inúmeras manifestações e debates promovidos pelo PCdoB. Na sociedade brasileira há um consenso geral contra a ALCA, mesmo nos sectores empresariais que se sentem ameaçados pela agenda norte-americana para o Brasil e a agenda da ALCA.

Entretanto, a posição do governo brasileiro tem-se traduzido numa posição de endurecimento nas negociações para a adesão à ALCA, colocando como pré-condição, para qualquer negociação e a aceitação da parte do Brasil, condições que foram explicitamente negadas e aprovadas pelo congresso norte-americano e pelo presidente George W. Bush.

Está-se a criar uma oposição favorável do povo brasileiro que anseia um novo rumo para o desenvolvimento, diferente do actual.

Depoimentos de convidados da Festa

A presença de inúmeras delegações estrangeiras na Festa do Avante! é sempre uma oportunidade para obter informações sobre a situação que se vive nos respectivos países e para perceber como vêm os que nos visitam esta grande iniciativa do PCP.

Prosseguimos neste número a divulgação de depoimentos e entrevistas recolhidos na Atalaia, que não sendo exaustivos são certamente emblemáticos dos laços de amizade e solidariedade que ligam o PCP às forças revolucionárias e progressistas de todo o mundo.

A Festa que o povo se ofereceu

Miloslav Ransdorf

Partido Comunista da Boémia e da Morávia

Li em tempos uma consideração escrita por Goethe acerca do Carnaval romano. Descrevia a fantástica atmosfera decorrente da espontaneidade com que as pessoas conviviam livremente e a alegria que se proporcionavam uns aos outros. Para concluir que não se tratava de uma festa que alguém de fora tivesse estabelecido: é a festa que o povo romano se ofereceu.

Sentimento semelhante é aquele que me ocorre sempre que juntamente com os camaradas portugueses vivo a Festa do Avante!. Estas maravilhosas camaradagem e alegria que aqui se juntam de novo. Paro sempre junto ao stand do Alentejo, onde pessoas que vivem espalhadas pelo país aqui formam coro. Surgem novos cantares! Irrepetíveis no dia-a-dia são o convívio de gerações e a partilha de experiências e de modos de vida. A Festa é como que uma enciclopédia do quotidiano português.

Não se trata, no entanto, de uma questão passageira, do momento. Sinto que é uma antevisão do futuro, uma ilha do futuro dentro do presen-

te. Nesta tão fracturada sociedade actual, tais ilhas de solidariedade e partilha são extremamente necessárias. Aos comunistas compete fazer com que elas existam cada vez mais e que se entrelacem mutuamente. O imediato e o espontâneo têm de ter lugar, apesar da complexidade das relações humanas.

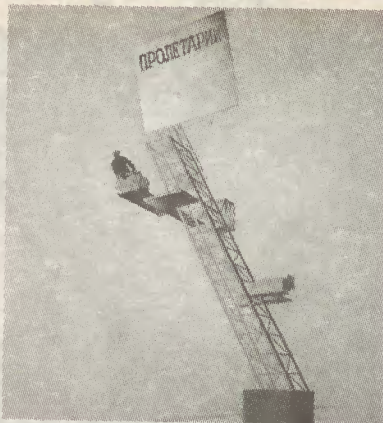
Ainda isto: nesta época mediatizada, onde a verdade anda coberta por uma incrível inundação de mentiras, meias verdades, banalidades e declarados disparates, uma das tarefas dos comunistas consiste na defesa do racionalismo e do pensamento crítico. Como se de «arqueologia política» se tratasse: escavar a verdade até à superfície. O fenomenal consome uma parte cada vez maior da nossa vida. É imprescindível o jornalismo crítico, com que o nosso movimento teve a sorte de ser brindado no passado: basta referir nomes como Kisch, Fuëik ou Cunhal. O Avante! é uma plataforma importante, onde a tal «arqueologia da verdade» pode ser praticada. Tanto mais que a verdade não é algo de inerte.

Artes Plásticas

• Manuel Augusto Araújo

Neste país ninguém escreve sobre Malevich. Provavelmente isto acontece porque o seu Quadrado Negro em fundo branco é ainda um obstáculo para os nossos críticos do dia profundamente hesitantes à cerca do que representa: a decadência da burguesia ou a ascensão de uma classe jovem, o proletariado

Aleksei Gan, 1927



El Lissitzky / Tribuna para Lênine

como adquirido terem sido expurgados. A arte readquiria a aura o que lhe conferia um valor material de troca mas perdia o seu valor social de uso.

E esta é uma questão que está na ordem dos nossos dias.

Malevich e o cinema

Em 1923, Walter Benjamin escrevia: «Para mim é um dado adquirido que a história de arte não existe.» O que se pretendia exprimir com esta síntese, e Benjamin não teve tempo para a explorar, talvez fosse o desejo ver um renascer da história de arte expurgada dos códigos de linguagem dos comentários históricos e feita a partir dos problemas que as obras, elas-próprias, colocam, situando-se na geografia social do seu tempo.

É o entendimento da arte enquanto arte e enquanto parte activa do pensamento filosófico, político e social do tempo real em que são contextualizadas.

Esta é uma questão emergente em toda a arte que se fez nas primeiras décadas da Revolução Soviética, e é extremamente estimulante rever as experiências dessa época efervescente e o pouco que foram aprofundadas conceptual e teoricamente e o muito que foram formalmente apropriadas.

A exposição Malevich e o Cinema (Centro Cultural de Belém) é disso um exemplo que dá largos espaços de reflexão.

Malevich / O Quadrado Negro

Uma montagem cuidada enquadra o trabalho de Malevich com fotogramas de Sergei Eisenstein e Dziga Vertov, cartazes de cinema e outras intervenções de artistas soviéticos dessa época, como Gustav Klutssis, El Lissitzky, Aleksei Gan e vários anónimos, que tinham preocupações similares e eram radicais na análise do estatuto, da intervenção e das formas da arte nos novos tempos, os tempos da Revolução Bolchevique e do triunfo do proletariado, o que os conduzia à negação e a um corte definitivo com os conceitos tradicionais da arte, e depois artistas contemporâneos como Yves Klein, Richard Serra, Allan McCollum, Eric Bulatov, Ilia Kabakov ou Sol Le Witt, que de um ou outro modo recuperam o experimentalismo dos suprematistas, construtivistas e futuristas soviéticos, para recolarem os objectos artísticos com o estatuto de obras de arte, exactamente o que tinha sido negado e estava na raiz das obras que constituem o núcleo central da exposição. Com estes artistas nossos contemporâneos, a história de arte volta a existir com a ganga dos estereótipos da história que Benjamin dava

Controvérsia

Desde que surgiu, o Quadrado Negro, foi objecto de controvérsia entre os artistas seus contemporâneos igualmente empenhados em produzir uma arte nova para os tempos novos. Uma arte que fosse um corte radical com o passado.

Que queria Malevich?, interrogavam-se: «A abstracção total? A representação gráfica da forma?»; e argumentavam: «Caso olhemos para o quadrado sem fé mística, como se fosse um verdadeiro facto terreno, que é ele então?» (Varvara Stepanova, destacada construtivista)

Nesse mesmo ano Malevich parte para Vitebsk, onde funda o grupo «Os Promotores da Nova Arte» e procura responder a essas questões teorizando sobre o apagamento da importância do autor, condenando as actividades estéticas individuais e transferindo as suas actividades da pintura de estúdio para o ensino e a decoração das ruas, actividades que aumentam grandemente a divulgação pública do Quadrado Negro, que se torna um elemento gráfico determinante nas artes gráficas soviéticas e na radicalização das práticas artísticas, interessando-se mais pelas relações entre a pintura e o cinema até porque há um óbvio paralelo entre o Quadrado Negro e o fotograma da película cinematográfica.

Eisenstein e Vertov eram para Malevich, artistas de primeira classe. Em Vertov, a distanciação do seu cinema em relação ao realismo da cinematografia tradicional atraía-o, por aí encontrar a única possibilidade de encontro do abstracto e do real. Em Eisenstein elogiava o que ele só conseguia filmar com o conhecimento profundo do cubismo, do futurismo e do suprematismo. Via no cinema o futuro da arte desde que se conseguisse libertar da tralha do quotidiano, das historietas, e ser a melhor possibilidade de «após temperarmos as lentes da nossa câmara na ainda-por-experimentar dinâmica da vida metálica e industrial-socialista, conseguirmos ver um mundo novo que ainda espera mediação».

Há todo um período da história das artes que ficou suspenso por falta de condições histórico-sociais para evoluir. Dele se prolongam os reflexos de uma fortíssima influência formal. É muito, mas é muito pouco para todos os que o iniciaram com a convicção que estavam a produzir um corte radical com a história, que estavam a dar «o salto de tigre a céu aberto» a bela metáfora de Benjamin para a revolução marxista.

Poemas da Festa

Já aqui mesmo escrevemos que esta coluna, há muitos anos o espaço em que semanalmente o nosso querido camarada Mário Castrim nos vem brindando com os seus versos, foi infelizmente interrompida porque o nosso amigo se encontra temporariamente impedido de escrever, por motivos de saúde. O espaço fica, assim, aguardando, como nós, o seu rápido restabelecimento. Entretanto, outros poetas lhe guardam o lugar. Socorremo-nos dos Poemas da Festa que, este ano, na Atalaia, povoou esse espaço de fraternidade. Desta vez, um poema de Ary dos Santos.

Sigla

S.A. R.L. S.A. R.L. S.A. R.L.
a pança do patrão não lhe cabe na pele
a mulher do gerente não lhe cabe na cama.
S.A. R.L. S.A. R.L. S.A. R.L.
o cabedal estoira
e o capital derrama

o salário é sagrado
o direito é divino
mais o caso arrumado
do poder que é bovino.

O papel é ao quilo
o cadáver ao metro
mais o isto e aquilo
com que se mata o preto.

O retrato é chapado
a moldura é antiga
para um homem armado
a catana é cantiga.

S.A. R.L. S.A. R.L. S.A. R.L.
o respeito algemado
o sorriso fiel
do senhor cão pastor que tem coleira aos bicos
SA. R.L. S.A. R.L. SA. R.L.
só salvamos a pele se formos cães de ricos:

A palhota de mágoa
a casota de medo
mais o pão e a água

José Carlos Ary dos Santos

Cartoon

• Monginho



Carlos Carvalhas

estará presente na **Audição Pública** promovida pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre o **Anteprojecto do Código Laboral** Segunda-feira, 30 de Setembro, às 15h00 na Sala do Senado

e integrando uma delegação do Partido visita, na terça-feira, 1 de Outubro, o **Alqueva**. Na ocasião terá um encontro com a Administração.

Debates

«**O movimento sindical e o Partido – intervenção junto dos trabalhadores**»

Hoje, 26, às 20h30, no CT da Amadora, com **Arménio Carlos**



«**Pacote Laboral**»

Terça-feira, 1 de Outubro, às 20h30 no Auditório da Câmara Municipal da Amadora com **Jerónimo de Sousa**, da Comissão Política.



«**A reforma da Segurança Social e o Código do Trabalho**»

Sexta-feira, 27, às 21h00, na Galeria Municipal do Montijo com a participação de **Carlos Carvalho**, da CC do Montijo e da Comissão Executiva da CGTP, **Cristina Rocha Neto**, da DORS e do Conselho Nacional da CGTP e da USS, e **Manuel Guerreiro**, da DORS e da Comissão Executiva da CGTP.



Comunicação Social em debate

Sexta-feira, 27, às 21h30 no Auditório José Afonso (Sindicato do Calçado) em **S. João da Madeira** com a participação de **José Casanova**

Reunião Nacional de Quadros

Sobre o tema «**A Água**» promovida pela Comissão Nacional do PCP para os Serviços Públicos e os Direitos do Consumidor e pela Comissão de Autarquias Sábado, 5 de Outubro, às 14h30 no Salão do **Centro de Trabalho Vitória**

Assembleia de Organização Local de Miratejo

Sábado, 28, às 14h30, no Clube Recreativo Desportivo de Miratejo



V Assembleia de Organização da Freguesia do Beato, Lisboa

Sábado, 28, às 15h00, no Salão da Junta de Freguesia com a participação de **Luís Fernandes** e **Martinho Batista**, membros do Comité Central

Iniciativa de Solidariedade com o Povo Palestino

2.º Aniversário da Intifada

promovida pelo CPPC Largo do Rossio, às 17h00

Às 18h30, momento de solidariedade, com a presença da **Autoridade Palestiniana** e o **Conselho Português para a Paz e a Cooperação**

Preparação do VII Congresso

Lisboa – Sábado, 28, às 13h00, no CT da Amadora – almoço-convívio, seguido de debate sobre «**O modelo soviético a seguir a Lênine**», com o camarada **Sérgio Vilarigues**.

– Sexta-feira, 27, e segunda-feira, 30, às 21h30, no CT Vitória – reuniões para discussão dos documentos do Congresso, balanço e organização.

Porto – Sábado, 28, às 14h30, no CT de Gaia – discussão da resolução política do VII Congresso, seguida de convívio; e, em 1 de Outubro, às 21h00, na **Escola Secundária António Sérgio**, debate sobre o ensino nocturno; também às 14h30, no CT de **Matosinhos** – debate sobre a acção do Partido no 25 de Abril, com a participação de **Aurélio Santos**.

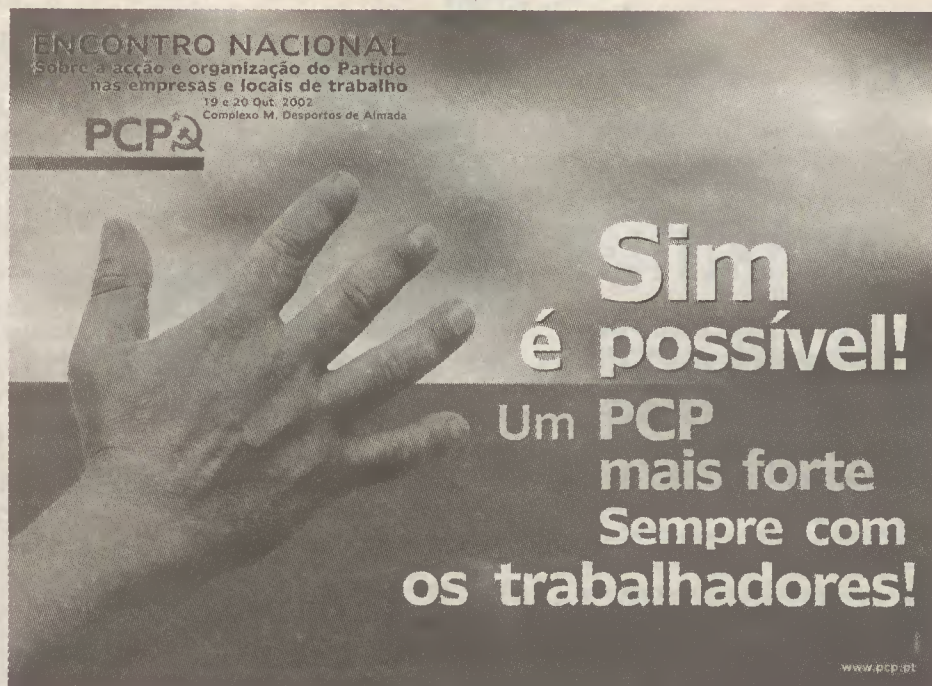
– Domingo, 29, às 14h30, no CT de **S. Cosme** – discussão da resolução política do VII Congresso, promovido pelo colectivo de Gondomar.

– Quarta-feira, 2, às 21h30, no CT de **S. Pedro da Cova** – discussão, também, da resolução política do VII Congresso.



Évora – **6.º Encontro Regional**, promovido pela Organização Regional de Évora da JCP, para balanço de actividade, discussão de propostas para a Região nas diversas áreas e eleição da nova Comissão Regional – Sábado, 5 de Outubro, às 15h00, na **Escola Secundária de Montemor-o-Novo**.

Matosinhos – Sábado, 28, às 16h00, no CT de Matosinhos – debate sobre «**A luta do PCP antes e depois da Revolução de Abril**», com a participação de **Aurélio Santos**.



Debate

Realidade Social Portuguesa, Consciência de Classe e Consciência Política

Hoje, às 18h30, no Centro de Trabalho Vitória



Plenários de militantes de preparação do Encontro

Almada

– Hoje, 26, às 21h00, no CT de Charneca – reunião do Executivo da Freguesia de **Charneca**.

– Sexta-feira, 27, às 21h00, no CT da Trafaria – reunião da Comissão de Freguesia da **Trafaria**.

– Sábado, 28, às 15h00, no CT da Costa de Caparica – plenário da organização da Freguesia da **Costa de Caparica**.

– Terça-feira, 1 de Outubro, às 21h00, na Junta de Freguesia da Sobreda – reunião do Secretariado da Freguesia da **Sobreda**.

– Quarta-feira, 2, às 21h00, no CT Pia/Raposo – reunião da Comissão de Freguesia **Caparica/Pia**; e, também às 21h00, no CT Alberto Araújo – reunião da Comissão de Freguesia de **Almada**.

– Quinta-feira, 3, às 21h00, no CT Alberto Araújo – plenário da organização da Freguesia de **Cacilhas**; às 21h00 também, no CT do Pragal – plenário da organização da Freguesia do Pragal; e, no CT, da Cova da Piedade – reunião da Comissão de Freguesia da **Cova da Piedade**.

Amadora

– Sábado, 28, às 15h00, no Salão da Junta de Freguesia da Reboleira – da organização da **Reboleira**; e, às 16h00, no espaço CDU/Buraca – da organização de **Buraca/Alfragide**.

– Domingo, 29, às 16h00, no CT da Damaia – da organização da **Damaia**.

– Quinta-feira, 3 de Outubro, às 18h00, no CT Amadora – da célula da Câmara Municipal da **Amadora**.

– Sexta-feira, 4, às 19h00, no CT da Amadora – dos **professores da Amadora**.

Cascais

– Sábado, 28, às 13h00, no CT de Alcabediche, antecedido de almoço – de militantes e amigos da **Câmara Municipal de Cascais**, com a participação de **Arménio Carlos**, do CC. Inscrições para telefone 214866991 e telem. 914780936 (Brás) e 963091496 (Abreu);

– Sábado, 28, às 21h00, no CT de Tires – Plenário de militantes da Freguesia de **São Domingos de Rana**, com **Paula Henriques**, do CC, antecedido de jantar, às 20h00. Inscrições para o telefone do CT de Tires – 214442253.

– Sábado, 28, às 15h00, no CT de Cascais – Debate promovido pela Comissão de Freguesia do **Estoril**, com a participação de um camarada do CC, antecedido de almoço-convívio, às 13h00.

Gaia

– Sábado, 28, às 15h30, no CT de Gaia – reunião/debate de militantes das **Empresas e Serviços de Gaia**, com **José Timóteo**, da DOR Porto, seguida de lanche/convívio, às 17h30.

Lisboa

– Sexta-feira, 27, às 17h00, no CT dos Olivais – da TAP (**Manutenção**); às 17h30, em **Cabo Ruivo** – do núcleo da **Carris de Cabo Ruivo**; às 18h30, no CT de **Caneças** – da **Rodoviária de Lisboa** (Caneças/Odivelas); às 21h00, no CT do Lumiar – de militantes das freguesias de **Ameixoeira, Charneca e Lumiar**;

– Sábado, 28, às 15h00, no CT Vitória – de militantes das freguesias de **Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus e S. Sebastião**, da Zona Norte do PCP; e, também às 15h00, nas instalações da SFUCO – Sociedade Filarmónica União Capricho Olivaleense – de militantes da **Freguesia dos Olivais**.

– Segunda-feira, 30, no CT Vitória – dos comunistas do Metro; às 17h00, na **Musgueira** – do núcleo da **Carris da Musgueira**; às 17h30, no CT da Pontinha – do núcleo da **Carris da Pontinha**; também às 17h30, em **Miraflores** – do núcleo da **Carris de Miraflores**; às 17h00, no CT Vitória – dos comunistas do **Sindicato dos Ferroviários**.

– Terça-feira, 1 de Outubro, às 13h30 – da célula dos trabalhadores da Voz do Operário; e, às 18h30, no CT Vitória – de militantes dos **CTT**; às 15h00, no CT Vitória – da **Scotturb**. – Quarta-feira, 2, às 18h30, no CT Vitória – de militantes da **EPAL**; às 17h30, no CT da **Alcântara** – do núcleo da **Carris de St. Amaro**; às 18h00, no CT Vitória – dos comunistas das **ORT's da TAP**; às 18h00, no CT Vitória – dos **ferroviários**.

– Quinta-feira, 3, às 10h00, no CT de Alcântara – dos comunistas da **CT da Carris**; às 18h30, no CT Vitória – da **ANA**; também às 18h30, no CT Vitória – do **Sitava**.

– Sexta-feira, 4, às 19h00, no CT Vitória – Plenário de militantes do Sector de **Empresas de Lisboa**.

Moita

– Hoje, 26, às 21h00, no CT da Moita – dos comunistas da **Zona Norte da Moita**.

– Sexta-feira, 27, às 21h00, no CT do PCP – dos comunistas da **Zona Sul da Moita**.

– Sábado, 28, às 15h00, no CT de Alhos Vedros – dos **trabalhadores comunistas da Santa Casa da Misericórdia**.

Montemor-o-Novo

– Quinta-feira, 3 de Outubro, às 21h00, no CT do PCP – de militantes da cidade de **Montemor**.

Montijo

– Sábado, 28, às 21h00, no CT do Montijo – de militantes da Freguesia do **Montijo**. Também às 21h00, na Casa do Povo de Canha – de militantes da Freguesia de **Canha**.

– Domingo, 29, às 15h00, na casa do camarada **Póvoa** (ao pé da Junta de Freguesia de Stº Isidro de Pegões – de militantes da Freguesia de **Stº Isidro de Pegões**).

– Terça-feira, 1 de Outubro, às 21h00 – de militantes da Freguesia da **Atalaia**.

– Quarta-feira, 2, às 21h00, na casa do camarada **Jaime de Sousa** – de militantes da Freguesia do **Alto-Estanqueira/Jardia**.

Oeiras

– Sábado, 28, às 16h00, no CT de Carnaxide – de militantes da Freguesia de **Carnaxide**, com a participação de **Fernanda Mateus**, da Comissão Política.

– Domingo, 29, às 13h00 – no CT de **Queijas** – almoço e plenário de militantes da Freguesia de **Queijas**, também com **Fernanda Mateus**.

– Terça-feira, 1 de Outubro, às 21h00, no CT de **Algés** – de militantes da **Cruz Quebrada, Dafundo**, com a participação de **Carlos**

Coutinho, da Comissão Concelhia de Oeiras.

– Quinta-feira, 3, às 21h00, no CT de **Algés** – de militantes da Freguesia de **Oeiras**, com a participação de **Leonor Barão**, do CC.

Ourique

– Domingo, 29, às 18h00, na Sala de Sessões da Junta de Freguesia de **Garvão**; às 15h00, na Sala de sessões da Junta de Freguesia de **Ourique**; e, também às 15h00, no CT do PCP na **Mina de S. Domingos**.

Palmela

– Sábado, 28, às 10h00, no CT do Barreiro – da célula da **Autoeuropa**, sábado, com a participação de **Francisco Lopes**, da Comissão Política.

Portalegre

– Sábado, 28, às 15h00, no CT distrital, em Portalegre – Reunião da Direcção da Organização Regional de **Portalegre** do PCP. Em debate, ainda, o plano de actividades e a preparação das Assembleias das Organizações Regionais de Portalegre e do Alentejo.

Porto

– Sexta-feira, 27, às 21h30, no CT da Boavista – dos comunistas dos **CCT**. Em discussão, também, a situação dos **Correios** e a Assembleia de Organização do Porto.

Santiago do Cacém

– Domingo, 29, às 15h00 – de militantes de **Alvalade do Sado**; às 16h00, de militantes da **Aldeia dos Chãos**.

– Quarta-feira, 2 de Outubro, às 20h30 – de militantes de **Abela**.

Seixal

– Domingo, 29, às 12h30, no Parque das Merendas – Centro Cultural e Recreativo de Alto do Moimão – almoço-convívio dos participantes no Pavilhão do PCP nas Festas Populares da Freguesia de **Corroios**.

– Quinta-feira, 3, às 21h00, no CT de Corroios – plenário de militantes da organização de freguesia de **Corroios**, com a participação de **José Paleta**, do CC.

Torres Vedras

– Hoje, 26, às 21h30, no CT de Torres Vedras – de militantes de **Torres Vedras**, com a participação de **Dias Coelho**, do CC.

Vila Franca de Xira

– Hoje, 26, às 17h00, no CT, da célula da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira / **SMAS**; e, às 21h00, também no CT – de militantes da Freguesia do **Sobralinho**.

– Sexta-feira, 27, às 21h00, no CT do PCP em Alverca (R. Diu) – de militantes de **Alverca**, com **José Ernesto Cartaxo** e **Rosa Saúde**, do CC; e, também às 21h00, no CT de **VF Xira**, de militantes da Freguesia de **VF Xira**.

– Sábado, 28, às 15h00, no CT de Vialonga – de militantes de **Vialonga**, com a participação de **Dias Coelho**, do CC; às 16h00, no CT do PCP no Bom Sucesso – de militantes do **Bom Sucesso**, com **Manuela Prates**, do CC, e **José Seabra**, da DORL.

– Quarta-feira, 2 de Outubro, às 18h00, no CT de **Alverca** – da célula da **OGMA**.

ATVer

Fargo é o sexto filme dos irmãos Coen (Ethan e Joel) e foi uma das obras mais aclamadas de 1996

Fargo

(Sexta-feira, 27.09.02, RTP-1)

Fargo é o sexto filme dos irmãos **Coen (Ethan e Joel)** e foi uma das obras mais aclamadas de 1996, tendo conquistado no Festival de Cannes o Prémio para a Melhor Realização e os Óscares da Academia de Hollywood para a Melhor Actriz, **Frances McDormand** (por acaso mulher de Joel Coen) e para o Melhor Argumento Original. Um verdadeiro triunfo familiar. Mas, sobretudo, **Fargo** é a consagração da originalidade, da inventiva e da inteligência de uma dupla de criadores cinematográficos que sabem tirar partido da memória da grande tradição do clássico cinema norte-americano para construir toda uma nova e surpreendente abordagem. **Fargo** baseia-se num caso verídico, é a história de uma série de idiotas gananciosos que deixam um estúpido e gratuito rasto de sangue e morte atrás de si. Um vendedor de automóveis indviduado contrata dois imbecis para raptar a mulher e receber um principesco resgate do sogro, acabando por se tornar responsável pela morte de uma série de inocentes, incluindo a mulher e o sogro, sem que ninguém ganhasse o que quer que fosse com tudo isto. No centro da história está uma espécie de Miss Marple salaia do interior dos EUA,



pressionados para lidar com todos os tipos de perseguição, crueldade e violência. Um filme duro e controverso, que dá uma imagem inquietante dos limites do uso e do abuso da força policial, servida por homens e mulheres comuns com uma missão difícil, onde nem sempre é possível separar a vida privada da profissional com eficácia ou sentido moral.

Traffic – Ninguém Sai Ileso

(Domingo, 29.09.02, RTP-1)

Partindo de um argumento inspirado numa série de televisão britânica, **Steven Soderbergh** constrói um impressionante quadro de convergências do fenómeno da droga a partir do fio narrativo de três histórias que, por vezes, se interpenetram. Soderbergh observa, com alguma frontalidade, o universo da droga, dos traficantes aos políticos, passando pelas autoridades e pelos utilizadores, como se todos fossem parte de um trágico puzzle que nada nem ninguém pode, verdadeiramente, controlar, combater ou, pior que tudo, ignorar na actualidade. O filme foi feito num registo que dá a ilusão de um semidocumentário estilizado (imagens instáveis, grandes cambiantes cromáticos, etc.), conta no elenco com nomes sonantes, como **Michael Douglas**, **Catherine Zeta-Jones** e **Benicio Del Toro** (este último obtendo o Óscar de Melhor Actor Secundário) e conquistou vários Óscares, nomeadamente para a Melhor Realização, Melhor Montagem e Melhor Argumento Adaptado, bem como uma enorme e prestigiada lista de prémios internacionais.

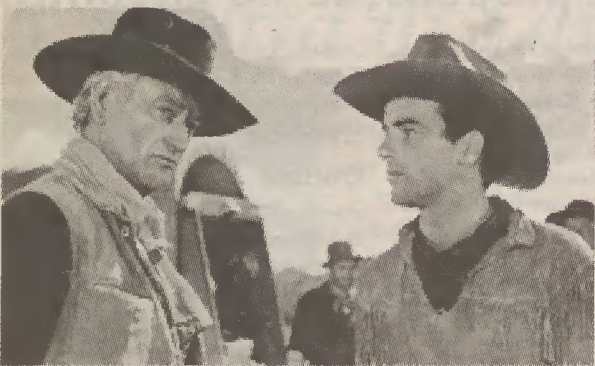
Mentes que Brilham

(Segunda-feira, 30.09.02, RTP-1)

Em 1991, **Jodie Foster** iniciava um novo capítulo na sua já longa e prestigiada carreira cinematográfica, passando à realização. Escolheu para filme de estreia atrás das câmaras (mas também à frente delas, pois desempenha um dos principais papéis do filme como mãe da criança-prodígio) este **Mentes que Brilham**, um inteligente e sensível drama sobre as dificuldades de uma jovem mãe em se relacionar com um filho sobredotado. Foster equaciona de forma simples e directa os problemas de relacionamen-

to de um garoto sobredotado e o mundo circundante em geral, percorrendo com inteligência as situações típicas destes casos (o aproveitamento sensacionalista dessas pequenas mentes geniais, o isolamento e inadaptação dessas crianças-prodígio, incapazes de terem vidas normais e equilibradas, etc.), resultando um filme discreto, eficaz e envolvente, onde se destaca o belo trabalho de actores, desde ela própria, como mãe da criança-prodígio, ao jovem actor que interpreta a criança, o notável **Adam Hann-Byrd**.

Traffic – Ninguém Sai Ileso apresenta com alguma frontalidade o universo da droga, dos traficantes aos políticos, passando pelas autoridades e pelos consumidores



Rio Vermelho, de **Howard Hawks**, é uma das indiscutíveis obras-primas do western norte-americano



Mentes que Brilham é o filme de estreia de **Jodie Foster** (também) atrás das câmaras. O resultado é... brilhante

que vai, a par e passo, resolvendo com uma surpreendente capacidade dedutiva e um notável conhecimento da natureza humana todo este absurdo e sangrento crime. Um filme de mão cheia.

Rio Vermelho

(Sábado, 28.09.02, RTP-2)

O western foi um dos géneros cinematográficos que fez a glória de **Howard Hawks** e **Rio Vermelho** é uma das suas incontornáveis e magistrais obras-primas sobre a grande gesta heróica do Oeste norte-americano. Trata-se ainda do seu primeiro filme com **John Wayne**, que se tornaria um dos seus actores emblemáticos e onde se estreia outro intérprete memorável de Hollywood, **Montgomery Clift**. Além de grande clássico do wester, **Rio Vermelho** é igualmente um filme sobre um tema caro a **Hawks**, o da amizade e rivalidade entre homens, aqui magnificamente servido pelas interpretações de **Wayne** e **Clift**, o primeiro na pele do «velho» que se opõe ao «novo» do segundo, numa transição viril entre gerações de que é paradigma a espectacular cena de pancadaria final entre ambos, numa espécie de rito de passagem para outra fase de relacionamento e entendimento entre o velho e o novo, à moda do Oeste selvagem.

Polícia Sem Controlo

(Sábado, 28.09.02, RTP-1)

O realizador australiano **Jon Hewitt** assina um surpreendente thriller policial que, explorando o tema da investigação de um caso de assassínios em série, recusa os lugares comuns do género: **Polícia Sem Controlo** é uma desconcertante viagem pelos bastidores da força policial de uma grande cidade australiana, ao longo da qual **Hewitt** vai traçando um quadro de corrupção, neurose, assédio e amoralidade que afecta o quotidiano dos homens e mulheres

Quinta, 26

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.20 Vencedores
16.00 Marisol
16.50 Via Aberta
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.15 «Viagem para a Morte» (Filme)
00.30 Serviço de Urgência
01.30 24 Horas
01.45 «A Beira da Morte» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
12.30 Bombordo
13.00 Sinais do Tempo
14.00 Jack e Jill
15.00 Ciclismo

Sexta, 27

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.20 Vencedores
16.00 Marisol
16.50 Via Aberta
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.15 «Fargo» (Filme de Ethan e Joel Coen, com Frances McDormand. Ver Destaque)
00.30 Serviço de Urgência
01.30 24 Horas
01.45 «Vidas à Margem» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
12.30 Bombordo
13.00 Retratos: «George Rickey»

Sábado, 28

▼ RTP 1

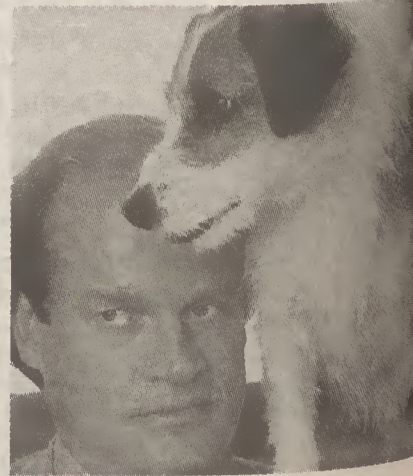
07.00 Infantil/Juvenil
11.00 «O Regresso do Cavalo Negro» (Filme)
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 João Baão
19.00 Automobilismo: Grande Prémio dos EUA em Fórmula 1
20.00 Telejornal
21.00 Futebol: Nacional-Benfica
23.00 «Polícia sem Controlo» (Filme. Ver Destaque)
00.45 24 Horas
01.00 «A Perda da Inocência» (Filme.)

▼ RTP 2

08.00 Repórter RTP
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 A Rainha e o País
15.00 Desporto 2
19.00 Horizontes da Memória



As Três Irmãs, uma nova série na RTP2



Frasier regressa à TVI

Volta a Espanha
16.30 Informação Gestual
18.00 Informação Religiosa
18.30 Horizontes da Memória
19.00 O Homem e o Animal
20.00 Viver no Campo
20.30 Amigas do Peito
21.00 As Três Irmãs
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Roswell
24.00 «O Tempo Reencontrado» (Filme)

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.00 Não há pai
18.00 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
22.00 Esperança
23.15 Fúria de Viver
00.00 Animais
01.00 «O Velho Oeste» (Filme)

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 Jardins Proibidos
15.00 BB Famosos
16.15 Dawson's Creek
17.10 Anjo Selvagem
18.00 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.30 Anjo Selvagem
22.45 Sonhos Traídos
00.15 Imagens que Falam
01.00 Ally McBeal
02.00 «A Vida deste Rapaz» (Filme)

14.00 Jack e Jill
15.00 Ciclismo: Volta à Espanha
16.30 Informação Gestual
18.00 Informação Religiosa
18.30 Gente da Cidade
19.00 2010
20.00 Viver no Campo
20.30 3.ª Calhau a contar do Sol
21.00 As Três Irmãs
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Sinais do Tempo
24.00 «A Cativa» (Filme)

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.00 Não há pai
18.00 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
22.00 Esperança
23.15 Fúria de Viver
00.00 Animais
01.00 «Contos Eróticos» (Filme)

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 Jardins Proibidos
15.00 BB Famosos
16.15 Dawson's Creek
17.10 Anjo Selvagem
18.00 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.30 Anjo Selvagem
22.45 Sonhos Traídos
00.15 Imagens que Falam
01.00 «Parceiros no Crime» (Filme)
03.15 Frasier

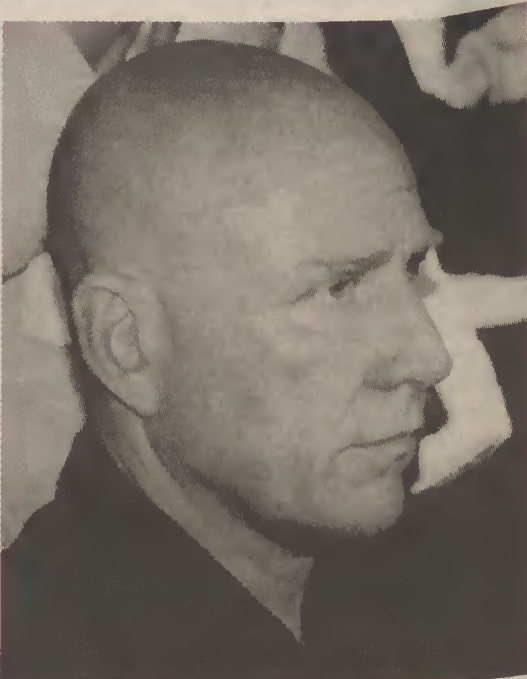
19.30 Bombordo
20.00 História de Nikita
21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
00.00 Britcom
01.15 Saxazul (Gravações do Festival de Cascais)
02.30 «Rio Vermelho» (Filme de Howard Hawks. Ver Destaque)

▼ SIC

07.00 SIC a abrir
10.00 SIC Altamente
12.00 Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Catarina, Com
16.00 A Vingadora
17.00 Air América
18.00 «O Regresso de Henry» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Linha da Sorte
23.00 «O Furacão» (Filme)

▼ TVI

07.30 Batatoon
09.30 Sempre a Abrir
11.00 «Um Cãozinho Chamado Eddie»
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
14.00 Survivor
15.00 BB Famosos
15.45 «Destrução Fatal» (Filme)
17.45 «Fuga em Los Angeles» (Filme)
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Sonhos Traídos
23.00 O Último Beijo
24.00 «Amor de um Soldado» (Filme)
02.00 «Um Grito de Liberdade» (Filme)



Sebastião Salgado num documentário biográfico: domingo em Artes e Letras, RTP2

Domingo, 29

▼RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
10.30 Atletismo: Meia-Maratona de Portugal
12.00 Bombordo
12.30 Planeta Azul
13.00 Jornal da Tarde
14.00 O Mundo Perdido
17.00 «Nas Mãos de Deus» (Filme)
19.00 Automobilismo: Grande Prémio dos EUA em Fórmula 1
21.00 Telejornal
22.00 Contra-Infomação
Fim-de-Semana
23.30 Domingo Desportivo
24.00 «Traffic - Ninguém Sai Heso» (Filme. Ver Destaque)

▼RTP2

09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Horizontes da Memória
12.00 Olhos Gigantes

Segunda, 30

▼RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
16.00 Marisol
16.50 Via Aberta
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 Sorte Grande
21.45 O Elo Mais Fraco
22.30 «Mentes que Brilham» (Filme de Jodie Foster. Ver Destaque)
00.45 Programa a designar
01.45 24 Horas
02.00 «Surcouf, o Maior de Todos» (Filme)

▼RTP2

07.00 Espaço Infantil
12.30 Bombordo
13.00 O Lugar da História

Terça, 1

▼RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
16.00 Marisol
16.50 Via Aberta
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 Grande entrevista
22.00 O Elo Mais Fraco
22.50 Futebol - Liga dos Campeões (Resumo)
00.30 Cinema Monumental
02.00 24 Horas
02.15 «Hotel do Amor» (Filme)

▼RTP2

07.00 Espaço Infantil
12.30 Bombordo
13.00 2010
14.00 Jack e Jill
15.00 Estações e Musas Alemãs
15.45 Cães de Raça
16.30 Informação Gestual
18.00 Informação Religiosa
18.30 Onda Curta
19.00 Páginas de Estrada
20.00 Viver no Campo
20.30 3.º Calhau a contar do Sol
21.00 As Três Irmãs
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Eden
00.00 «A Vingança» (Filme)

▼SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.00 Não Há Pai!
17.45 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
21.30 Malucos do Riso
22.15 Esperança
23.15 Olhar
00.15 «A Mão que Embala o Berço» (Filme)

▼TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.15 BB Famosos
15.45 BB Extra
17.15 Anjo Selvagem
18.00 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.00 BB Famosos
21.15 Anjo Selvagem
22.00 Gala BB
00.45 «The Wednesday Woman» (Filme)
02.45 Frasier
03.15 Animais do Mundo

Quarta, 2

▼RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
16.00 Marisol
16.50 Via Aberta
18.00 Quebra-cabeças
18.45 O Preço Certo em Euros
19.40 Futebol (Liga de Campeões)
21.30 Telejornal
22.30 O Elo Mais Fraco
23.20 Liga dos Campeões (Resumo)
00.30 «Na Linha do Inimigo» (Filme)
02.00 24 Horas

▼RTP2

07.00 Espaço Infantil
12.30 Bombordo
13.00 Por Outro Lado
14.00 O Lugar da História
15.00 Informação Gestual
16.30 Programa a Designar
18.00 Informação Religiosa
18.30 Bombordo
19.00 Mulheres, a sua Realidade
20.00 Viver no Campo
20.30 3.º Calhau a contar do Sol
21.00 As Três Irmãs
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Crónica do Século
24.00 «Crime em Hong Kong» (Filme)



▼SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.00 Não Há Pai!
17.45 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
21.30 Malucos do Riso
22.15 Esperança
23.15 Olhar - 1.º Episódio
00.15 «Salvos na Tempestade» (Filme)
02.00 «Reencontro com o Passado» (Filme)

▼TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.30 BB Extra
16.00 Gala BB Famosos
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.30 Anjo Selvagem
22.45 Sonhos Traídos
00.15 Imagens que Falam
01.00 «Mad Max As Motos da Morte» (Filme)
03.00 Frasier

TVisto

Correia da Fonseca

O ministro e o trabalho

Na passada semana, fim-de-semana incluído, a grande teledeteta nacional não foi Cinha Jardim, a mais *vip* dos residentes no «Big Brother» dos famosos, mas sim o doutor Paulo Portas, ministro da Defesa e do Estado, líder do CDS a que por iniciativa sua oportunamente foram acrescentado as letras PP, por acaso também as iniciais do seu nome. A arrasadora presença mediática do doutor, ministro e líder, foi um facto de tal modo irrecusável que se torna prioritariamente se ocupa de TV,

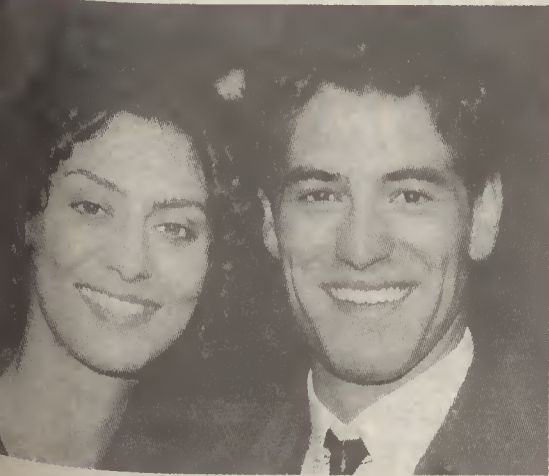
por muito que o chamado Caso Portas tenha já enchido colunas e colunas da imprensa escrita e audiovisual, parecendo apresentar-se praticamente esgotado. Contudo, é sabido haver sempre um ângulo susceptível de escapar à generalidade de análises e comentários, e esta verdade é ainda mais flagrante, nestes casos e entre nós, quando se trata de um olhar que tem muito mais em conta as massas que trabalham e não frequentam no Verão as discotecas algarvias que o «beautiful people»

com hábitos mais finos. O dr. Paulo Portas teve o seu apogeu mediático destes últimos e sem dúvida amargos tempos quando, desdenhando o Parlamento que parece só lhe ter tido préstimo quando o fez ministro, escolheu a TVI (nem sequer a RTP, que sempre era da área pública) para fazer as suas emocionadas alegações de defesa, e, no domingo, no decurso do exaltante e exaltado comício realizado no antigo Largo do Caldas, hoje Largo Adelino Amaro da Costa. Quanto a este comício, registo de passagem que ao abrir uma das reportagens em directo que RTP, SIC e TVI logo às 20 horas se precipitaram a fazer para que não se perdesse a alocução que o senhor doutor, líder e ministro, iria fazer à «gente bem formada» deste País, o repórter de serviço falou em «casa cheia». E era verdade: naquele vastíssimo espaço, não tão vasto contudo quanto a Praça do Campo Pequeno ou mesmo o Pavilhão Carlos Lopes, apinhavam-se gentes que esclarecedores dísticos revelavam ter vindo de Bragança e dos Algarves, do Porto (dois autocarros de dois andares) e de Braga, de outros lugares. Dirão alguns que não foi grande proeza: que muito maior é o Terreiro do Paço e por mais de uma vez ficou cheio por quem ali foi ver e ouvir o doutor Salazar (que, curiosamente, parece às vezes ser mais popular agora, que andam um bocadinho esquecidas

a PIDE, a fome e a guerra, que naqueles bons tempos). Mas os que porventura digam essas coisas hão-de ser criaturas maledicentes, pérfidas por natureza, quase certamente subversivas, elementos do grupo que o doutor Portas repetidamente designou por «essa gente» numa fórmula a abarrotar de desdém mas sem endereço explícito, o que até admira em personalidade tão frontal.

Um tiro a destempo

Porém, o que aqui mais me interessa salientar são dois momentos em que nas palavras do doutor Portas involuntariamente aflorou o seu desconhecimento, para não dizer com mais justeza que o seu desapareço, pela arraiamíuda cuja existência é levada a trabalhar sempre, como regra, e não apenas às vezes, um pouco como desgraça acidental. O primeiro desses momentos foi no decurso da sua presença na TVI, quando quase com lágrimas de autocomiseração se lamentou de ter trabalhado «como um cão». Não sei, é claro, o que é que no espírito do senhor ministro de Estado corresponde a esta fórmula, mas sei que nunca ele trabalhou de sol a sol nos campos, nunca foi mineiro de fundo em nenhuma mina, só de breve visita eleitoral andou em barcos de pesca. Assim, parece-me evidente que o trabalho duro é para o doutor Portas um raro transe que pelo seu carácter excepcional justifica fabulosos proventos e absolve um líder impoluto, futuro ministro da Defesa, de andar com companhias de idoneidade muito abaixo do duvidoso. O segundo dos tais momentos ocorreu quando, da sua tribuna no ex-Largo do Caldas, em claro desvario de reencontrada demagogia, se gabou e aos seus apoiantes de serem criaturas que preferem trabalhar a andar em manifestações. Ora, se os apoiantes do senhor ministro gostam ou não de trabalhar é coisa que não sei ao certo, parecendo-se contudo que uns gostarão e outros nem tanto, o que não espantará. O que surpreende, isso sim, é que o dr. Portas que, que diabo!, sempre é ministro, ainda não se tenha apercebido de que a generalidade dos manifestantes «de esquerda» são gente de trabalho e, mais ainda, que muitas vezes se manifesta reclamando o direito a continuar a trabalhar. Para mais, naquele momento o dr. Paulo Portas só se mostrava queixoso de feios *lobbies* de gente poderosa relacionada com fornecimentos ao Ministério de Defesa: não seriam decerto operários e pequenos empregados. Daqui emerge a inevitável suspeita de que aquele tiro disparado a destempo contra os que se manifestam correspondeu e um incontido ódio contra os que trabalham sempre e se manifestam às vezes. Ódio que teria sido prudente ao menos dissimular. Porque num cidadão comum é muito feio e num ministro de Estado pode muito bem parecer sinistro.



Mais um actor português numa novela da Globo, «Esperança»

Perscrutando o Universo
13.00 Untamed Austrália
14.00 Desporto 2
18.30 Technopolis
19.30 Onda Curta
20.00 A História de Nikita
21.00 Artes e Letras - Vida e Obra de Sebastião Salgado
22.00 Jornal 2
23.00 Artes de Palco
Rão Kyo
00.30 Odisseia nas Imagens
02.00 2010

▼SIC

07.00 SIC a abrir
10.00 SIC Altamente
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «As Aventuras de Huck Finn» (Filme)
16.00 «Que se Passa com Bob?» (Filme)
18.00 «Pulsção Zero» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Herman SIC
24.00 «Arcins Escaldantes» (Filme)

▼TVI

07.30 Super Batatoon
09.30 Sempre a Abrir
11.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
14.00 (Filme a designar)
17.00 «O Clube das Divorciadas» (Filme)
20.00 Jornal Nacional
21.15 O Último Beijo
23.15 Compacto BB Famosos
00.45 «Território Proibido» (Filme)

14.00 Jack e Jill
15.00 Informação Gestual
16.30 Programa a designar
18.00 Informação Religiosa
18.30 Planeta Azul
19.00 Mulheres, a sua Realidade
20.00 Viver no Campo
20.30 3.º Calhau a contar do Sol
21.00 As Três Irmãs
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Sete Palmas de Terra
00.00 «Uma Vez Ladrão» (Filme)

▼SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.00 Não Há Pai!
17.45 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
21.30 Malucos do Riso
22.15 Esperança
23.15 Olhar - 1.º Episódio
00.15 «Salvos na Tempestade» (Filme)
02.00 «Reencontro com o Passado» (Filme)

▼TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.30 BB Extra
16.00 BB Fim-de-Semana
17.10 Anjo Selvagem
18.00 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
22.00 Anjo Selvagem
23.00 Sonhos Traídos
00.00 Imagens que Falam
01.00 Ficheiros Secretos
02.00 1.º Vaga
03.15 Frasier

Concerto de Rao Kião, no ano passado no CCB (domingo, RTP2)



Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Extrema-direita

O actual comportamento de Paulo Portas – mais ainda que as suas palavras – tem-no exposto publicamente como é costume ver-se em dirigentes e líderes de extrema-direita.

A História (dentro e fora de portas) é pródiga em exemplos disso demonstrativos, mostrando-nos que os líderes de extrema-direita não temem o ridículo dos seus actos, não hesitam em recorrer à demagogia mais descabelada e manifestam um apego alucinado ao poder.

Entre outras «virtudes»...

Nos últimos tempos, Paulo Portas tem preenchido todos estes quesitos com particular empenho e determinação.

No que toca à indiferença pelo ridículo, nada parece limitá-lo: convoca conferências de Imprensa para exhibir poses de Estado, mas termina-as abruptamente porque se zangou com as perguntas, considera que ter frequentado «hotéis de duas e três estrelas» constituiu «uma lição de vida» e afirma isso com teatral embargo de voz, a tremelicar lágrimas que não se vêem porque evidentemente não existem, induz e deixa induzir que se encontra pessoalmente «ameaçado de morte» por «interesses ocultos» que terá «lesado» ao anular contratos de armamento como ministro da Defesa, ostentando expressões dramáticas de herói de pacotilha e etc., etc.

Quanto ao recurso à demagogia mais descabelada, basta recordá-lo na já célebre «manifestação de desagravo» no Largo do Caldas, do passado domingo: demagogia tão barata e despropositada como aquela, a transformar em «pose de Estado» uma fuga para a frente de um problema pessoal, talvez só mesmo na famosa manifestação de apoio ao regime fascista, protagonizada pela «brigada do reumático» das Forças Armadas, poucos meses antes do levantamento militar e popular que desencadeou a Revolução do 25 de Abril.

Finalmente, no que toca ao apego alucinado ao poder, chega a ser deprimente este espernear de Paulo Portas em todas as direcções para se manter no cargo que ocupa no Governo, quando a totalidade das evidências, o mais elementar bom senso, toda a ética e qualquer avaliação política do caso lhe recomendam, à uma e por atacado, a imediata apresentação da demissão. Não o faz, com o descaramento e a inconsciência, aliás, típicas e tipificadas nos dois comportamentos anteriores – os que não temem o ridículo nem hesitam perante a mais descabelada demagogia.

A trajectória política de Paulo Portas parece uma auto-estrada para o sucesso e, em rigor, as suas jogadas político-partidárias têm até agora resultado o suficiente para que seja considerado um «estratega» onde, com menos sorte e acerto, há muito estaria resumido e arrumado como um aventureiro irresponsável.

Tomou de assalto a direcção do CDS/PP, afastando Manuel Monteiro sem cerimónia nem lisura para o substituir num papel que – consta – ele próprio lhe distribuíra e, desde aí, com uma energia obsessiva, tem feito tudo o que pode para chegar ao poder, não hesitando perante nenhuma triste figura ou demagogia descarada para alcançar os seus fins, batendo feiras e mercados, prometendo o que calha através de um discurso fácil e colorido, erichado de metáforas e trocadilhos que igualmente reivindicam vitórias pessoais a torto e a direito para servirem de base a novas e desvairadas promessas.

Agora, contra todo o bom senso, recusa terminantemente demitir-se, num fascínio pelo mando que nada fica a dever a semelhantes obsessões nas lideranças de extrema-direita. Em geral, situa-se aí o princípio do fim dessas carreiras políticas. Mais tarde ou mais cedo.

PCP lança campanha, em todo o País, entre 30 de Setembro e 19 de Outubro

Esclarecimento e mobilização

Arranca na próxima segunda-feira, dia 30, em todo o País, uma campanha de esclarecimento do PCP relativa à violenta ofensiva em curso contra os direitos laborais e o sistema público de Segurança Social.

Alertar para os graves perigos e ameaças que representam as propostas do Governo de assalto à segurança social, bem como as propostas de retrocesso civilizacional contidas no pacote laboral constitui o principal objectivo desta acção de informação, que se prolongará até ao dia 19 de Outubro, data do Encontro Nacional do PCP sobre a acção e organização do Partido nas empresas e locais de trabalho.

No decurso desta grande jornada de mobilização, envolvendo todas as organizações e militantes comunistas, para além da afixação de

«mupis» e cartazes, será distribuído um folheto de quatro páginas, editado pela DEP do PCP, em que se denunciam os reais objectivos do Executivo PSD/PP e suas consequências, caso viessem a ser levados por diante.

«É a agressão ao direito à Segurança Social; ao direito a horários e salários dignos e a não ser despedido sem justa causa; ao direito a ter uma carreira profissional, a ter um contrato efectivo num posto de trabalho permanente e a não ser discriminado em função do sexo ou da idade; ao direito a beneficiar de um contrato colectivo; ao direito a exercer o direito à greve quando os seus interesses estão em causa», lê-se no folheto, intitulado «Andar para trás, Não!», e onde é clara a mensagem de confiança: «se nos unirmos e lutarmos, o Governo não conseguirá o que quer».

**PACOTE LABORAL
SEGURANÇA SOCIAL**

*Andar para trás
Não!*

PCP

*o país só avança
com mais direitos
para quem trabalha*

www.pcp.pt
021-200-2002

Hoje, às 19 horas, pela construção do Hospital

Concentração popular na Amora

A população do Seixal sai hoje à rua para exigir a construção de um hospital para o concelho. A concentração popular, convocada pelas Comissões de Utentes da Saúde, está marcada para as 19.30 horas, junto ao Centro de Saúde da freguesia da Amora. Onde será entregue, em apoio à concretização daquele objectivo, um abaixo-assinado assinado por largos milhares de pessoas.

Que têm em comum a preocupação face ao que é a capacidade do Hospital Gar-

cia de Orta, há muito considerada esgotada, e por isso manifestamente insuficiente para as necessidades actuais das populações.

É que, como assinalam as Comissões de Utentes da Saúde do concelho do Seixal (Aldeia de Paio Pires, Amora, Arrentela, Corroios e Fernão Ferro), o actual hospital foi planeado para prestar cuidados de saúde a uma população de 150 mil habitantes dos municípios de Almada, Seixal e Sesimbra, quando na verdade o seu número nesta

área geográfica ultrapassa hoje os 300 mil moradores.

Daf a exigência de uma nova unidade hospitalar pública, que a população do Seixal deseja ver construído no seu concelho, para que seja assegurada a adequada prestação de cuidados de saúde.

Cacilhas organiza-se

Uma nova Comissão de Utentes da Saúde foi, entretanto, constituída no conce-

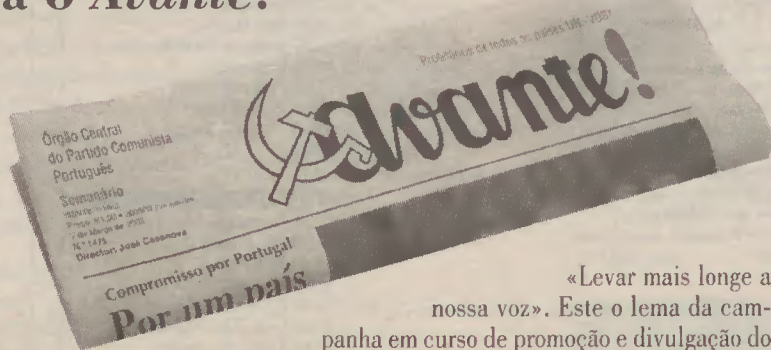
lho de Almada. Abrange a freguesia de Cacilhas e o acto que a formalizou resultou de um plenário, com quase meia centena de pessoas, realizado no passado dia 20, na Casa da Juventude. A nova Comissão de Utentes, que teve a sua primeira reunião terça-feira, é composta na sua maioria por jovens.

Analisando as condições de prestação de cuidados de saúde na freguesia, bem como os problemas gerais do sector, os participantes denunciaram a falta de capacidade de resposta do Hospital Garcia de Orta, nomeadamente em número de camas.

Identificado pelos moradores residentes em Cacilhas - freguesia que não tem nenhuma extensão de saúde ou posto médico -, entre outros, foi também o problema do atendimento administrativo do Centro de Saúde da Almada. Como problemas genéricos, comuns a muitas outras freguesias e concelhos, forma referidos os preços dos medicamentos e a falta de profissionais de saúde.

A Comissão de Utentes da Saúde da Freguesia de Corroios, que tem vindo a dinamizar este processo de organização das populações em comissões, anunciou já a sua intenção de prosseguir este trabalho com a realização de mais reuniões em diferentes pontos do concelho.

Assina o Avante!



«Levar mais longe a nossa voz». Este o lema da campanha em curso de promoção e divulgação do Avante!. É que tem no aumento do número dos nossos assinantes um dos seus objectivos. Para que mais portugueses possam melhor conhecer as propostas e objectivos pelos quais se batem os comunistas. Em defesa do mundo do trabalho, pela resolução dos problemas do País. É por isso que ler o Avante! é estar mais informado. E leitor esclarecido vale por dois...

ficha de assinatura (IVA e portes incluídos)

Portugal (Continente e Regiões Autónomas)	Europa
50 números: 44,90 €	50 números: 114,75 €
25 números: 23,00 €	Extra-Europa
	50 números: 164,60 €

NOME _____

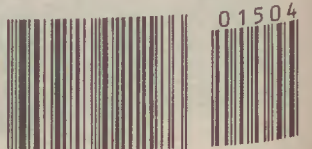
MORADA _____

TELEF. _____

CÓDIGO POSTAL _____

Enviar para Editorial "Avante!" acompanhado de cheque ou vale do correio
Av Gago Coutinho, 121 1700-029 Lisboa Tel. 218 429 836

E-mail: pcp@pcp.pt web: <http://www.pcp.pt>



5 607727 021186